

Departamento de História

Rituais e Celebrações Públicas da Assistência em Setúbal
do Final da Monarquia Constitucional à Inauguração do Museu da
Cidade (1893-1961)

Daniela Dos Santos Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientadora
Doutora Fátima Sá e Melo Ferreira, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL

Outubro, 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Prof. Dr.^a Maria de Fátima Sá, a confiança depositada na realização deste trabalho, bem como pelo entusiasmo perseverança e carinho que sempre me mostrou.

Ao Departamento de História do ISCTE e corpo docente do Mestrado de História Moderna e Contemporânea.

Ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Dr. Fernando Cardoso Ferreira, pela disponibilidade total de recursos que me foi concedida bem como o auxílio, cooperação e apoio demonstrado, pois foi uma das pessoas que mais interesse evidenciou na execução deste trabalho. Para si, um sincero e reconhecido muito obrigado.

Ao Dr. Luís Neves, Directora do Arquivo Distrital de Setúbal, Dr.^a Glória Santos e restante equipa, pela amabilidade e pronta disponibilidade na forma de como sempre me receberam e coadjuvaram, especialmente na recolha da informação essencial à investigação.

Ao José Luís Neto, à Vanessa Amaral, à Ana Vicente, à Marta Vilhena, ao Bruno Amigo, ao Miguel Dias e a todos restantes que me auxiliaram e motivaram, através dos mais variados gestos e atitudes, deixo aqui também os meus reconhecidos e sinceros agradecimentos.

À minha Mãe, ao meu Pai e ao meu Irmão

RESUMO

Portugal atravessa entre finais da Monarquia Constitucional a meados do século XX diferentes regimes e conjunturas político-culturais que se reflectem, nesse período, na sociedade setubalense, entre outros canais, através da Santa Casa da Misericórdia, designadamente através das celebrações da caridade e assistência por ela praticada.

Procedendo-se a uma análise, desse tipo de celebrações, ao nível formal (data, local), bem como simbólico (valor, significado), constata-se, essencialmente, que existem diferenciações em ambos os níveis, bem como no maior ou menor grau da sua visibilidade e dimensão.

Palavras-chave: misericórdias, celebrações, assistência, caridade, filantropia, beneficência, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, homenagens, museu.

SUMMARY

The both different political and cultural circumstances that Portugal crosses between the end of Constitutional Monarchy and mid-twentieth century were reflected in the society of Setúbal, through the *Santa Casa da Misericórdia*, particularly through the celebrations of charity and social care committed by her.

After proceeding to an analysis of these celebrations, in both formal (date, place) and symbolic level (value, meaning), there are differences, and a greater or lesser degree of visibility and dimension in it.

Keywords: celebrations, social care, charity, philanthropy, beneficence, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, tributes, museum.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ESTADO DA ARTE.....	3
2. ASPECTOS CONCEPTUAIS	7
2.1. CARIDADE, FILANTROPIA E BENEFICÊNCIA.....	7
2.2. FESTAS, RITUAIS E CELEBRAÇÕES	9
3. ENQUADRAMENTO GERAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	14
3.1. ORIGINALIDADE E ESPECIFICIDADES	14
3.1.1. Composição social e obrigações	15
3.1.2. A vocação das misericórdias	16
3.2. OS PLANOS LEGISLATIVO, ASSISTENCIAL E CULTURAL NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA. UMA VISÃO DE SÍNTESE	18
3.2.1. Durante a Monarquia Constitucional (1820-1910)	18
3.2.2. Durante a República (1910-1926).....	21
3.2.3. Estado Novo (1926-1974).....	24
3.2.4. Após a Revolução de 25 Abril de 1974.....	25
4. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL NA CONTEMPORANEIDADE – REGULAMENTAÇÃO E PRÁTICAS ASSISTENCIAIS	27
4.1. EVOLUÇÃO DE COMPROMISSOS E ESTATUTOS.....	27
4.1.1. Administração Republicana – Novo ânimo para a beneficência em Setúbal.....	30
4.1.2. Administração e Regulamentação após a República	32
4.2. PRÁTICAS ASSISTENCIAIS.....	35
4.2.1. Duas Inaugurações do Asilo Acácio Barradas – 1889;1894	35
4.2.2. Hospital Espírito Santo – O Novo Hospital Civil da Santa Casa da Misericórdia.....	36
4.2.3. Asilo Bocage – A Assistência aos inválidos do trabalho	40
4.2.4. Balneário “Dr. Paula Borba” – “Levando Setúbal a lavar-se”	45
4.2.5. O Encerramento do Hospital “Espírito Santo” e a Inauguração do Hospital “S. Bernardo” – A Génese dos Cuidados Modernos de Saúde.....	46
5. RITUAIS E CELEBRAÇÕES PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA EM SETÚBAL DO FINAL DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL AO ESTADO NOVO	49
5.1. CELEBRAÇÕES EM FINAIS DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL	49
5.1.1. Asilo Acácio Barradas.....	49
5.1.2. O Novo Hospital da Misericórdia.....	52
5.2. REPÚBLICA E A CELEBRAÇÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA	57
5.2.1. Asilo Bocage – Celebração Pública da Assistência.....	57
a) Aniversários da Instituição e Inauguração de Camaratas.....	58
b) Festivais de Verão e Festas do Natal	64
5.3. A FORMALIDADE CELEBRATIVA DO ESTADO NOVO	67
5.3.1. A Inauguração do Hospital Regional S. Bernardo.....	67
6. MUSEU DA MISERICÓRDIA, MUSEU DA CIDADE	72
6.1. DA CRIAÇÃO DO MUSEU DA MISERICÓRDIA COMO CONSAGRAÇÃO DO SEU TRIUNFO HISTÓRICO À SUA APROPRIAÇÃO COMO MUSEU DA CIDADE.....	72
6.2. A INAUGURAÇÃO DO MUSEU DA CIDADE	77
7. A SAGRAÇÃO PÚBLICA DO MÉDICO, PROVEDOR E BENEMÉRITO FRANCISCO DE PAULA BORBA: AS IMAGENS DA SUA CELEBRAÇÃO.....	80
7.1. EM FINAIS DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL	80
7.2. O ESBOÇAR DA SAGRAÇÃO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	81
7.3. A SAGRAÇÃO PÚBLICA DE FRANCISCO DE PAULA BORBA.....	82
NOTAS CONCLUSIVAS.....	88
ANEXOS.....	92

A. Quadro comparativo entre o Compromisso de 1890 e os Estatutos de 1912 da Misericórdia de Setúbal, quanto às finalidades e objectivos da instituição, irmãos e administração.....	93
B. Quadro comparativo de equipamentos e vestuário existente no Hospital Espírito Santo em 1900 nas Enfermarias e Quartos de Acordo com o Inventário datado de Janeiro de 1900.....	94
C. Transcrição parcial do auto da inauguração do Hospital Civil no Extinto Convento de Jesus sob administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. 19 de Março 1893.....	95
D. Transcrição da homenagem prestada pelo escrivão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ao Provedor, em virtude da inauguração do novo Hospital. 15 de Outubro 1893	96
E. Vista parcial da ficha de inventário correspondente ao quadro de homenagem às classes trabalhadoras de Setúbal. 1914.....	97
F. Vista parcial da ficha de inventário correspondente à fotografia executada em virtude da inauguração do busto a Francisco de Paula Borba. 24 de Março 1935.....	98
G. Vista parcial da ficha de inventário correspondente ao quadro oferecido pelo jornal O Setubalense à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. 1935.....	99
H. Transcrição de excerto da acta da sessão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. 10 de Maio 1961.....	100
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	1
FONTES	1
BIBLIOGRAFIA	4
CURRICULUM VITAE.....	6

Introdução

O objecto de estudo da presente investigação incide sobre várias celebrações públicas da caridade e assistência praticada no espaço urbano de Setúbal, pela Santa Casa da Misericórdia desde finais da Monarquia Constitucional, até ao ano de 1961, quando é criado o Museu da Cidade, que surge como consagração do seu triunfo histórico na sociedade setubalense. Apesar de existirem outras iniciativas de carácter particular de caridade e beneficência em Setúbal no período em questão, cingimo-nos apenas às que directamente se relacionam com a Misericórdia, por ser esta a instituição de maior preponderância e influência neste período.

Em Setúbal, em termos discursivos, durante a Primeira República, a festa é uma celebração dos homens, e uma exaltação das suas qualidades beneficentes. É também destinada a recordar e desta forma, vincar na sociedade tanto a obra feita como os seus autores. As celebrações aqui estudadas, em três diferentes períodos correspondentes a três diferentes regimes e culturas políticas – a Monarquia Constitucional no seu ocaso, a República e o início do Estado Novo – têm os mesmos motivos: celebrar a assistência praticada e celebrar em simultâneo os seus executores ou promotores. O que difere está por um lado, na forma como são efectuadas essas celebrações, bem como no seu grau de visibilidade e exaltação, e por outro no que transforma, em virtude dessas diferentes conjunturas político-culturais. Designadamente, salientam-se no Ponto 6, por um lado os aspectos formais das celebrações – a localização, temporalidade e forma – e por outro, os aspectos simbólicos e subjectivos, tais como o valor e significado. Isto porque se parte da hipótese de se processar uma mutação destes dois aspectos – formal e simbólico – nessas ocasiões celebrativas.

Importa salientar, desde já, que tanto para o séc. XIX como para o século XX, em especial para os períodos da I República e Estado Novo, existe, como nos diz Maria Antónia Lopes, um vazio bibliográfico no que se refere ao estudo das Misericórdias. Uma lacuna, que, também nas palavras da autora, pode ser preenchida com os volumes 8.º e 9.º da publicação *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* pela União das Misericórdias Portuguesas e Centro de Estudos de História Religiosa. Existem igualmente, alguns estudos sobre Misericórdias locais nestes períodos, que permitem já colocar questões e de certo modo compreender o seu funcionamento, tanto no que se relaciona com a nova forma de encarar a assistência e caridade – recursos, agentes e receptores – como em relação a questões de natureza administrativa e jurídica, tais como, a diferente composição social, novos regulamentos, estatutos e compromissos, bem como os novos rituais e celebrações adoptados num período de grande mudança cultural, que foram os séculos XIX e XX. Para melhor se compreender qual o lugar que as Misericórdias passaram a ocupar em Portugal, após o fim do Antigo Regime, na esfera assistencial, jurídica e legal, faz-se, no Ponto 4, um balanço, ainda que breve, em termos legislativos, da posição do Estado em relação às Misericórdias portuguesas no período estudado. Seguidamente, no Ponto 5, explicam-se as transformações verificadas na Misericórdia de Setúbal, à luz dessa evolução legislativa e cultural, e que tipo de serviços e instituições ela tinha sob sua administração.

No Ponto Três identificam-se e clarificam-se, os significados dos conceitos directamente relacionados com o objecto em estudo, quanto à sua aplicação no discurso e tempo histórico, bem como respectivas mutações se verificáveis.

Para finalizar, dão-se a conhecer os actos celebrativos da Misericórdia de Setúbal para com um dos seus agentes, que ocorrem ao longo das três conjunturas político-culturais, reflectindo dessa forma, as diferentes imagens por eles criadas.

1.Estado da Arte

O retrato social dos doadores das misericórdias muda progressivamente logo no século XVIII. É uma mutação verificável em várias instituições do país, incluindo fora de Portugal continental, como é exemplo na colónia brasileira, a Misericórdia da Bahia¹. Com o desenvolvimento dos centros urbanos bem como das suas actividades económicas, começa-se a delinear uma classe nova, em ascensão monetária e social. Não sendo aristocratas, nem fazendo parte da nobreza, estas famílias enriquecidas dos espaços urbanos, imitam as ordens precedentes em comportamentos e atitudes.

Desde a fundação das Misericórdias, o principal meio de sustentação financeira destas instituições estava nos patrimónios deixados por heranças e legados. Em Salvador da Baía, numa análise atenta aos testadores da época moderna, verifica-se que os grandes fazendeiros da produção de açúcar e criação de gado eram, em grande maioria, os doadores para a Misericórdia de Salvador. No entanto esta tendência sofre uma mutação, na medida em que começam a surgir outros retratos sociais de doadores passando a estar presentes agora os trabalhadores da elite do artesanato do comércio urbano².

Na Época Moderna, os rituais desenvolvidos pelas Misericórdias, estipulados nos seus compromissos, ou outros por elas forjados, criam formas de sociabilidade e de visibilidade importantes, que complementam a sua acção caritativa nas localidades em que as mesmas estão inseridas. Ver e ser visto é uma das necessidades dos corpos sociais que integram estas irmandades³. Eram as cerimónias que conferiam visibilidade, e reforço de identidade e capitalização de autoridade e importância locais, e abertura à comunidade, daquilo que por norma, é um círculo fechado e privado. Eram actos e atitudes preparados ao ínfimo pormenor, com os quais se pretendia obter distinção e distanciamento, em poder e significado, em relação às restantes instituições de caridade existentes na localidade. A entrega de esmolas em espaço público era presenciada pelos habitantes da vila, tal como acontecia em Ponte de Lima, onde a caridade era exibida e celebrada no momento exacto em que era praticada. Dando visibilidade e notoriedade aos seus executantes e à própria instituição⁴.

No geral, ainda na Época Moderna, os momentos festivos das Misericórdias estavam intimamente ligados às festividades do calendário litúrgico, designadamente às celebrações da Semana Santa e dias dedicados a Santos, o que proporcionava uma maior adesão e significado ao acto propriamente dito, até porque nestes períodos a população não trabalhava. O capital simbólico das Misericórdias

¹ Russell-Wood, A. J. R., *Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. University of Califórnia Press, Berkeley 1968.

² Russell-Wood, A. J. R., *Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. University of Califórnia Press, Berkeley 1968 p. 159

³ Araújo, Maria Marta Lobo, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, S: C. Misericórdia de Ponte de Lima, 2003. p. 45

⁴ Araújo, Maria Marta Lobo, “Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias”, in *Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Terramar, Centro de Historia da Cultura, F.C.H.U.N.L, 1999. pp. 501-516, pp. 515-516.

era desta forma, engrandecido e reforçado e promovia também a agregação de novos elementos ao leque de doadores da instituição.

A grande preocupação destes durante a época Moderna era de facto a *alma*. Ao partilharem os seus bens com aqueles que pouco ou nada tinham, os pobres, estavam ao mesmo tempo a salvaguardar a sua passagem na hora do seu Juízo⁵.

Mas como se disse anteriormente os testadores mudam em termos sociais no século XVIII. A aristocracia legava com um sentimento de obrigação que estava subjacente à sua condição social para com as classes mais pobres e dessa forma, procurava também, reforçar o seu estatuto social. Já a elite de comerciantes legava, mas preferiam que o seu legado fosse imediatamente usado em auxílio dos necessitados⁶.

A primeira atitude justifica-se, no caso da Bahia por exemplo, pelo significado que a irmandade tinha para a aristocracia local dos grandes fazendeiros. Para eles, o lugar de provedor bem como de *irmão* ou *mesário* na Mesa Administrativa, tinha alguma importância social durante o século XVII. A Misericórdia significava mais do que uma irmandade, era uma espécie de clube onde todos eles esperavam conviver com indivíduos de estatuto e interesses semelhantes. A burguesia urbana, em crescimento, não apreciava essa tradição de exibição de riqueza embebida na Misericórdia. Via a irmandade como a administradora da *filantropia social* e encarava-a com desconfiança e até preferiam nomear um parente ou pessoa próxima como seu executante nas heranças. Desta forma, esta burguesia ascendente, preferia doar em benefício imediato nas obras de misericórdia, numa espécie de sentimento de responsabilidade civil para com o bem-estar social⁷. Na Misericórdia da Bahia, a riqueza da aristocracia rural e grandes fazendeiros, era investida na misericórdia em património ou em sumptuosos funerais e obrigações de missas. Em contrapartida, a burguesia urbana que se estava a formar através de negócios bem sucedidos pelo comércio e especulação, e cujo interesse em matéria de assistência acompanhou a secularização da assistência, dava instruções para que os seus recursos fossem utilizados de forma imediata na assistência aos seus necessitados. Esta nova atitude para com a caridade propriamente dita e a Misericórdia enquanto espaço de sociabilidade e entidade administrativa, faz mudar também, durante o século XVIII a composição dos seus corpos sociais⁸.

Laurinda Abreu⁹ e Maria da Conceição Quintas¹⁰, que se debruçaram ambas sobre a Misericórdia de Setúbal embora em períodos cronológicos diferentes, definem o interior das Misericórdias em geral, e o da de Setúbal em particular, como espaços de sociabilidade importantes que reflectem a

⁵ Araújo, Maria Marta Lobo, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, S. C. Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, p. 58-59

⁶ Russell-Wood, A. J. R., *Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. University of Califórnia Press, Berkeley 1968 p. 162

⁷ Russell-Wood, A. J. R., *Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. University of Califórnia Press, Berkeley 1968 p. 168

⁸ Russell-Wood, A. J. R., *Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. University of Califórnia Press, Berkeley 1968 p. 172

⁹ Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755, Aspectos de Sociabilidade e Poder*, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990 e Abreu, Laurinda Faria dos Santos *Memórias da Alma e do Corpo – A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Palmilage Editores, Viseu, 1999.

¹⁰ Quintas, Maria da Conceição, *Setúbal nos Finais do Séc. XIX*, Caminho, Lisboa 1993; Quintas, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia e Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998

sociedade em que estão inseridas, sem nunca contudo, deixarem de praticar as obras de misericórdia, ou a assistência, a que estavam obrigadas nos seus *Compromissos* ou *Estatutos*. Tal como refere Laurinda Abreu para o período moderno as confrarias em geral, apesar destas terem uma hierarquização interna bastante marcada, *para muitos indivíduos elas eram as únicas entidades que lhes permitiam ter “existência pública”*¹¹.

Existem já alguns trabalhos publicados no âmbito das festividades, rituais na prática da caridade exercida pelas misericórdias durante a Época Moderna como os tratou Isabel dos Guimarães Sá e Maria Marta Lobo de Araújo. Eles mostram que embora as Misericórdias fossem instituições laicas, quando se tratava de celebrações e festividades, estas estavam relacionadas directamente com o calendário litúrgico. Nestes momentos de reunião demonstrava-se o poder da instituição na localidade. Era necessário ser visto pelos outros na prática efectiva da caridade¹². As festas, as procissões e todas as aparições públicas eram meticulosamente preparadas e estavam descritas em regulamentos e algumas no seu *Compromisso Particular*.

No caso específico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, estas festividades e rituais modificam-se na contemporaneidade, nomeadamente com o advento da I República que obriga estas instituições a reformarem os seus estatutos em virtude da *Lei da Separação*, bem como a se adaptarem às novas deliberações legislativas em relação à prática do culto. Passando a chamar-se *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*, tal como aconteceu também, por exemplo, à Santa Casa da Misericórdia de Sines¹³, passou a comportar-se também enquanto tal. Com a sua administração laica e, de acordo com os novos valores do novo regime, concentra-se no aspecto assistencial e as suas festividades servem esse propósito. E se antes se praticava a *caridade*, agora celebra a assistência praticada, através de homenagens que perpetuam a memória dos seus benfeitores que envolvem a comunidade num propósito, o da beneficência cuja celebração se torna num reconhecimento e retribuição de assistência praticada. Através da feitura e exposição de retratos encomendados pelas próprias instituições, de monografias¹⁴ ou memórias¹⁵ da história das instituições, ou até obras de beneficência, cria-se um reconhecimento na esfera pública desses benfeitores. A Misericórdia do Porto, por exemplo, a respeito da execução da sua *História* desejou, *continuando antigas tradições, honrar a memória de quantos generosamente se lembraram dos seus pobres (...) a filantropia, a bondade, a dedicação de uma serie de benfeitores, criaram e fizeram grande a Misericórdia do Porto*¹⁶. Por estas razões foi sua intenção *render a mais condigna*

¹¹ Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo – A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Palmilage Editores, Viseu, 1999 p. 231

¹² Araújo, Maria Marta Lobo, *Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias*, in *Piedade Popular: Sociabilidades, Representações e Sociabilidades*, Colóquio Internacional, Terramar, Lisboa, 1999. pp. 503

¹³ Santa Casa da Misericórdia de Sines, *Santa Casa da Misericórdia de Sines (1516-1999): Breves Notas Para a Sua História*. Sines, SCM de Sines. 1999.

¹⁴ Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, Apontamentos para a sua História*, Tipografia Minerva Vimarense, Guimarães, 1931; e Basto, Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vol 1, 1934.

¹⁵ Foram redigidas Memórias da S. C. da Misericórdia do Porto em 1900, 1903, 1914 e 1924. [Basto, Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vol 1, 1934 1934. P.VIII.

¹⁶ Basto, Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vol 1, 1934 1934, p. VII.

*homenagem à memória abençoada de todos aqueles que edificaram este verdadeiro Monumento da Caridade Cristã*¹⁷, tendo a perfeita consciência de que *será um monumento honroso que, por si só, dará nome à administração que o realizar*¹⁸.

São estas atitudes que se consideram novas e bastante diferentes se compararmos a prática da caridade do século XVIII, com a assistência do século XIX e, ainda mais, com o laicismo da Primeira República que interferiu directamente na transmutação das atitudes perante a pobreza, a miséria, doença e educação no seio das comunidades, tal como aconteceu na Época Moderna, com as resoluções do Concílio de Trento, especialmente com a constituição e difusão da ideia do Purgatório.

Na Santa Casa da Misericórdia do Porto, graças à dissertação no âmbito do mestrado em História da Arte em Portugal por Maria Antonieta L. V. Vaz de Moraes¹⁹, sabe-se que nesta Misericórdia foi elaborado no séc. XVII apenas um retrato, no séc. XVIII cerca de 16 retratos enquanto no séc. XIX até 1869, foram elaborados 101 retratos de benfeitores da respectiva Santa Casa. A partir dessa data até 1925 foram executadas mais 231 peças²⁰, e dessa data até 1983 foram executados somente 32 retratos²¹. Estes números são em si mesmos bastante significativos. O facto de a produção de retrato ter diminuído durante o período do Estado Novo, não significa no entanto necessariamente que se deixasse de prestar homenagem aos benfeitores, pois nesta dissertação só foram estudadas as pinturas, sobrando portanto outras formas de perpetuação de memória e obra tal como as fotografias que se tornaram mais baratas e de simples execução, as lápides e os bustos. Em Setúbal, a fotografia foi o principal suporte deste tipo de retrato de homenagem durante e após o Estado Novo²².

¹⁷ Basto, Magalhães, 1934. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vol 1, 1934P. VIII

¹⁸ Basto, Magalhães, 1934. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vol 1, 1934P. XVII

¹⁹ Moraes, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de, *Pintura nos séculos XVIII e XIX, na Galeria de Retratos dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 3 vol. Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001

²⁰ *Galeria dos Bemfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Catálogo de Quadros de Pintura a Óleo existentes na Galeria e outras Dependências da Instituição*. Tipografia do Instituto de Surdos-Mudos “Araújo Porto”, 1925. Moraes, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de, *Pintura nos séculos XVIII e XIX, na Galeria de Retratos dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 3 vol. Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001

²¹ Inventário dos Retratos de Benfeitores, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1983, in Moraes, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de, *Pintura nos séculos XVIII e XIX, na Galeria de Retratos dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 3 vol. Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001

²² SCMSTB, Inventário do Património da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. UMP. 2009.

2. Aspectos Conceptuais

2.1. Caridade, Filantropia e Beneficência

Russel-Wood, a propósito da Santa Casa da Misericórdia da Baía, fala-nos na prática de uma *filantropia social*, já durante o século XVIII, e que, segundo o mesmo autor, poderia tomar duas formas dependendo da vontade do instituidor: a primeira seria uma espécie de programa, que poderia estender-se durante anos meses ou dias. A segunda forma era a instantânea, um auxílio direccionado para o tempo imediato, através de dinheiro ou géneros²³. Na verdade, a *filantropia* a que se refere nesta dissertação, diz respeito a uma atitude que surge como uma alternativa à *caridade cristã*, tão característica das Misericórdias antes da progressiva laicização da assistência em Portugal operada ao longo do século XIX²⁴. Este novo sentimento surge-nos nas palavras de Antero de Quental em 1885²⁵ citado no artigo referenciado, para ilustrar um sentimento novo, apresentado como cívico e laico, como uma espécie de caridade nova, material e imediata. Diferencia-a da caridade cristã porque (...) *o bem que se faz ou à custa do orçamento do Estado, ou por meio de subscrições espectaculosas, de concertos, bazares e bailes, onde impera mais que tudo a vaidade, pode ser cousa útil, (...) mas não merece o nome de Caridade*. A distinção entre *caridade* e *filantropia* está presente também no Dicionário de José Inácio Roquete quando nos diz que (...) *Aquella é a virtude angélica e divina, esta é a terrestre e humana*²⁶. A necessidade de distinguir estes dois conceitos está presente também em Macau, através das *Máximas, Conselhos Moraes, Pensamentos, Memórias, Sentimentos Nobres e Provérbios*²⁷, escritos por um jovem eclesiástico, que desaprova a filantropia pelo facto de esta se apresentar como uma alternativa ou substituição da caridade cristã. Diz-nos então que (...) *a caridade é graça da parte do rico, do poderoso, que a faz ao pobre, ao desvalido, em nome de Deos; é a graça da parte do pobre, do desvalido, que a obtem de Deos em favor do rico, do poderoso*²⁸ (...) tendo o rico a sua recompensa no céu. Da filantropia, diz-nos que esta é ostentosa e reclusa, e que (...) *se quer o bem é por considerações terrestres, para chegar a altura da caridade, precisa impregnar-se do sentimento religioso que lhe falta*.²⁹ No fundo, simplifica a ideia de que ambas formam dois pólos, um com os seus motivos na terra (filantropia) e outro com os

²³ Russell-Wood, A. J. R., Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755. University of California Press, Berkeley 1968p. 173

²⁴ Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Caridade Versus Filantropia – Sentimento e Ideologia A Propósito dos Terramotos de Andaluzia (1885), in *Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841. p. 832

²⁵ Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Caridade Versus Filantropia – Sentimento e Ideologia A Propósito dos Terramotos de Andaluzia (1885), in *Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841. p. 831

²⁶ Roquete, J. I, e Fonseca, José da, *Dicionário da Língua Portuguesa e Diccionario de Synonimos seguido do Dicionário Poetico e de Epithetos*, II. Guillard, Aillaud & C.ia,[1848]. Pp. 144-146.

²⁷ Soares, Matthias da Luz, *Máximas, Conselhos Moraes, Pensamentos, Memórias, Sentimentos Nobres e Provérbios. Collegidos e reconvilados por um Alumno do Real Collegio de S. José de Macao. Obra Utilíssima para a Instrução da Mocidade, Dedicada e Oferecida aos pais de família e á mocidade Macaense em particular. Com licença dos superiores eclesiásticos*. Impresa na Typographia de D. Noronha, 1863.

²⁸ Soares, Matthias da Luz, *Máximas, Conselhos Moraes*,...1863. p. 6

²⁹ Soares, Matthias da Luz, *Máximas, Conselhos Moraes*,...1863. p. 7

seus motivos no céu³⁰. Para este autor, a filantropia a caridade e a beneficência, *não são senão elementos humanos da caridade; virtudes incompletas se d'ella se separam*³¹.

A *Filantropia*, amor ou simpatia pelos homens, foi um termo inicialmente usado para designar o amor ou benevolência dos Deuses para com o Homem no período greco-helenístico. Numa fase posterior foi aplicado a homens extraordinários e, com os estóicos, passou a ser uma das virtudes humanas, fundada na Natureza comum a todos os homens. Está presente na moral popular contemporânea, com grande difusão durante o iluminismo do séc. XVIII³².

A *filantropia*, de origem grega, está omissa ainda no Dicionário de Moraes Silva e Rafeal Bluteau³³. Surge no entanto, em 1842 no Dicionário de António Maria do Couto³⁴ como uma *qualidade* do ser humano, sendo esta o *amor da humanidade, o amor dos homens, reciprocamente de huns para com outros*. Em 1890 a filantropia consiste no *amor da humanidade*³⁵.

A palavra *beneficência* vem do latim *beneficentia*³⁶. Em 1789, o conceito é definido no Dicionário de Moraes Silva como a *virtude de fazer o bem*³⁷. Já em texto posterior, de 1890, o conceito é definido através dos seus sinónimos designadamente, nos conceitos de *caridade e filantropia*³⁸. Os próprios conceitos de *caridade e filantropia* são de etimologia distinta, mas são apresentados aqui como partes de um todo que é a *beneficência*. Este conceito resume e reúne as características da filantropia laica com as da caridade cristã ao mesmo tempo que se foi operando, ao longo do século XIX, a laicização da assistência em Portugal. Mais concretamente, a *beneficência* em 1890 é o amor da humanidade, o amor dos homens entre si e o amor dos mesmos, por Deus. Será que foi esta uma forma de tentar diluir as vozes e os sentimentos daqueles que se insurgiam contra a filantropia laica? Será a beneficência a harmonização entre esta e a caridade cristã?

Em finais do século XIX, o Hospital da Misericórdia de Setúbal é referido pelos seus Provedores como *pio estabelecimento*, remetendo para a piedade e caridade³⁹. Na imprensa, a Misericórdia é uma *piedosa instituição*⁴⁰; Com respeito à fundação de uma instituição destinada a *recolher e tratar*

³⁰ Soares, Matthias da Luz, *Máximas, Conselhos Moraes*,...1863. p. 7

³¹ Soares, Matthias da Luz, *Máximas, Conselhos Moraes*,...1863. p. 7

³² *Logos* – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Verbo. *Filantropia*, P. 564

³³ Em ambas as publicações: BLUTEAU, Rafael, Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo padre D. Raphael Bluteau. - Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. - 10 v; Silva, António de Moraes, *Novo dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por António de Moraes Silva*. Lisboa, na officina de Simão Thadeo Ferreira. [1789] - 2 v..

³⁴ *Diccionario da Maior Parte dos Termos Homonymos, e Equívocos da Língua Portuguesa*, Typographia de António Jorge da Rocha, Lisboa 1842. p. 302

³⁵ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXXX. P. 687

³⁶ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXXX. P. 125

³⁷ *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau*...1789. T. I, p. 178

³⁸ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXXX. P. 125

³⁹ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, n.º 16004, *Livro de Registo de Offícios das Autoridades, Respostas dos Mesmos*, [1838-1912]. 24 Março 1888, p.160; 20 Agosto 1888, 166-167;

⁴⁰ *O Elmano*, 5 Julho de 1894, n.º 69

senhoras *indigentes a quem faltam os recursos necessários à vida*, é considerado este Asylo pelo Provedor da Santa Casa como *pio e caritativo instituto*⁴¹.

A imprensa, refere-se à fundadora do asilo, num artigo extenso em sua homenagem, como *ilustre senhora e caridosa fundadora*⁴² que espalhou, *a mãos largas, a caridade*, na casa de recolhimento que designam como *mansão de caridade*⁴³.

Ainda se fala em *caridade*, mas a *philantropia* e a *beneficência* entram já no discurso. O *Elmano* refere-se a Emília Negrão Barradas, fundadora do asilo mencionando, com a expressão: a sua *angelical philantropia*⁴⁴. Refere-se, no entanto, ao asilo, como *estabelecimento pio*, e antes disso, no mesmo artigo, como *philantropico*. São dois adjectivos distintos que comportam valores distintos, mas que se confundem nesta época.

Com a chegada da República, em especial nos seus anos mais vigorosos entre 1910-1915, o discurso é mais claro e os valores já não são confundidos. Em 1913, ano da fundação do Asilo Bocage, este destinado a albergar homens pobres idosos, inválidos para o trabalho ou indigentes, a imprensa é bastante clara na escolha dos conceitos que o definem: (...) *essa bela obra de assistência e solidariedade humana (...) pelo fim generoso e humanitário a que se destina (...)*. A Misericórdia, a partir de 1912 por alteração de Estatutos, obrigatória em virtude da Lei de Separação, passa ser *Benemérita Associação*⁴⁵. As obras têm agora *valor humanitário*, de *beneficência*, de *assistência* e de *altruísmo*; são *nobres ideias*, de *carinhoso disvelo*, para com os *infelizes*; os *desprotegidos da sorte* ou dos *deserdados da fortuna*. São agora beneméritas acções, actos sublimes e humanitários⁴⁶.

A acompanhar a secularização da assistência, assiste-se claramente a uma laicização da linguagem e dos discursos com ela relacionados, tanto das instituições como dos seus instituidores.

2.2.Festas, Rituais e Celebrações

A festa, ou o momento festivo, representa uma ruptura com o dia-a-dia dito normal das sociedades urbanas, porque suspende as actividades quotidianas. Como nos diz Aires Augusto Nascimento, a festa *é uma libertação do quotidiano mas sem se desintegrar dele*⁴⁷. Pressupõe portanto, uma interrupção da normalidade da vida urbana, uma delimitação de espaço, um momento de convocação de um grupo. A festa é mobilizadora, pois activa uma movimentação do individual para o colectivo⁴⁸.

Com o desaparecimento ou violenta inibição das festividades religiosas com a instauração da República, este movimento político e cultural, substitui as antigas celebrações religiosas pelas

⁴¹ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, n.º 16004, *Livro de Registo de Offícios das Autoridades, Respostas dos Mesmos*, [1838-1912]. 7 Maio de 1892, pp. 191-193

⁴² *O Elmano*, 11 outubro 1894 n.º 83

⁴³ *O Elmano*, 25 de Outubro de 1894.

⁴⁴ *O Elmano*, 19 Março 1893, n.º 3

⁴⁵ *A Folha de Setúbal*, 11 de Setembro 1913, n.º 76

⁴⁶ *A Folha de Setúbal*, 18 Setembro 1913, n.º 77

⁴⁷ Nascimento, A. Augusto, "A Festa: Entre a Exuberância e a Celebração", in Silva, Carlos Guardado (coord.) *Historia das Festas*. Colibri, Lisboa, 2006. pp. 9-22. p. 11

⁴⁸ Nascimento, A. Augusto, "A Festa: Entre a Exuberância e a Celebração", in Silva, Carlos Guardado (coord.) *Historia das Festas*. Colibri, Lisboa, 2006. pp. 9-22. p. 12

celebrações cívicas, consagrando-as na legislação. Os novos valores criam novas festividades. É um processo que se inicia nos anos vinte do século XIX e que tem o seu período apoteótico no período republicano⁴⁹.

Após o 24 de Agosto de 1820 constitui-se uma cultura política liberal com um conjunto de práticas e de celebrações com características cívicas e militares, bem como artísticas e literárias através de paradas, cortejos, poesia, e elaboração de hinos⁵⁰. Nas classes burguesas urbanas que Isabel Nobre Vargues refere como formadas sob o impacto iluminista, reformador e revolucionário de finais do séc. XVIII, repensa-se a sociedade e o papel do homem no seu interior tornando-o participante e interveniente activo da mesma⁵¹. A partir daqui, celebram-se os homens, especificamente aqueles que em 1820 participaram no movimento político liberal, os Beneméritos da Pátria e os heróis, e celebram-se as datas míticas de todo o processo revolucionário⁵². É neste modelo cultural e no imaginário que lhe está inerente, que os republicanos de Janeiro de 1891 e da Revolução de 1910 estão imersos. A memória da geração vintista foi fixada e alargada pelos republicanos de finais do séc. XIX⁵³ e primeiro terço do século XX. Os novos rituais inovados pelos liberais que percorreram todo o século XIX, estavam contudo, aliados à dimensão tradicional religiosa⁵⁴, facto que após 1910 se separa efectivamente das festividades cívicas promovidas pelos poderes locais públicos e privados.

Com a implantação da República os feriados religiosos foram considerados dias de trabalho⁵⁵ e foram proclamados outros de carácter cívico que celebrassem os novos valores humanitários e cívicos inerentes à nova cultura política⁵⁶. O dia dedicado ao município seria escolhido entre os dias com mais peso histórico que evidenciassem as características do município. Em Setúbal, o dia escolhido foi o dia do nascimento do poeta setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage, em 15 de Setembro. A partir daqui só seriam considerados dias de descanso os dias regulamentados como feriados e os domingos⁵⁷.

Nas festividades propriamente ditas foram também muito afectadas pela legislação republicana. As forças do exército e da armada foram impedidas de integrar manifestações com carácter religioso

⁴⁹ Vargues, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 78

⁵⁰ Vargues, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 54

⁵¹ Vargues, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 72

⁵² Vargues, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 76

⁵³ Vargues, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 77

⁵⁴ Vargues, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 361

⁵⁵ Diário de Governo n.º 19, de 27 de Outubro de 1910, p. 29

⁵⁶ O 1.º de Janeiro seria feriado dedicado à fraternidade universal; o dia 31 do mesmo mês seria dedicado aos mártires da república; o 5 de Outubro seria consagrado aos seus heróis; o 1.º de Dezembro era dedicado à autonomia da Pátria portuguesa e o dia 25 de Dezembro seria o dia da Família. Ficou ainda a permissão de os municípios escolherem para si um dia durante o ano para considerar como feriado municipal. [D.G. n.º 7, de 13 de Outubro de 1910, p. 5]

⁵⁷ As férias foram fixadas, à excepção das Colónias, (com legislação própria), de 24 de Dezembro a 1 de Janeiro; na Segunda e Terça-Feira de Carnaval; desde Domingo de Ramos a Segunda-Feira de Páscoa e durante o verão, de 16 de Agosto a 30 de Setembro. Isto para a função pública. [D.G. n.º 7, de 13 de Outubro de 1910, p. 5]

excepto se requisitadas por autoridade civil ou militar competente mas na exclusiva função de manter a ordem pública⁵⁸. Em Abril, de 1910, proíbem-se também as festividades religiosas fora dos recintos próprios.

Oos cortejos fúnebres, foram também proibidos pela *Lei do Registo Civil Obrigatório* de 18 de Fevereiro de 1911 que estabeleceu a prioridade do registo civil nas cerimónias religiosas do nascimento, do casamento e da morte e proíbe os cortejos fúnebres religiosos no espaço público⁵⁹.

Na *Lei da Separação do Estados e igrejas*, também ficou regulamentado o exercício do culto, ainda que posteriormente se tenham publicado algumas adendas ou esclarecimentos. Este só poderia ser celebrado quando praticado nos locais próprios entre o nascer e o pôr-do-sol⁶⁰. Ficaram, ainda, proibidas as reuniões de carácter político nos locais destinados ao culto e as eleições só seriam realizadas nas igrejas quando não existisse outro espaço para tal se processar⁶¹. As cerimónias, procissões e outras manifestações exteriores do culto são proibidas a não ser que constituam, na sua circunscrição um costume enraizado e habitual para a maior parte dos cidadãos, ou se durante alguma dessas manifestações se tiverem provocado tumultos ou alteração da ordem pública⁶².

Fica também proibida a exibição de qualquer sinal ou emblema religioso nos monumentos públicos, nas fachadas dos edifícios particulares, ou em outro qualquer lugar público, exceptuando os locais onde decorre o culto, de monumentos funerários ou de sepulturas no interior dos cemitérios⁶³.

As festividades em causa no presente estudo não se referem, porém, às festividades religiosas das Misericórdias, mas sim à novas comemorações e celebrações de assistência, que passam a ser praticadas, através de aniversários e inaugurações principalmente, e também através de outros eventos dotados de mecanismos de visibilidade, tais como, festas temáticas aleatórias ou sazonais, espectáculos de beneficência, notas de imprensa e inaugurações de retratos.

Neste período, a *feira* é em Morais Silva, uma *Ação, ou função feita em honra, e obsequio religioso, ou urbano*; as festas são ainda *demonstrações de alegria, gosto, amizade, com que se agasalha alguém, ou alguma boa nova, e sucesso*⁶⁴. Em 1890 a festa pode ser *solemnidade religiosa; regosijo publico; festejo; alegria; divertimento, como baile, espectáculo*⁶⁵.

Contudo o objectivo destes eventos era o de celebrar e o de comemorar algo ou alguém. A celebração em Morais Silva, era o acto de *Solemnizar. (...) referir com gabos, e grandes louvores*⁶⁶; em 1890 a celebração tinha o objectivo de *Elogiar* ou *engrandecer*⁶⁷. Quanto às comemorações, o Dicionário de 1789 diz-nos que é uma *Lembrança, ou menção que se faz de alguma coisa, ou*

⁵⁸ Diário de Governo n.º 47 de 29 de Novembro de 1910, p. 136-137

⁵⁹ Diário de Governo n.º 41 de 20 de Fevereiro de 1911.

⁶⁰ *Lei da separação do Estado e igrejas*, Diário de Governo n.º 92 de 21 de Abril de 1911, p. 700

⁶¹ *Lei da separação do Estado e igrejas*, Diário de Governo n.º 92 de 21 de Abril de 1911, p. 700

⁶² Os toques dos sinos estavam regulados pela autoridade municipal, e durante a noite, os toques dos sinos só poderiam ser autorizados para fins civis ou em casos de perigo comum.

⁶³ *Lei da separação do Estado e igrejas*, Diário de Governo n.º 92 de 21 de Abril de 1911, p. 701

⁶⁴ *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau...1789*. T. I, p. 611

⁶⁵ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXX. P. 400

⁶⁶ *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau...1789*. T. I, p. 252

⁶⁷ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXX. P. 169

pessoa⁶⁸, e remete também para a dimensão religiosa. Em finais do século o significado aparece como uma solenidade com o objectivo de preservar na *memória* algum facto importante⁶⁹. Neste sentido, as homenagens eram, no final do século XIX uma forma de *mostra de respeito*⁷⁰. Dimensão esta que era inexistente em Morais Silva⁷¹ nos alvares do século XIX.

Os beneméritos, aqueles que são *dignos de honra* em virtude das *boas obras feitas*⁷², são sempre expostos publicamente. No final do século XIX, o benemérito é aquele que é *merecedor de louvor* e de *prémio*⁷³, portanto, merecedor de homenagem.

Contudo, em finais do século XIX, existiam dois tipos de festividades proporcionadas pela Misericórdia de Setúbal, uma de carácter laico⁷⁴, para celebrar a assistência, designadamente inaugurações e aniversários, e outra de carácter religioso. Esta última estava regulamentada no primitivo compromisso particular da Misericórdia de Setúbal de 1657⁷⁵, e as suas instruções foram seguidas até à implantação da República, momento em que perde toda a vertente religiosa que lhe era inerente desde a sua fundação em 1499. No entanto, na década nos anos oitenta do Século XIX, já no fim da Monarquia Constitucional, existe um empalidecimento deste tipo de festividades tanto por parte da Misericórdia como por parte da sociedade urbana setubalense. Por um lado na imprensa, a festividade é anunciada no momento em que se realiza mas não tem repercussões nos números subsequentes nos periodicos, contrariamente ao que se passa com as celebrações de carácter laico. Por outro lado, no interior da irmandade, algumas festividades foram canceladas em virtude da falta de recursos financeiros, ou o dinheiro destinado às mesmas é empregue noutros fins, por exemplo em esmolas a presos e pobres durante a Semana Santa em lugar de o ser na festividade⁷⁶. Ainda assim, as que se realizavam eram custeadas não pela instituição mas pelos membros da Mesa e Irmãos através de donativos⁷⁷. Apesar de não ser este o tipo de celebração que aqui é analisado, é importante referir que existia de facto, de que era praticado, bem como anunciado nos periódicos locais. Isto porque se percebe no final do século XIX, a desmotivação que envolve a sua realização.

Com a República as festividades religiosas deixam de se realizar até porque a irmandade deixa de existir. A *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal* pratica agora apenas actos de beneficência e a maior parte dos eventos festivos são com ela relacionados. E apesar de se fazer a *Festa do Natal* e depois o *Festival de Verão* relativo ao S. João, o evento é sempre aproveitado para celebrar também algum acto de beneficência, tanto na admissão de mais asilados, como na

⁶⁸ *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau...1789. T. I, p. 291*

⁶⁹ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada, MDCCCLXXXX. P. 192*

⁷⁰ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada, MDCCCLXXXX. P. 470*

⁷¹ Refere-se aos juramentos de fidelidade entre vassalo e soberano. [T. I, P. 680]

⁷² *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau...1789. T. I, p. 178*

⁷³ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada, MDCCCLXXXX. P. 125*

⁷⁴ São laicas porque festejam a assistência, mas no seu cerimonial estava sempre presente o *Te Deum*.

⁷⁵ ADS, SCMSTB/001, *Compromosso Novo Ou Alteração de alguns [Capítulos] do Compromisso Particular Para a desta Villa de Setúbal. 1657. Copiado pelo escrivão em 1782.*

⁷⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 149, *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1895-1896*

⁷⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 149, *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1894-1895, em 1899-1900 e em 1900-1901*

celebração do próprio *Asilo* recém-criado, local que passa a funcionar, em Setúbal, como o recinto de eleição, para as festividades.

Ainda neste período surgem alguns estrangeirismos relacionados com a festa, designadamente com dois tipos de eventos, a *quête* e a *kermesse*. O primeiro é originário de França e designa uma espécie de peditório, colecta ou recolha de esmolas. O segundo tem a sua origem na Holanda e o seu significado surge em 1890 da seguinte forma: *Feira anual com procissões e mascaradas usada na Hollanda*⁷⁸. Bem diferentes eram as *kermesses* realizadas no Asilo Bocage, bem como as que hoje conhecemos. A definição que mais se ajusta é a de festival com leilão e venda de prendas com fim beneficente, tal como aparece no Dicionário da Língua Portuguesa⁷⁹, contudo, do mesmo vocábulo, ainda permanece o significado original do termo: *designação das festas paroquiais na Holanda, com feira anual, procissões e outras manifestações*. Possivelmente, avançando ingenuamente com uma hipótese, a *venda de prendas* a que damos o nome de quermesse, poderia ter sido uma das *outras manifestações*, que existiam na feira anual holandesa.

Outro tipo de festividade a que recorriam os dirigentes em matéria de filantropia da Misericórdia era o *arraial*. Contudo, este vocábulo não tem originalmente nada que o relacione directamente com festa ou festividade, o significado é curto e claro em 1890: *Acampamento de exercito ou povo*⁸⁰. Contudo em período anterior, Rafael Bluteau no seu *Vocabulário Portuguez & Latino* produzido entre 1712-1728, avança com o confuso significado do vocábulo. Designadamente, o *arrayal* era inicialmente, relacionado com *Real, na aclamação dos nossos reys*, mas o significado original era o *alojamento de hum exercito na Campanha*⁸¹. O Dicionário da Porto Editora contempla todas estas vertentes acrescentando a vertente festiva que nos é hoje mais comum⁸².

Já no período relativo ao Estado Novo nos anos de 1940 e até meados do século, a celebração da assistência toma outros moldes. Após o falecimento do *Director Honorário* do *asilo*, as festas nesse local vão diminuindo em frequência, significado e resultados. Em significado em primeiro lugar, porque os sentimentos de altruísmo filantrópico desses homens se esbate progressivamente, em segundo lugar, porque as novas gerações têm outro sustentáculo cultural, designadamente, o da cultura política inerente e emanada do Estado Novo, e em terceiro lugar, o vínculo que este criou às Misericórdias portuguesas para com a Igreja Católica e o regresso das Irmandades agora como administradoras da assistência espiritual, faz renascer as festividades religiosas antes abandonadas com novo significado.

É preciso ter muito presente que estes vários tipos de celebrações tinham sempre carácter de espectáculo público e davam a oportunidade de visibilidade e evidencia à própria instituição e ao seu corpo social, em qualquer período cronológico aqui em questão.

⁷⁸ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXX. P. 886

⁷⁹ *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2010

⁸⁰ *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXX. P. 90

⁸¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. vol. 1 p. 544.

⁸² *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2010.

3. Enquadramento Geral Das Misericórdias Portuguesas

3.1. Originalidade e Especificidades

A matéria acerca da criação das misericórdias portuguesas no que se refere à sua génese e características é já desenvolvida, bem como a sua evolução histórica ao longo da época moderna. Existem no entanto aspectos que importa referir para o âmbito deste trabalho.

Em primeiro lugar, as Misericórdias, sendo criadas por iniciativa régia, foram decretadas em Trento como excepções no mundo confraternal existente em contexto europeu e salvaguardadas para Portugal, enquanto confrarias leigas, sob autoridade e protecção régias⁸³. A Monarquia Portuguesa, quando regulamenta as competências e privilégios destas instituições desde a fundação da Misericórdia-Mãe em Lisboa em 1498, coloca-as propositadamente, num lugar hegemónico no contexto confraternal português, com o propósito de as transformar em confrarias generalizadas em todo o reino⁸⁴.

Em segundo lugar, uma das originalidades destas instituições de protecção régia era o facto de, em termos assistenciais espirituais e materiais, a sua abrangência ser alargada a toda a comunidade em que estavam inseridas, ao contrário do que acontecia com as restantes confrarias da época, que se dedicavam apenas aos seus confrades e a alguns dos seus familiares⁸⁵.

Não se pode, no entanto, falar de numa política régia de centralização da caridade quando se incentivava a criação de Misericórdias, mas sim, de uma tentativa de normalizar a acção confraternal e de contrabalançar o poder eclesiástico nessa matéria⁸⁶. Importante é que se assiste efectivamente, com o surgimento destas instituições, à laicização da assistência em Portugal. Todas as Misericórdias, durante a época moderna, se regulavam pelos *Compromissos* da Misericórdia de Lisboa, e só nos alvares da época contemporânea formulam os seus compromissos particulares. No entanto, eram instituições autónomas e progressivamente, revelar-se-iam auto-suficientes, gerando os seus próprios recursos para exercer as obras de caridade para que estavam vocacionadas.

A sua composição social é outro factor a ter em conta neste estudo, designadamente, os termos em que os indivíduos seriam admitidos como *irmãos*. É a partir do Compromisso de 1618 que se formam as elites que compunham o corpo social destas instituições.

⁸³ Sá, Isabel dos Guimarães, “A Reorganização da Caridade em Portugal em Contexto Europeu” (1490-1600), in *Misericórdias, Caridade e Pobreza em Portugal no Período Moderno*, Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, Vol. 11 (2), 1998, pp. 31-63. p. 55

⁸⁴ Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno”, in *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), 2001, pp. 337-358, (Série História I), p. 339; Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Serúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e Poder*, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. p. 21-22

⁸⁵ Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Serúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e Poder*, 1990. p. 23.

⁸⁶ Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno*, 2001. p. 339-340; Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Serúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e Poder*, 1990. p. 21.

Os Misericórdias, enquanto instituições oligárquicas, tornaram-se importantes pontos de poder nas localidades em que foram instituídas, no que se refere aos palcos de acção política, criando conflituosidades várias quer internamente, quer com outras instituições locais tais como outras confrarias, e com a hierarquia municipal⁸⁷.

3.1.1. Composição social e obrigações

Em primeiro lugar importa referir que na Época Moderna, os *irmãos* estavam divididos em dois grupos no interior da confraria: os *nobres* e os *oficiais*. Os primeiros eram de elevado estatuto social e os segundos, de menor condição, provenientes na generalidade das elites urbanas do artesanato. Para estes indivíduos contudo, ser irmão era considerado socialmente só por si, prestigiante⁸⁸.

Para a Misericórdia de Lisboa em 1618 foram aceites somente 600 irmãos, sendo que 300 seriam nobres e os restantes oficiais. Deveriam todos ser [...] *homens de boa consciência e fama, tementes a Deus, e a seus pobres, com a perfeição devida [...]*⁸⁹; [...] *limpo de sangue sem alguma raça de mouro ou judeu [...]; [...] limpo de toda a infâmia, de feito, e de direito [...]*. Se solteiro, o irmão deveria ter no mínimo 25 anos, não poderia ser irmão se servisse por salário na instituição; ingressando no estatuto de irmão oficial, seria dada preferência a que não trabalhasse por suas mãos, facto que permitiu a entrada das elites urbanas de artesãos e mestres. O candidato a irmão teria ainda de saber ler ou escrever, clausula esta que restringia em muito o número de potenciais candidatos. Por último, a condição que talvez mais tivesse permitido a sua elitização, era a de que o futuro irmão fosse [...] *abastado em fazenda, de maneira, que possa acudir ao serviço da Irmandade, sem cair em necessidade e sem suspeita de se aproveitar do que correr por suas mãos. [...]*⁹⁰.

Para os cargos ocupados na Mesa, o estatuto dos irmãos era igualmente restritivo. O *Provedor* seria sempre fidalgo, [...] *de autoridade, prudência, virtude, reputação, e idade, de maneira, que os outros Irmãos o possam reconhecer por cabeça, e o obedeçam com mais facilidade; [...]*⁹¹. Do *Escrivão*, esperava-se igualmente pessoa nobre, com as virtudes atrás descritas e sem ocupação senão a de cumprir as suas funções.⁹²

Como obrigações, para além da sua permanente disponibilidade para o serviço da confraria, os irmãos estavam obrigados a estar presentes em três ocasiões anuais. Em primeiro lugar, no dia da eleição dos corpos administrativos da confraria no dia da Visitação de Nossa Senhora. Em segundo, no dia de Todos-os-Santos para acompanharem a Procissão dos Ossos. Por último, na mais

⁸⁷ Sá, Isabel dos Guimarães, “A Assistência: as misericórdias e os poderes locais, in Oliveira, César (Dir), *História dos Municípios e dos Poderes Locais*, Circulo de Leitores, 1996. p. 136-142. p. 138

⁸⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno*, ... 2001. p. 343

⁸⁹ *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1618 in Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa, Quinhentos Anos de História*, Livros Horizonte, SCM de Lisboa. 1998. p. 615-673. p. 615

⁹⁰ *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1618... p. 616

⁹¹ *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1618... p. 627-628

⁹² *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1618... p. 630

característica ocasião⁹³, era requerida a sua presença na Quinta-Feira Maior, para acompanhar a *Procissão de Endoenças*⁹⁴.

Demonstrações de carácter público e de grande espectáculo urbano repleto de temor, os desfiles processionais das Misericórdias eram cuidadosamente acautelados e os seus esquemas rigorosamente regulamentados⁹⁵ devido em muito à posição hegemónica que ocupavam perante as outras confrarias da localidade, tendo assim bastante cuidado na forma de serem vistas nestas ocasiões⁹⁶. Através destas manifestações, as Misericórdias tinham a hipótese de se afirmarem perante as comunidades numa clara exaltação de poder⁹⁷.

3.1.2. A vocação das misericórdias

Nos primeiros anos da sua existência, a Misericórdia de Lisboa recebera vários privilégios que foram depois, na sua maior parte, alargados às restantes misericórdias que existiam no reino. Entre eles, estavam os privilégios relacionados com a assistência aos presos em matéria espiritual, material e judicial. Seguidamente, estava o de os irmãos oficiais serem isentados de impostos concelhios, privilégio dado primeiro a Setúbal e Évora e só depois a Lisboa⁹⁸.

A assistência aos presos foi a principal função das misericórdias antes das anexações dos hospitais. As suas obrigações eram assisti-los como já foi dito acima materialmente, espiritualmente e judicialmente, traduzindo-se essa assistência em limpeza das cadeias, alimentação dos presos, tratamentos, aceleração de processos e execuções e concessão de enterros⁹⁹. Para esta obra, os irmãos da Misericórdia, na *Procissão dos Ossos* recolhiam em dia de Todos-os-Santos, os restos mortais daqueles que tivessem sido executados, e que permaneciam nas ruas¹⁰⁰.

⁹³ Sousa, Ivo Carneiro de, *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Granito Editores e Livresiros, Porto, 1999. p. 168-169

⁹⁴ *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1618 in Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa, Quinhentos Anos de História*, Livros Horizonte, SCM de Lisboa. 1998. p. 615-673 p. 618-619

⁹⁵ A *Procissão de Endoenças*, destinada a lembrar a Paixão de Cristo e o Seu sofrimento, incorporava toda a irmandade, as confrarias locais que assim o quisessem, a população e penitentes, que se auto-flagelavam em todo o seu percurso. Iniciava ao final da tarde, pelas 17h, e terminava já com a noite. Percorria os centros urbanos das localidades num itinerário circular, passando pelas ruas mais importantes, iniciavam nas Misericórdias e nelas terminavam. [Sousa, Ivo Carneiro de, *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*... 1999. p. 171; Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias Portuguesas enquanto Palcos de Sociabilidades no Séc. XVIII”. In *Questões & Debates*, Curitiba, n.º 45, 2006, Editora UFPR, p. 155-176. p. 163]

⁹⁶ Araújo, Marta Lobo de, *Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999. p. 501-516. [Sep. De] *Piedade Popular: Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Actas do Colóquio Internacional, Lisboa 1998. p. 503.

⁹⁷ Araújo, Marta Lobo de, *Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias*, Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica” in . p. 515

⁹⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2002. p. 23

⁹⁹ Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 37

¹⁰⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 39

A crença no *Purgatório* juntamente com o movimento de anexação de hospitais, albergarias e gafarias em todo o país, fizeram das Misericórdias importantes detentoras de património¹⁰¹ durante todo o séc. XVII. A partir daqui, as misericórdias puderam passar a auto-financiar as suas obras.

Nos primeiros anos de vida, os irmãos das Misericórdias iam ao encontro dos pobres presos ou nos seus domicílios ou *visitações* e faziam também acompanhamento de enterros. A caridade era praticada fora da instituição, não de forma pública – até porque os pobres envergoados eram auxiliados sigilosamente – mas num palco exterior às paredes da instituição¹⁰². O espaço urbano era o espaço desta caridade. Para os irmãos, as remunerações eram de carácter espiritual, isto é, benevolência no dia do seu juízo¹⁰³.

Progressivamente, a acção das Misericórdias tende para a valorização da assistência corporal em detrimento da espiritual¹⁰⁴. Pode-se dizer isto das irmandades que administravam hospitais, por toda logística de recursos humanos e financeiros que mobilizavam. É um movimento com maior preponderância nos centros urbanos iniciado em meados do séc. XVI que se estende de forma constante até à governação filipina¹⁰⁵.

Os assistidos, eram homens e mulheres; pobres, mendigos e vadios; prostitutas; trabalhadores sazonais; militares; enjeitados e expostos¹⁰⁶.

Os dotes a órfãs foram, porém, progressivamente reduzindo¹⁰⁷. Às *providas* e *visitadas*, sendo estas viúvas ou solteiras com poucos recursos era também prestado auxílio em subsídios mensais, tratamento em caso de doença e enterro. No entanto, em tempos de apertados recursos, esta obra seria a primeira a ser suspensa, tal como acontecera em Setúbal¹⁰⁸.

A partir de finais do século XVIII as Misericórdias atravessaram graves dificuldades, designadamente a nível financeiro, e conseqüentemente, assiste-se a um decrescer do seu prestígio social¹⁰⁹. A acção pombalina marcou a vida destas instituições com a legislação no sentido de proibir testamentos em favor de almas e encapelamento de bens, pois era dada prioridade aos vivos¹¹⁰.

¹⁰¹ Abreu Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 56

¹⁰² Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. P. 31

¹⁰³ Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à União Dinástica” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 36

¹⁰⁴ Abreu Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 65-66

¹⁰⁵ Abreu Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 67

¹⁰⁶ Em relação à assistência aos expostos, esta era uma competência municipal, no entanto, por serem recebidos nos hospitais, e sendo as Misericórdias locais as administradoras, eram estas que, de acordo com os municípios, deveriam ser as suas responsáveis [Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 69]

¹⁰⁷ Abreu Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 71

¹⁰⁸ Abreu Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V” in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 72

¹⁰⁹ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 79

¹¹⁰ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 84

Nos primeiros anos do liberalismo, militava-se para uma transformação ao nível político e social. A assistência deveria ser uma obrigação do Estado. A partir do momento em que o indivíduo era cidadão com direitos, um deles era o de ser assistido na falta de recursos próprios¹¹¹. As Misericórdias, cobrindo quase todo o país, foram usadas pelo poder central para assegurar esta assistência pública ao nível local e regional, e a função do Estado era a de regular, fiscalizar e inspeccionar¹¹² estas instituições, daqui em diante, designadas de beneficentes. A caridade, progressivamente abandona o léxico comum em matéria de assistência pública¹¹³.

3.2. Os Planos Legislativo, Assistencial e Cultural na Época Contemporânea. Uma Visão de Síntese

3.2.1. Durante a Monarquia Constitucional (1820-1910)

A partir do período vintista, em consonância com os novos valores liberais implementados, a assistência passa a ter maior importância para os sucessivos governos e terá agora uma abrangência mais alargada, agora para todos os *cidadãos* que dela necessitem. Como tal, o Estado teria um papel de a fazer chegar àqueles que não detinham recursos¹¹⁴. As Misericórdias, cobrindo grande parte do país e ilhas, muitas vezes ao nível regional, solidamente enraizadas nas comunidades e a maior parte delas com instituições assistenciais sob sua administração, foram aproveitadas nas políticas assistenciais do liberalismo oitocentista para criar uma verdadeira rede, ou sistema assistencial nacional. Agora estas irmandades eram instituições de beneficência e a caridade desaparecia progressivamente dos discursos relacionados com a assistência pública¹¹⁵. O reverso da medalha será o maior intervencionismo do Estado directa ou indirectamente na administração destas instituições no que se refere a gestão de recursos.

Da conjuntura nacional prejudicou as Misericórdias, que para além da crise financeira do Estado e das Invasões Francesas, também as lutas liberais e da Guerra Civil contribuíram para as dificuldades financeiras destas instituições bem como factores de favorecimento de animosidades nas suas administrações, bem como a passagem para segundo plano da assistência na ordem de prioridades¹¹⁶. Exemplo tanto da decadência, como do poder de intervenção do estado para com estas instituições é a própria extinção da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa por

¹¹¹ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 86

¹¹² Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1... p. 87

¹¹³ Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, 2008 p. 86

¹¹⁴ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 86

¹¹⁵ Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 86

¹¹⁶ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 80

Decreto de 11 de Agosto de 1834, pelo seu *deplorável* estado, *desleixo* e *abusos de uma Administração viciosa*¹¹⁷.

A maior intervenção do poder central para com as confrarias em geral e as misericórdias em particular, surgem logo em 2 de Setembro de 1835 e pauta-se pela fiscalização financeira das instituições querendo *prover de remédio aos abusos introduzidos na administração de alguns Hospitais e Misericórdias deste Reino; e cumprindo ao mesmo tempo melhorar a organização destes Estabelecimentos para que elles se tornem verdadeiros asylos de bem entendida caridade e beneficência*¹¹⁸. Para além disso, em decreto de 18 de Julho de 1835, uma das permissões embutidas ao Governador Civil era a de dissolver as eleições de confrarias e irmandades, e assegurar seguidamente uma nova.¹¹⁹ Em 1836 a legislação é mais específica e incide agora na fiscalização e administração dos bens próprios das confrarias e irmandades assegurando a sua proveitosa aplicação nos objectivos estipulados nos seus compromissos ou estatutos *sem desperdício ou extravio*. Outra preocupação constante no mesmo decreto diz respeito ao cumprimento de encargos pios, que em algumas confrarias e irmandades foi quase abandonado com o pretexto da insuficiência de rendimentos para a sua celebração¹²⁰. Desta forma, e de acordo com o respectivo decreto, os Administradores Gerais dos Distritos Administrativos vão poder examinar fundos, rendimentos, encargos e estado de cada uma das confrarias erectas nos seus respectivos distritos. Se detectarem que as confrarias não tenham número suficiente de irmãos, estas podem ser extintas e os seus bens aplicados em outros estabelecimentos de piedade ou instrução primária.

Todas estas disposições decretadas estão consagradas no Código Administrativo de 1842. A partir daqui, todos os textos seguintes, dão ao Governo Civil a autoridade para dissolução das administrações de confrarias e irmandades, bem como a fiscalização das suas contas de gerência e orçamentos, tudo em virtude da boa administração dos seus serviços de beneficência e caridade, bem como a boa aplicação e gestão das suas finanças.

Apesar da decadência de algumas Misericórdias neste período, em certas localidades outras continuam a desempenhar um importante papel assistencial. As formas de amparo aos desfavorecidos alargam-se em serviços e recursos, designadamente na criação de asilos, albergues, creches e balneários, muitas constroem novos hospitais ou melhoram os que já possuíam¹²¹. Pela insuficiência de recursos financeiros, os corpos sociais destas instituições vão inovar na forma de

¹¹⁷ *Collecção de Decretos e Reguamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação de Câmaras Legislativas*, Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840, p. 247.

¹¹⁸ *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837. Portaria de 2 de Setembro de 1835, p. 301

¹¹⁹ *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837. Decreto de 18 de Julho de 1835, p. 205

¹²⁰ *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837, Decreto de 21 de Outubro de 1836 p. 67

¹²¹ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 81-82

angariação de fundos, usando nomeadamente, as subscrições públicas, as festas, os espectáculos, as touradas, os concertos musicais, entre outros¹²².

Mais tarde, ao longo da 2.^a metade do séc. XIX, o Estado, ciente das dificuldades financeiras das Misericórdias em virtude da Lei das Desamortizações¹²³ e posterior desvalorização dos títulos de dívida pública, concede subsídios governamentais e municipais, e cede, provisória ou definitivamente património imobiliário conventual para fins assistenciais, sendo estes fruto da nacionalização dos bens das Ordens Religiosas em 1834.

Em relação à contextualização e enquadramento das Misericórdias Portuguesas no sistema de saúde pública nacional que se vai desenhando logo com o Decreto de Janeiro de 1837¹²⁴, após a Revolução de Setembro de 1836, que considera necessário dar nova forma à já existente Repartição de Saúde Pública. A existente *Comissão de Saúde Pública* é substituída pelo *Conselho de Saúde*, subordinado à Repartição dos Negócios do Reino, bem como cria outros mecanismos¹²⁵, sendo nesta linha fiscalizadora que o Estado Central inicia o processo de instituição de uma rede de saúde pública, em muito apoiada nas Misericórdias existentes a nível local.

Em 3 de Dezembro de 1868, em virtude de uma actualização e melhoramento do serviço de saúde, é extinto o Conselho de Saúde Pública do Reino (Art.º 1), passando todas as funções deliberativas a ser exercidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com a criação de uma Junta Consultiva de Saúde Pública (Art.º 3)¹²⁶. Em termos da organização deste *Sistema Superior de Saúde Pública*, será dada responsabilidade na matéria aos Governos civis a nível distrital, aos administradores dos Concelhos e ao nível paroquial, o seu regedor será o comissário de saúde. O Governo Civil e o administrador do Concelho eram coadjuvados respectivamente por um Delegado e um sub-Delegado de Saúde, ambos obrigatoriamente teriam de ser facultativos¹²⁷. Até finais do séc. XIX foi esta a legislação em vigor.

¹²² Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 90-91

¹²³ A lei de 22 de Junho de 1866, obriga as misericórdias e restantes instituições assistenciais e culturais, a vender património cujo produto teria de ser aplicado em títulos de dívida pública após serem vendidos em hasta pública, na maior parte das vezes, ao desbarato.

¹²⁴ *Collecção de Leis e outros Documentos oficiais publicados no 1.º Semestre de 1837* Sétima série, Primeira Parte, Imprensa Nacional, Lisboa, 1837. Decreto de 3 de Janeiro de 1837, Regulamento do Conselho de Saúde. p. 28

¹²⁵ Competia ao conselho de saúde a fiscalização superior em tudo o que respeitasse aos diversos ramos da saúde, designadamente, a fiscalização em matéria de Educação física dos habitantes, da prática da Medicina, Cirurgia e Farmácia e por fim, a fiscalização da Polícia Médica. Em cada distrito administrativo haveria um Delegado do Conselho de Saúde Pública nomeado pelo mesmo, sendo este sempre um Facultativo de Medicina, de maior mérito (Art.º 13). Em cada Conselho haveria um Sub-Delegado de Saúde e por fim, em cada paróquia existia um Cabeça de Saúde que seria o Regedor da Paróquia. Competia portanto a este Conselho fiscalizar, e inspeccionar tudo o que respeitasse à saúde e higiene pública, nomeadamente, entre outras funções, inspeccionar cemitérios públicos mantendo-os salubres, visitar os hospitais civis, recolhimentos, lazaretos, casas e asilos de mendicidade, e outros estabelecimentos de caridade em que se recolhessem enfermos ou inválidos, órfãos ou expostos (Art.º 16). Nesta alínea estavam incluídos todos os estabelecimentos administrados pelas Misericórdias, designadamente, o Hospital da Misericórdia de Setúbal.

¹²⁶ *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa, Anno de 1868*, Imprensa Nacional, Lisboa 1869. Decreto de 3 de Dezembro de 1868, p. 431-432

¹²⁷ médicos

Em 4 de Outubro de 1899¹²⁸ é criada a *Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública* regulamentada posteriormente em 24 de Dezembro de 1901¹²⁹, considerando-se de grande importância, e de *impreterível necessidade*, a reorganização dos serviços de saúde e higiene¹³⁰.

O lugar dos serviços de beneficência proporcionados pelas misericórdias, confrarias e associações de piedade, na legislação, continuava a ser o de alvo de fiscalização e subordinação ao governo civil do distrito e administrador do concelho.

As balizas temporais aqui demarcadas em consonância com a mudança do poder político, apesar de facilitarem a leitura do papel e posição das Misericórdias portuguesas no plano da assistência e rede confraternal nacionais, não são contudo estanques. Em 1905 um factor importante entra em evidência: As misericórdias assumem-se, enquanto instituições de beneficência, mesmo sob supervisão do Estado, como essenciais e centrais para a reorganização e estruturação da beneficência em Portugal¹³¹. Isto é, surge uma tomada de consciência por parte das Misericórdias – que não existia durante o Antigo Regime – de que todas estas instituições, nas suas respectivas localidades, trabalham num projecto comum, com natureza e fins também eles comuns entre si a nível agora, nacional. Posto isto, e até porque o Estado também acaba por lhes reconhecer de certa forma, essa competência através da legislação subsequente do *1.º Congresso Portuguez de Beneficencia* e seguintes¹³², as misericórdias tomam consciência, simultaneamente, do seu peso político.

É com esta configuração, portanto, que entramos no período de governo republicano.

3.2.2. Durante a República (1910-1926)

Os objectivos assistenciais das confrarias conferiam-lhes um carácter específico e utilitário. O processo de implantação da 1.ª República Portuguesa foi marcado por um anti-clericalismo muitas vezes extremo, mas sobretudo tinha uma política laicista muito marcada. O poder civil explora o objectivo assistencial destas instituições, inserindo-as num programa global de reforma da assistência

¹²⁸ *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa 1900. Criação da Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública. Diário de Governo n.º 226, de 6 de Outubro de 1899. P. 486

¹²⁹ *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa 1902. Regulamento Geral dos serviços de saúde e beneficência pública. Diário de Governo n.º 292, de 26 de Dezembro de 1901.p. 1031

¹³⁰ A inspecção administrativa e tutelar da beneficência pública no país cabia às autoridades e funcionários civis, e de acordo com o regulamento de 1901, os serviços de saúde tinham por fim vigiar e estudar tudo o que dissesse respeito à sanidade pública, higiene social e vida física da população, promovendo a melhoria e a defesa contra a invasão de doenças infecciosas, a salubridade das habitações, a inspecção de alimentos, a higiene na indústria e trabalho, a polícia mortuária e o exercício médico-profissional.

¹³¹ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 94

¹³² Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 101-102.

pública¹³³, enquanto que o poder religioso explora as suas funções culturais. Ao nível local, ambos os poderes viam nas confrarias uma base de apoio, acção e visibilidade importantes¹³⁴.

A Lei publicada em D. G. de 26 de Maio, que reorganiza a assistência pública, considera essencial o papel desempenhado pela assistência privada, (...) *quaesquer que sejam as suas entidades ou modos da sua organização* (...) mas porém, (...) *dentro do direito estatutário da associação* (...). (Art.º3), portanto, associações laicas. Muito provavelmente, é neste sentido que a Misericórdia de Setúbal age ao reformular os seus estatutos, optando pela esfera de acção assistencial privada em detrimento do culto e assistência espiritual.

A Política Religiosa da I República e a Lei da Separação do Estado e Igrejas.

Em termos legislativos, a política religiosa do novo governo inicia-se logo em 1910 até Abril de 1911, data da publicação da *Lei de Separação do Estado e Igrejas*. Em Outubro de 1910 são reavivados os decretos anti-jesuiticos e anti-congregacionistas¹³⁵. No mesmo mês são também abolidos os juramentos religiosos para cargos de interesse público¹³⁶, cuja forma passará a ser de declarar por *honra* o cumprimento fiel das suas respectivas funções. Proibiu-se também o ensino da doutrina cristã nas escolas, bem como das obrigações religiosas nas Universidades.

As Mesas das confrarias foram dissolvidas e substituídas por comissões nomeadas pelo Estado. O código administrativo de 1896 seria a base legislativa de acção dos Governos Cívicos para com as confrarias¹³⁷. Desta forma, o Governador Cívico, enquanto chefe da administração do distrito e representante do mesmo enquanto entidade moral, exerce tutela administrativa sobre todas as corporações e institutos de piedade ou beneficência¹³⁸. Como tal, competia-lhe a inspecção superior das irmandades e confrarias, bem como dos institutos de piedade ou beneficência, que por lei, não estivessem subordinados ao Estado. Neste leque de possibilidades estavam inscritas as Misericórdias Portuguesas. Às comissões nomeadas pelo Governo Cívico ficavam atribuídas as mesmas funções das respectivas mesas, excepto na admissão de irmãos a não ser que a sua entrada fosse indispensável para evitar a sua extinção por falta dos mesmos. As alterações efectuadas pela República nesta mesma alínea do Código Administrativo de 1896, e promulgadas em 29 de Outubro de 1910, consistem em primeiro lugar, em não delimitar o período de tempo de exercício destas comissões, e em segundo lugar, que as suas funções seriam as mesmas que as

¹³³ D. G. n.º 122, de 26 Maio de 1911. Decreto, com força de Lei que reorganiza a Assistência Pública, bem como cria a Direcção Geral de Assistência, o Conselho Nacional de Assistência Pública, bem como as Comissões Distritais e Municipais de Assistência.

¹³⁴ “As Confrarias Durante a I República em Portugal, 1911-1912” Carvalho, David Augusto Figueiredo Luna de, in *Em Nome do Espírito Santo História de um Culto*, IAN/TT, Lisboa, 2004. pp. 117

¹³⁵ Diário de Governo n.º 4 de 10 de Outubro de 1910, p. 3

¹³⁶ Diário de Governo n.º 12, de 19 de Outubro de 1910, p. 14

¹³⁷ Diário de Governo n.º 21, de 29 de Outubro de 1910, p. 35

¹³⁸ O Governador Cívico teria funções fiscalizadoras e reguladoras na esfera financeira e administrativa e desta forma, aprovavam orçamentos, regulavam a sua a escrituração e contabilidade, mas mais importante, poderiam dissolver, mediante autorização do governo, as mesas ou administrações destas instituições, nomeando em seguida livremente comissões que as administrassem até se realizarem novas eleições de acordo com os compromissos ou estatutos das mesmas. [Código Administrativo, Aprovado por Lei de 4 de Maio de 1896, 5.ª edição oficial, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907. p. 106.]

atribuídas às mesas eleitas de forma habitual, sem restrição alguma, permitindo agora a aceitação de novos irmãos¹³⁹.

Cinco razões seriam causa para dissolução das Mesas. Em primeiro lugar, se a instituição se tivesse desviado do fim para que fora instituída; se faltou, nos prazos e termos legais, com a prestação de orçamentos ou contas de gerência; em quarto lugar, que deixou de tomar deliberações indispensáveis ao desempenho dos seus deveres ou que tivesse faltado à obediência legalmente devida às autoridades públicas; por último, se a sua gerência fosse nociva aos interesses da instituição após inquérito. É evidentemente um leque abstracto de razões. Para além disso o governador civil tinha também, a competência de ordenar às confrarias, a redacção de novos estatutos ou compromissos, de acordo com regulamentos e instruções do governo. Na falta de cumprimento desta disposição, a confraria poderia ser extinta e os seus bens, aplicados em favor de outra instituição de beneficência do concelho ou da respectiva junta de paróquia¹⁴⁰.

Em Dezembro de 1910, privam-se as congregações de todos os direitos a pessoas e bens¹⁴¹.

Promulgada em 2 de Abril de 1911, A Lei da Separação, possibilita a criação de associações culturais, criadas de raiz e aceita a possibilidade de estas corporações continuarem a tomar a seu encargo a sustentação do culto católico e a possibilitar a continuidade daquelas que não o fizessem¹⁴². Contudo, a lei também considerava a hipótese de que nada disto se fizesse em algumas paróquias e para tal, decreta que o culto poderia ser exercido temporariamente através da iniciativa particular, tendo o ministro como obrigação, a organização da contabilidade, tendo-a sempre disponível para os fiéis da paróquia¹⁴³.

No geral, a legislação republicana no que concerne às confrarias, agiu no sentido de afastá-las da Igreja Católica por um lado, e reforçar o seu carácter laico na sua vertente assistencial por outro¹⁴⁴.

No geral, apesar de terem de reformar os seus compromissos ou estatutos, esta última opção de o culto se poder efectuar sob regime transitório, foi a mais utilizada pelas confrarias no país¹⁴⁵.

¹³⁹ Diário de Governo n.º 21, de 29 de Outubro de 1910, p. 35

¹⁴⁰ Código Administrativo, Aprovado por Lei de 4 de Maio de 1896, 5.ª edição oficial, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907. p. 115-116

¹⁴¹ Isto é, continuam confiados à guarda, conservação e posse do Estado, todos os bens mobiliários ou imobiliários que, por virtude do decreto de 8 de Outubro de 1910, foram ou possam ser arrolados pelas autoridades administrativas e judiciais, por terem sido ocupados, detidos ou usados, sob qualquer título, pelos jesuítas, ou por quaisquer congregações, companhias, conventos, colégios, hospícios, associações, missões, bem como ainda quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra. [Diário de Governo n.º 1, de 3 de Janeiro de 1911. pp. 208-211]

¹⁴² “As Confrarias Durante a I Republica em Portugal, 1911-1912” Carvalho, David Augusto Figueiredo Luna de, in *Em Nome do Espírito Santo História de um Culto*, IAN/TT, Lisboa, 2004. pp. 118-119

¹⁴³ *Lei da separação do Estado e igrejas*, Diário de Governo n.º 92, de 21 de Abril de 1911, p. 698

¹⁴⁴ No capítulo II da Lei de Separação, a república decreta apenas duas possibilidades para que o culto seja legalmente exercido nas respectivas circunscrições do país. Em primeiro lugar, o culto estaria assegurado nas paróquias através de confrarias, exclusivamente portuguesas, de assistência e beneficência, já existentes com preferência dada às misericórdias sobre quaisquer outras dentro da respectiva circunscrição, ou outras criadas de raiz, só podendo existir sempre uma. Em segundo lugar, através de outras corporações de assistência ou beneficência que não ficassem a cargo do culto na sua circunscrição, mas que para essa prática do culto estaria condicionada a aplicar 1/3 dos seus recursos, pois o restante seria para os fins assistenciais. [Carvalho, David A. F. Luna de, “As Confrarias Durante a I Republica em Portugal, 1911-1912”, in *Em Nome do Espírito Santo História de um Culto*, Colóquio, IAN/TT, Lisboa, 2004. pp. 120-121]

¹⁴⁵ “As Confrarias Durante a I Republica em Portugal, 1911-1912” Carvalho, David Augusto Figueiredo Luna de, in *Em Nome do Espírito Santo História de um Culto*, IAN/TT, Lisboa, 2004. pp. 122-123

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal inicia o processo de reforma dos seus estatutos sendo estes aprovados em 27 de Abril de 1912 pelo Governo Civil de Lisboa. Estatutos estes que modificam a denominação da instituição para *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*, sendo por completo estranha a assuntos políticos e religiosos¹⁴⁶. Os seus fins passam a ser unicamente praticar actos de assistência e beneficência, socorrendo os pobres na doença e decrepitude, administrar o Hospital Civil da Cidade e, outras instituições que venham a estar a seu cargo, incluindo a previsão da fundação de um asilo para inválidos do sexo masculino¹⁴⁷.

3.2.3. Estado Novo (1926-1974)

O Estado Novo considera as Misericórdias como tendo um papel central no sector da assistência pública nacional. Pretende revitalizar as instituições já existentes e encorajar a criação de novas nos concelhos em que não existam. Para tal, oferece, através de medidas legislativas, excepções, isenções, bem como prolongamentos de prazos, no âmbito judicial, administrativo, financeiro e administrativo¹⁴⁸.

É neste período que as manifestações culturais e religiosas readquirem importância. Surgem novamente as festividades da Semana Santa com as suas procissões organizadas pelas Misericórdias, tal como em Setúbal, Évora, Penela, Águeda, Lousã, Celorico de Baixo e Alandroal¹⁴⁹. Devido às dificuldades financeiras, provocadas pelos acontecimentos da 2.^a Guerra Mundial, à semelhança do que acontece no período republicano, muitas Misericórdias “inventam”, e inovam a forma de angariar receitas. Designadamente, os *Cortejos de Oferendas*, revitalização de novos eventos como as Touradas, Campanhas do mais variado tipo em nome da assistência, e outro género de espectáculos em seu favor¹⁵⁰.

A grande questão durante este período estava associada contudo à sua vertente religiosa, e foi no *II Congresso das Misericórdias* em 1929 no Porto, que o debate se iniciou. O código Administrativo de 1936 insere-as no Capítulo II referente às *associações beneficentes ou humanitárias*. No seu concelho, seriam o órgão central da assistência do mesmo, cumprindo-lhe congregar a acção beneficente de todos os estabelecimentos e associações de assistência pública e privada, mas sempre em harmonia com as instruções transmitidas pelo governador civil (Art.º 372)¹⁵¹. Com o Código Administrativo de 1940, as Misericórdias são consideradas instituições canonicamente

¹⁴⁶ AHSCMSTB, *Estatutos da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*, Tipografia Santos, Setúbal. 1912. Cap. I, Art.º 3.º, p. 5

¹⁴⁷ AHSCMSTB, *Estatutos da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*, Tipografia Santos, Setúbal. 1912. Cap. I, Art.º 2.º, p. 5.

¹⁴⁸ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 99.

¹⁴⁹ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 104

¹⁵⁰ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 105

¹⁵¹ Tinham como exercício obrigatório a criação e sustentação de postos hospitalares, protecção a grávidas e recém-nascidos e expostos, enterramentos de pobres e indigentes sem família nem meios para o funeral. (art.º 373, 1.º, 2.º, 3.º). A Aprovação dos seus estatutos e fiscalização continuariam subordinadas ao respectivo G. Civil.

erectas na sua natureza jurídica, inserindo-as desta forma, na esfera eclesiástica que leva à possível reclamação da sua tutela por parte da Igreja. Designadamente, no Código, a denominação de *Santa Casa da Misericórdia* ou *Misericórdia* só poderia ser usada por estabelecimentos de assistência ou beneficência criados e administrados por irmandades ou confrarias canonicamente erectas e constituídas por compromisso, de harmonia com o espírito tradicional da instituição, para a prática da caridade cristã (Art.º 433). Tal como é explicado por Maria Antónia Lopes¹⁵², nem na *Concordata* (7 Maio de 1940), nem depois no *Estatuto da Assistência Social* (15 Maio de 1944), as Misericórdias foram consideradas associações religiosas ou eclesiásticas, bem como nem no seu percurso histórico responderam perante a tutela da Igreja apenas sim à Coroa. Esta confusa caracterização na sua definição jurídica é explicitada no Decreto-Lei de 7 de Novembro de 1945, que substitui a “ambiguidade” jurídica anterior, por uma dualidade na esfera tutelar e operante. Designadamente, as Misericórdias são *instituições de assistência e beneficência com compromissos elaborados de harmonia com o espírito tradicional das instituições para a prática da caridade cristã, obrigatoriamente aprovados pelo Ministério do Interior*. Em paralelo, existem as irmandades e confrarias, que são canonicamente erectas e que tem por finalidade praticar o culto e conceder assistência religiosa e moral.¹⁵³ Quer isto dizer que, as primeiras, as misericórdias, prestam assistência física, “corporal”, enquanto que as irmandades propriamente ditas, prestam a assistência religiosa, “espiritual”.

Em 1963 com o *Estatuto da Saúde e Assistência*¹⁵⁴ o Estado prossegue com a sua função reguladora, e as misericórdias com as vitais responsabilidades locais e estatuto especial entre as associações particulares de assistência¹⁵⁵. Em consequência da organização do Ministério da Saúde e Assistência, o Estado demonstra indícios para progressivamente incorporar as instituições articulares de assistência nos seus serviços, o que viria só a acontecer em Dezembro de 1974¹⁵⁶, já após a Revolução de Abril¹⁵⁷. Anteriormente, o Estado apenas geria os hospitais centrais de Lisboa, Coimbra e parcialmente o do Porto.

3.2.4. Após a Revolução de 25 Abril de 1974

Através do já referido decreto de Dezembro de 1974, os hospitais a cargo das misericórdias são nacionalizados, os seus equipamentos mobiliários e imobiliários são por elas concedidos a título

¹⁵² Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 107-108. e em Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 101-102.

¹⁵³ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 101-102

¹⁵⁴ D. G de 19 de Julho de 1963, Lei n.º2120.

¹⁵⁵ É constituída a *Corporação de Assistência* formada pelas Misericórdias e outras instituições de beneficência, são criadas ajudas financeiras públicas especialmente subsídios municipais e, através da *Direcção Geral de Assistência*, são fornecidos recursos materiais, nomeadamente em equipamentos hospitalares, como é exemplo a *Comissão de Construções Hospitalares*. [D. G de 19 de Julho de 1963, Lei n.º2120]

¹⁵⁶ Decreto-Lei 704/74 de 7 de Dezembro de 1974.

¹⁵⁷ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 105-106

gratuito, e as gerências dos mesmos eliminadas e colocadas em sua substituição comissões delegadas para gestão dos hospitais. De forma áspera, as Misericórdias vêm um dos seus maiores serviços que serviam a assistência pública ser-lhes retirado, sem qualquer ressarcimento. No entanto, o Estado reconhece a forma errada de como operou a nacionalização dos hospitais das Misericórdias e por decreto de 14/80 de 20 de Fevereiro, determina o arrendamento dos edifícios hospitalares como forma de compensação¹⁵⁸. E se os quatro Congressos das Misericórdias Portuguesas até aí realizados foram sempre palcos de inquieta discussão e reflexão sobre os problemas mais fundamentais das mesmas, o V Congresso foi-o avidamente. As três linhas essenciais passam pela questão da vocação, orientação e natureza das instituições, pela revisão de legislação e pela criação de uma federação que reunisse todas as Instituições nacionais, que resultou efectivamente na criação da UMP - União das Misericórdias Portuguesas¹⁵⁹.

Às Misericórdias é-lhes dado o estatuto jurídico de Instituições Privadas de Solidariedade Social através do Decreto-Lei 519-G2/79 de 29 de Dezembro de 1979 e depois pelo decreto de 119/83 de 25 de Fevereiro que lhe mantém este estatuto¹⁶⁰. Porém, em 1989, a Conferencia Episcopal Portuguesa declara que as confrarias e irmandades são associações públicas de fiéis, resolução contrária àquilo que declara a UMP: que as misericórdias são associações privadas de fiéis¹⁶¹. A concordata de 2004¹⁶², assinada por Durão Barroso permite a constituição, extinção e modificação, por parte da Santa Sé, para com estas instituições, pela primeira vez na sua história. O debate ainda permanece.

¹⁵⁸ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 107

¹⁵⁹ *Actas do V Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas*. Tipografia Guerra, Viseu. 1977. p. 292.

¹⁶⁰ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 107

¹⁶¹ Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX”, in Paiva, José Pedro, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, Fazer a História das Misericórdias*, UMP, Lisboa 2002, vol I, p. 109

¹⁶² *Concordatas Santa Sé-Portugal. 18 de Maio 2004 – 7 de Maio 1940*, Instituto Superior de Direito Canónico. Universidade Católica Editora. 2007.

4. Santa Casa da Misericórdia de Setúbal na Contemporaneidade – Regulamentação e Práticas Assistenciais

4.1. Evolução de Compromissos e Estatutos

Em 1890 tinha já a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal alterado o seu Compromisso e Estatutos que havia redigido em 1865¹⁶³. Por sua vez, estes foram escritos, devido à antiguidade e inadaptação dos redigidos em 1657¹⁶⁴. É na gerência de 1889-1890, sob a provedoria de António Joaquim Corrêa, que se decide a nova produção estatutária, em virtude das novas leis e códigos, mas referindo-se também à mudança nos *usos e costumes* da sociedade¹⁶⁵. A sua invocação e objecto seriam o *serviço de Deus e dos pobres no exercício das obras de misericórdia e de todas as virtudes christãs, principalmente a da caridade que é a de todas a mais excellente*. Com o número limite de admissões fixado nos quatrocentos indivíduos, estes poderiam ser admitidos se: dotados de bons costumes; bom comportamento civil e religioso; ter pelo menos vinte e um anos e menos de cinquenta e ainda se usufruíssem de meios suficientes para poder viver conforme a sua posição social, resultantes de rendimentos próprios, ou profissão decente, se tivessem instrução, sendo condição obrigatória saber ler e escrever correctamente e por fim, se não fossem conhecidos por homens de génio *demasiadamente irascível*, ou dados em particular a qualquer vício¹⁶⁶.

A Mesa da Irmandade era a sua representante e administradora, e era composta por um *Provedor*, um *Escrivão*, um *Tesoureiro*, o *Companheiro* do Escrivão e do Tesoureiro e dois *mordomos* do hospital¹⁶⁷. O provedor era o *chefe da irmandade* e como tal, o cargo seria ocupado sempre por um *dos irmãos mais qualificados da irmandade, dotado de reconhecida probidade e prudência, para que mais facilmente se possa fazer respeitar* pelos irmãos e empregados da Misericórdia. O escrivão era também irmão de boas qualidades, e requeria-se que a sua vida permitisse sua total dedicação aos

¹⁶³ *Estatutos ou Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. Typographia Universal, Lisboa. 1865.

¹⁶⁴ Este Compromisso era o texto dos chamados *Compromissos Particulares*, que transcreviam todo o conteúdo do Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, com as especificidades de e para cada localidade. [ADS, SCMSTB/A/001, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa, Em Lisboa. Na officina de Miguel Manescal, Impreffor do Sancto Officio. Anno de 1704. Compromosso Novo Ou Alteração dealguns [Capitulos] do Compromisso Particular Para a desta Villa de Setúbal Confirmado Emendado observar pelo Alvará Régio De 15 de [Janeiro] de 1657 Novamente Copiado do antigo, q fica na Secretaria Por Ordem da Meza*].

¹⁶⁵ *Proêmio* [SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, Pt.1, *Estatutos ou Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. Typographia Mattos Moreira, Lisboa, 1890].

¹⁶⁶ Os requerimentos para admissão eram dirigidos à Mesa Administrativa, que depois de os examinar e recolher as informações necessárias para atestar a veracidade e legalidade dos requerimentos, votava por escrutínio secreto a admissão do pretendente irmão. Existiam duas categorias de irmãos, sendo uma dos irmãos pobres e outra a dos irmãos qualificados. Todos os irmãos, quando entravam para a irmandade tinham de pagar 4\$500 réis de jóia e uma quantia anual de 500 réis, da qual estavam isentos os irmãos pobres. Todos sem qualquer excepção, estavam obrigados pelo compromisso de 1890 a comparecer em todos os actos da irmandade, em especial, para as eleições. Para além deste acto, realizado no dia 4 de Julho, no dia de Santa Isabel, constavam também as festividades a cargo da Misericórdia de Nossa Senhora das Dores e do Espírito Santo.

¹⁶⁷ O cargo de mordomo tinha essencialmente a função de fiscalizar o funcionamento do hospital.

trabalhos que o cargo exigia. Portanto, que a sua condição social o permitisse. O tesoureiro seria sempre, como consta do compromisso de 1890, *um irmão proprietário, ou negociante estabelecido, e que pela sua notória honradez e probidade offereca sólidas garantias á segurança dos dinheiros e mais valores da Misericórdia*. Portanto, todos os cargos relacionados com a gerência e administração da Misericórdia tinham como condição comum, um estatuto social elevado, que permitisse aos seus detentores viver de rendimentos próprios, e para além disso, serem ainda reconhecidos pelos seus pares enquanto tal.

Contudo, a situação legal e administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal estava prestes a sofrer uma alteração fundamental, nunca antes vivenciada pela mesma. É certo que o poder central, como já se viu atrás, puxou para si uma fatia importante de poder de intervenção sobre estas instituições através dos governadores civis, mas nunca as modificou na sua essência, continuando estas a sua acção assistencial, com grande carga caritativa e religiosa, com mais ou menos fiscalização por parte do Estado. Contudo, logo a 16 de Outubro de 1910: (...) *O Senhor Provedor informa que no dia 11 de Outubro a Autoridade Administrativa mandou sair imediatamente do hospital as irmãs hospitaleiras, sendo elas substituídas n'aquela ocasião por diversas senhoras da cidade que espontaneamente se ofereceram para tratar dos doentes. Depois, por ordem da mesma autoridade vieram de Lisboa 4 enfermeiras para o serviço do hospital. A mesa acatou as ordens superiormente recebidas (...) Em vista do actual regime governamental, o acto da Misericórdia tinha de deixar de sair e (...) o funeral dos irmãos teria de ser modificado (...)*¹⁶⁸. Estas duas passagens ilustram e resumem, de certa forma, as transformações que estavam para vir em relação à vida quotidiana das Misericórdias Portuguesas. Em primeiro lugar, reflecte o anti-clericalismo revolucionário inicial da Primeira República, que fez com que no Hospital da Misericórdia, as religiosas Hospitaleiras abandonassem o serviço que aí prestavam. Em segundo lugar, as restrições dos rituais religiosos nos espaços públicos fizeram com que as procissões e enterros se realizassem mediante burocráticas e delicadas autorizações.

Logo em 22 de Novembro de 1910, o Governo Civil do Distrito de Lisboa, sob cuja alçada estava o Conselho de Setúbal, substitui a Mesa em funções por uma Comissão Administrativa, por ele nomeada, e que iria agora gerir a instituição até que se realizassem novas eleições. Desta forma, em acta de 26 de Novembro¹⁶⁹, o Governador Civil bem com o Administrador do Concelho, Luciano de Carvalho, dão posse à Comissão Administrativa, cujos membros estavam em perfeita sintonia com a transformação política operada.

Os dois primeiros anos de vida da Primeira República portuguesa marcam uma mudança vital e essencial na Misericórdia da Cidade, quanto à sua actividade assistencial e beneficente, bem como quanto à imagem e discursos. Os seus agentes formulam e empreendem uma [re]afirmação da sua imagem na sociedade setubalense. Por um lado, ela *afirma-se*, pejada do ideário republicano que está agora presente, sem reboço, e assim se pretende identificar. Por outro, *reafirma-se*, usando novamente a esfera assistencial, como motor, do seu dinamismo, à semelhança do que o provedor

¹⁶⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1479, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1910-1927]. Sessão de 16 de Outubro 1910, Fls5.

¹⁶⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1479, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1910-1927]. Sessão de 26 de Novembro 1910, Fls. 6v-7

António Joaquim Corrêa, em 1893, havia feito quando inaugurou o Novo Hospital. Facto é, que a assistência é efectivamente praticada, mas também celebrada publicamente, e funciona a dada altura como o triunfo do sonho republicano preconizado pelos seus agentes locais, que se celebram a si próprios enquanto a praticam. É também uma nova etapa na história da instituição porque se altera na sua essência formal e legal pois passa a ser estatutariamente uma *associação*. Os motivos não foram explícitos, ou antes, não foram divulgados abertamente nos documentos legais contudo, trata-se de uma evidente consequência da mudança política e cultural preconizada pelos novos agentes políticos. Ao tornar-se *associação*, deixou de ser Irmandade, efectivando-se assim, a laicização formal da Santa Casa, e legitimando-se, tanto a sua administração por parte dos agentes do novo regime, como a continuidade da administração das suas instituições, agora também legitimadas pelos novos estatutos, que a transformam em uma associação privada de beneficência¹⁷⁰.

Ao compararmos as disposições do Compromisso de 1890 da Irmandade, com os Estatutos da Associação de 1912, este cenário é claro e inquestionável.

O corpo de irmãos da anterior Irmandade transitou para a associação com o estatuto de *sócios fundadores*, com a condição das suas quotas se encontrarem pagas até a data de aprovação dos novos estatutos. Todos tinham o direito de votar e ser votados para cargos, desde que o pagamento das quotas se encontrasse em dia. Os irmãos pobres da Irmandade transitaram também com esse estatuto, mas até se extinguir a respectiva classe de *sócios fundadores*¹⁷¹. Os novos elementos admitidos pertenciam à classe dos *sócios benfeitores*.

Só o Tesoureiro António Mendes Fialho transitou da Mesa dissolvida para a Comissão nomeada. António José Marques, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal desde 1885¹⁷², *mesário* na dissolvida Mesa, é depois provedor na Comissão e eleito *Director-Presidente* da Associação de Beneficência em Abril de 1912, e nesse cargo se manteve até 1917.

Logo na primeira sessão da Comissão Executiva, são aceites, entre as 31 novas admissões, as duas primeiras mulheres no corpo dos sócios da associação: Maria do Carmo Gomes Severino e Maria Augusta Sousa Fialho¹⁷³, sendo que em 15 Dezembro ainda de 1912, ingressa Maria Adelaide Martins Ferreira¹⁷⁴. É também entre estes nomes que se encontra Joaquim Brandão, natural de Sesimbra, republicano e deputado pelo Círculo de Setúbal, e sócio da associação¹⁷⁵, bem como M. M. Portella, Arronches Junqueiro e José Augusto Cardoso de Moura. Em 1913, apesar de nos

¹⁷⁰ ADS, SCMSTB. *Estatutos da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1912. Tipografia Santos, Setúbal. 1912.

¹⁷¹ Continuariam à semelhança do anterior compromisso, a ser tratados no hospital nos seus *apostos especiais*, com subsídios anuais para o caso de invalidez e a ter funeral pago pela instituição, ou a receber subsídio para tal. Quanto à sua família, ficava esta ainda com subsídio para o caso de viuvez estipulado em 1\$500 réis mensais.

¹⁷² SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1302, Lv. De Registo de sócios fundadores F/002

¹⁷³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, fls.1v

¹⁷⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Dezembro 1912, fl. 5v

¹⁷⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, fls.1v

estatutos não estar contemplada esta situação, inicia-se a admissão de sócios mas sem menção a *benfeitores*¹⁷⁶.

Só no restante ano de 1912, após as primeiras eleições da Mesa de 30 de Abril, ingressaram 128 sócios para a nova associação, entre os quais se contavam 3 mulheres, cujos nomes já foram mencionados¹⁷⁷. Desenha-se portanto, um novo corpo social.

4.1.1. Administração Republicana – Novo ânimo para a beneficência em Setúbal

Logo em Novembro de 1910, na primeira sessão após a tomada de posse da Comissão Administrativa, esta delibera, em virtude das precárias condições financeiras dos seus institutos, apelar aos Jornais da Cidade a favor da Santa Casa, expedir circulares a diversas entidades pedindo esmolas ou donativos em virtude do dia 25 de Dezembro, feriado dedicado à Festa da Família. Decide ainda, contactar os proprietários das casas de espectáculos da cidade para a cedência de noites em benefício do Hospital e Asilo, a cargo da Misericórdia. A partir desta data, as ajudas surgem por diversos canais, sendo eles a nível particular, empresarial ou público. Os proprietários das casas de espectáculo da cidade acedem ao pedido, e oferecem certas noites dos seus estabelecimentos a favor do Hospital, e a nível particular, proliferam os donativos e doações. Um ofício da Câmara Municipal comunica em 27 Dezembro de 1910, por proposta do seu vice-presidente, e aprovado por unanimidade pelos restantes membros, a concessão de um subsídio mensal ao Hospital de 150 réis a ser entregue logo a partir desse mesmo mês¹⁷⁸. Valeu a Joaquim Brandão, vice-presidente da Câmara Municipal e autor da proposta, um voto de louvor registado em acta¹⁷⁹. Mais tarde, já em Março de 1912, sendo Joaquim Brandão agora Deputado pelo Círculo de Setúbal, conquista do Ministério do Interior um subsídio de dois contos de réis. Esta conquista valeu-lhe logo, por deliberação imediata da Mesa, proposta pelo Tesoureiro António Mendes Fialho, a produção do seu retrato¹⁸⁰ com a inscrição de *Benfeitor d'este Hospital*, com sessão solene para a colocação na respectiva Galeria de Benfeitores¹⁸¹. Maria Romana d'Araújo Ferreira Torres, esposa do cidadão Venâncio Olimpo Ferreira Torres, faz a cedência de 5 foros no valor de 26 250 réis, de que a Misericórdia lhe era devedora, o que lhe valeu, um agradecimento¹⁸².

¹⁷⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 30 Setembro de 1913. fl. 11v

¹⁷⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. N.º1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1912-1913.

¹⁷⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, Sessão de 5 Janeiro de 1911. fls.13

¹⁷⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 26 Janeiro de 1911. fls.14v

¹⁸⁰ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0086

¹⁸¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 18 Janeiro de 1912. fl.30

¹⁸² SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, Sessão de 16 de Fevereiro 1911. fls.16

É também registado um legado do irmão João Ferreira Marques, cujo testamenteiro, José Francisco Cardoso de Moura faz, não só a cessão imediata da quantia¹⁸³, mas também, a cessão da parte que lhe correspondia no referido testamento¹⁸⁴.

Maria de Jesus D'Almeida Soveral contempla a Santa Casa com uma propriedade denominada Baluarte, situada no Campo do Bonfim¹⁸⁵, propriedade esta que estará ocupada em Setembro de 1913 com o *Asilo Bocage*, para inválidos do sexo masculino, administrado pela Misericórdia. Esta doadora, foi agraciada também com a produção de um retrato¹⁸⁶. O Empresário setubalense João Alves de Andrade Piteira, também irmão, *empregado* no Grande Salão de Recreio do Povo, oferece uma noite para espectáculo no mesmo estabelecimento, cujo produto reverteria em favor da Santa Casa¹⁸⁷. Valeu-lhe um voto de reconhecimento em acta, bem como um retrato com a inscrição de *Benfeitor d'este Hospital*¹⁸⁸. Apesar de não se encontrar datado, a conclusão da sua execução e exposição é referida na *Folha de Setúbal*¹⁸⁹ em 11 de Abril de 1912, ao lado dos retratos de Maria de Jesus d'Almeida Soveral, Eusébio Leão¹⁹⁰ e de António José Baptista¹⁹¹.

Já no ano de 1912, Maria Teresa de Assumpção Cunha oferece 100 mil réis à Santa Casa para administração do hospital¹⁹². É merecedora também da produção de um retrato, ainda que este só seja realizado em 1922¹⁹³. Estas honras concedidas eram vistas como formas de agradecimento, reconhecendo-se publicamente as doações e os doadores.

Na esfera religiosa, enquanto não fossem alterados os estatutos, estava-se ainda sob alçada do Compromisso de 1890, que prescrevia a realização da Festividade de Nossa Senhora das Dores. Contudo deliberou-se em Março de 1911¹⁹⁴, pôr à disposição de qualquer comissão, a Igreja da Misericórdia, para que, se assim o desejasse, realizasse a dita festividade. Isto porque a celebração, não iria ser realizada pela Misericórdia, sendo o seu orçamento aplicado em vez disso, em esmolas para pobres¹⁹⁵. Em 24 de Maio do mesmo ano volta-se a cancelar mais uma festividade religiosa sendo esta a do Espírito Santo, justificada agora pelas débeis circunstâncias financeiras da Instituição¹⁹⁶. O facto é que não se realizam as festividades tradicionais. Mais faz esta comissão:

¹⁸³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, Sessão de 6 de Abril de 1911. fls.18v-19v

¹⁸⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, Sessão de 24 Maio de 1911. fls.20v

¹⁸⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 7 Setembro 1911. fls.25v

¹⁸⁶ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0032

¹⁸⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 22 de Outubro de 1911. fls.26v

¹⁸⁸ Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0099

¹⁸⁹ *A Folha de Setúbal*, 11 de Abril 1912, n.º 7

¹⁹⁰ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0098

¹⁹¹ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0077

¹⁹² SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 18 Janeiro de 1912. fl.30

¹⁹³ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0047

¹⁹⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 23 Março de 1911. fl.18

¹⁹⁵ Seriam estas distribuídas em 5.ª feira Maior, no dia 13 de Abril de 1911, pelas 8 horas da manhã, a 14 pobres, cabendo-lhes 300 réis a cada um, perfazendo a importância total de 42 000 réis.

¹⁹⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 24 Maio de 1911. fls.20v-21

aplica, a deliberação unanimemente aceite de *retirar para sítio conveniente todos os santos que ainda existissem nas enfermarias do hospital*. Deliberou-se ainda, que fosse retirada também a Coroa Real, que encimava o escudo da Misericórdia, colocado no pórtico principal do Hospital¹⁹⁷.

Em relação à esfera financeira, apesar dos donativos, doações e benefícios oferecidos, António José Marques refere-se aos grandes encargos que a anterior administração deixou em forma de subsídios às famílias dos irmãos. Demonstra que os recursos da irmandade não podem com tais encargos e que a continuar a sustenta-los *haverá grande desequilíbrio nas finanças*¹⁹⁸. E de facto, esses encargos estavam nos Estatutos de 1912 regulamentados só para a classe dos irmãos pobres fundadores até esta deixar de existir.

É em 20 de Dezembro de 1911 que é deliberado em acta¹⁹⁹, reformular os estatutos, em virtude da portaria saída do Ministério da Justiça a 18 de Dezembro, que obriga as Misericórdias a reformularem os seus estatutos de acordo com a *Lei de Separação*, até 31 de Dezembro de 1911²⁰⁰.

A Administração do Concelho exerce pressão sobre a Santa Casa²⁰¹ no sentido de esta proceder à eleição dos corpos gerentes e de que a tomada de posse seja realizada até Fevereiro de 1912. Tal não acontece, pois estes só foram aprovados em 11 de Abril de 1912 pela Assembleia Geral dos irmãos, e em 27 de Abril, pela autoridade competente – Governo Civil – procedendo-se de imediato à marcação da Assembleia Geral da Associação para 30 de Abril, para a eleição da Mesa Administrativa e Comissão Revisora de Contas²⁰². As eleições realizaram-se como previsto, e dela saíram eleitos António José Marques, Joaquim Guilherme d'Assis e António Mendes Fialho, todos eles transitados da comissão nomeada pelo Governo Civil²⁰³.

4.1.2. Administração e Regulamentação após a República

Após a mudança de regime para a Ditadura Militar que antecede a Instituição do Estado Novo, em 1930 são aprovados por alvará emanado do Governo Civil do Distrito de Setúbal, novos estatutos²⁰⁴. Neste documento, a Misericórdia, volta a denominar-se *Santa Casa da Misericórdia de Setúbal* o que marca o fim do período republicano nesta instituição. Contudo, este documento não foi impresso e

¹⁹⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 18 Janeiro de 1912. fl.30

¹⁹⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Actas da Mesa Administrativa da Misericórdia de Setúbal*, [1910-1927], sessão de 28 Novembro 1911, fl. 28

¹⁹⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 20 Dezembro de 1911. fl. 29v

²⁰⁰ Mas caso não o fizesse, bastava apenas a cópia da acta da Assembleia Geral, para provar que tal havia sido deliberado.

²⁰¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Lv de Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], Sessão de 15 de Maio 1912, sessão de 18 Janeiro de 1912. fl.30

²⁰² Este órgão recém-nascido dos novos estatutos, era composto por 5 elementos, eleitos em simultâneo com a Mesa, e que tinham por competência, examinar todos os documentos, livros e contas da Associação, dando no final o seu parecer. No fundo, este órgão, era uma forma de auto fiscalização ao nível interno, das contas, já que a nível externo estas eram fiscalizadas pelo Governo Civil.

²⁰³ Como vogais foram eleitos Santos Fernandes, António Dias Formiga, Carlos Baptista Bispo, Francisco José de Paiva, António Francisco Baptista e João da Luz Abreu. Os dois primeiros transitaram da comissão anterior dos cargos de conselheiros, o terceiro e quarto transitaram dos cargos de Mordomos.

²⁰⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 2, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1930. [dactilografado]

distribuído senão em 1936, quando, por Alvará do Governo Civil de Setúbal, os novos estatutos são aprovados em 26 de Março de 1936²⁰⁵.

Tem como competências administrar o *Hospital Civil* destinado ao tratamento gratuito de doentes indigentes do concelho e administrar o *Asilo Bocage* e *Asilo Acácio Barradas*, destinados respectivamente a inválidos do sexo masculino e feminino. Contudo, adquiriram, por um lado em virtude de deliberação camarária, a administração dos serviços de Assistência Infantil composto pelo *Hospício Municipal* e *Lactário*, e por outro lado, em virtude da extinção da *Associação Protectora de Creche*²⁰⁶, passam a administrar também os serviços prestados à primeira infância por esta associação.

Nestes estatutos, a Irmandade ainda não está regulamentada, e pode dizer-se que nem se quer existe. Só com o Código Administrativo de 1940, tal como já foi referido atrás, as Misericórdias são consideradas instituições canonicamente erectas na sua natureza jurídica, inserindo-se, desta forma, na esfera eclesiástica. A denominação de *Santa Casa da Misericórdia* ou *Misericórdia* só poderia ser usada por estabelecimentos de assistência ou beneficência criados e administrados por irmandades ou confrarias canonicamente erectas e constituídas por compromisso, de harmonia com o espírito tradicional da instituição, para a prática da caridade cristã (Art.º 433). A Misericórdia de Setúbal, baseada nesta legislação, redige o projecto de compromisso para a Irmandade, o qual é aprovado pelo Patriarca de Lisboa, que erige, canonicamente, a *Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus Virgem Maria da Misericórdia*, e aprova os seus estatutos em Janeiro de 1942. Depois, em Setembro, estes são aprovados pelo Governo Civil provisoriamente, até que a ambiguidade legislativa se solucione²⁰⁷.

A pós o Decreto-Lei de 7 de Novembro de 1945 que legisla acerca da dualidade operante das Misericórdias, novos estatutos são elaborados. Agora são dois documentos, um para a Irmandade e sua vocação espiritual, e outro para a instituição de assistência da Misericórdia. Entre inúmeros documentos que se redigiram sob forma de “projectos” e aprovações provisórias desde 1945, são finalmente aprovados ambos os estatutos em 1948 para a Irmandade, e em 1950 para a Santa Casa. Desta forma, o *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*²⁰⁸, é aprovado pela Direcção Geral de Assistência em 13 de Abril de 1950²⁰⁹, competindo-lhe prestar assistência aos pobres e indigentes do Concelho mantendo estreita colaboração com a correspondente Irmandade. Tem a seu cargo o Hospital Civil e os dois Asilos, prestando ainda assistência nos enterramentos de pobres e indigentes, ajuda domiciliária e concessão de dotes.

²⁰⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 2, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1936

²⁰⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt n.º 849, *Diários de Governo*, Diário de Governo n.º 215 de 18 de Setembro de 1928, Decreto de 6 de Setembro de 1928.

²⁰⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 2, *Projecto de Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1942

²⁰⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 7, *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1950.

²⁰⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt n.º 849, *Diários de Governo*, Diário de Governo, n.º 90, II Série, Despacho de 19 de Abril de 1950.

A *Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus Virgem Maria da Misericórdia*, foi de acordo com o decreto-lei de 7 de Novembro de 1945, canonicamente erecta na Igreja de Jesus²¹⁰ pelo Prelado Diocesano do Patriarcado de Lisboa, que *como tal, expressamente reconhece a sua autoridade*²¹¹. Autoridade esta que lhe conferia o poder de assistir, intervir e presidir às reuniões da Mesa da Irmandade se assim o quisesse, bem como de dissolver ou nomear as *Mesas da Irmandade*. A Irmandade tem como fim específico o exercício do culto divino, designadamente, na Igreja e Capelas da Misericórdia, no Hospital, nos asilos e na Cadeia de Setúbal. Fica também encarregue dos enterramentos de Irmãos pobres e de indigentes, e de promover o sufrágio das almas dos Irmãos falecidos. A Irmandade era tutelada pelo Prelado Diocesano do Patriarcado de Lisboa, administrada por uma *Junta Geral* (composta pelos Irmãos) e por uma *Mesa* eleita por mandatos de três anos composta por um *Provedor da Irmandade*, um *Procurador*, um *Mordomo-Mor*, um *Tesoureiro*, um *Mordomo dos Presos* e cinco substitutos²¹².

As qualidades dos irmãos e irmãs requeridas nos textos compromissais do Estado Novo são em muito semelhantes aos primitivos compromissos, designadamente em alguns dos predicados para ingressar na Irmandade²¹³. Era também considerado em primeiro lugar, como qualidade imprescindível, professar e praticar a Religião Católica Apostólica Romana²¹⁴. Nestes estatutos estava igualmente contemplada a entrada de mulheres com a categoria de Irmãs, contudo, estas não poderiam votar nem se eleitas para qualquer um dos cargos da Mesa Administrativa²¹⁵.

Ainda no Compromisso da Irmandade estipulam-se as festividades a realizar pela mesma, que durante a República tinham sido retiradas dos estatutos. Desta forma, a Irmandade teria agora de realizar com carácter obrigatório, a *Festa da Visitação de Nossa Senhora* em 2 de Julho; a *Festa do Divino Espírito Santo*; A Missa Solene e Exposição em Quinta-Feira *Mayor*; a missa da Paixão e Procissão do Enterro na tarde ou noite de Sexta-Feira *Mayor*; Missa Solene e *Libera-Me* pelos falecidos da Misericórdia em 11 de Novembro²¹⁶.

²¹⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 8, *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus Virgem Maria da Misericórdia de Setúbal*. 1953. *Cópia da Provisão de Erecção Canónica da Irmandade e Aprovação dos seus respectivos Estatutos emanada do Prelado Diocesano por despacho de 8 de Dezembro de 1948*. pp. 29.

²¹¹ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 8, *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus...* 1953. Art.º 4, pp. 5.

²¹² SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 8, *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus...* 1953. Art.º 32, p. 12

²¹³ Não poder ser conhecido por pessoa de índole irascível ou conflituosa, ou dado a vício notório que o rebaixe no conceito geral; ser pessoa de sã consciência e honesta de vida e, possuir meios suficientes para poder viver conforme a sua posição social, quer lhe provenham de rendimentos próprios, quer do exercício de qualquer ofício ou profissão dignos; [SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 8, *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus...* 1953. Art.º 9.º, 1.º, 2.º, 3.º e 8.º p. 5]

²¹⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 8, *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus...* 1953. Art.º 9.º, 1.º, 2.º, 3.º e 8.º p. 5

²¹⁵ As suas funções estavam direccionadas essencialmente para o auxílio moral e espiritual de crianças e mães.

²¹⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, Cx.1, *Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Pt 8, *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus...* 1953. Art.º 74, 1.º-5.º. p. 24

4.2. Práticas Assistenciais

4.2.1. Duas Inaugurações do Asilo Acácio Barradas – 1889;1894

O Asilo Acácio Barradas foi fundado em 8 de Outubro de 1889, por iniciativa particular de Emília Negrão Barradas, ilustre dama da Cidade viúva de José Sérgio Capeto Barradas que havia sido Presidente da Comissão Municipal em 1847. A sua esposa fundou esta casa com o objectivo de *receber velhas pobres e desprotegidas*, bem como para *amparo e protecção d'aquellas que, sem recursos, se acolherem sob sua inexgotavel caridade*²¹⁷. Estava localizado na Rua Antão Girão, no interior da cidade, e albergava 12 asiladas. A criação desta casa de recolhimento insere-se num movimento de benemerência particular que vinha ocorrendo na cidade de Setúbal. A fundadora dá-lhe o nome de Acácio Barradas, em homenagem ao seu filho Acácio Sérgio Barradas. Após a decisão favorável de concessão do convento à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, com amplas cercas circundantes, Emília Barradas pretende agora, reinstalar aí a sua casa de beneficência e desta forma, propõe à Mesa da Misericórdia que lhe ceda parte da horta do terreno circundante do convento para que ali pudesse instituir um asilo em edifício construído de raiz. Como essa decisão estava fora da alçada da Santa Casa, a instituição faz o pedido, em forma de petição, em seu nome, ao Rei em 1 de Fevereiro de 1892²¹⁸. Em 7 de Maio de 1892, o pedido é de novo reformulado agora descrevendo-se com maior detalhe os objectivos da Benfeitora e alcance social da sua pretensão (...) *Em observância da lei datada não pode o edifício ter mais nenhuma outras applicações, acontece porem que, D. Emília Negrão Barradas, pede a esta Santa Casa licença para em parte da cerca, próximo do edificio hospitalar construir um prédio onde possa recolher e tratar a expensas suas 4 indigentes a quem faltam os recursos necessários a vida para por estes fossem sufragar e prepetuar a memoria de seu filho Acácio Sergio Negrão Barradas, comprometendo-se, por sua morte, habilitar esta casa com os meios de continuar a manter o pio e caritativo instituto que a sua piedade creou e a sua bolsa hoje mantem já, em local menos adequado (...)*²¹⁹.

A autorização por parte do poder central foi-lhe concedida em Setembro de 1892 e quando falece, em 11 de Fevereiro de 1899, contempla a Santa Casa com a administração do mesmo *asilo* sendo no entanto a sua escrituração, tratada separadamente das contas da Misericórdia²²⁰. A posse da Santa Casa é garantida pelo governo através de decreto de 26 de Agosto de 1899²²¹.

Por este motivo existem 2 inaugurações do mesmo *asilo*, ambas no dia 8 de Outubro, que é a data do aniversário do filho de Emília Barradas (não de morte mas de nascimento), respectivamente nos anos de 1889 e 1894, a primeira correspondente à primeira inauguração por iniciativa particular, a segunda corresponde à segunda inauguração no edifício novo.

²¹⁷ O Elmano, 11 de Outubro 1894, n.º83

²¹⁸ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, n.º16004, *Petição*, 1 Fevereiro de 1892. fls. 187-187v; e SCMSTB, AHSCMSTB, Lv. N.º 1465, *Copiador de Ofícios* n.º 7, 1 Fevereiro 1892, fls. 44v.

²¹⁹ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, n.º16004, *Petição*, 7 Maio de 1892. fls. 191-193

²²⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, Lv. N.º 1465, *Copiador de Ofícios* n.º 7, 25 Outubro 1899. fls 184v-185

²²¹ D. do G. n.º 192 de 23 de Agosto 1899.

Em relação ao edifício propriamente dito, diz-se que era *amplo e hygienico*, sendo *uma das melhores casas de caridade de Setúbal*, como referencia o *Elmano*²²². Tinha duas salas de recepção e uma *sala de regojizo* utilizada para recreio das asiladas, dois dormitórios sendo que um ainda se encontrava vago, e uma enfermaria. Separadamente, estavam os quartos da governante, da ajudante e das criadas. Tinha ainda um *amplo e magnífico* refeitório, cozinha, casa da rouparia e a casa dos banhos. Perto da varanda estavam as *acceiadas retretes*, bem como o tanque para lavagem da roupa. O periódico refere ainda que o edifício era bem arejado, pois tinha 34 janelas e ainda 3 ventiladores no seu interior.

A média das entradas²²³ nesta casa de acolhimento entre 1899 e 1920 é de cerca de 5 mulheres por ano, sendo que em 1912, registou-se a entrada de 16 senhoras. Quanto aos falecimentos, para o mesmo período, é de cerca de 3,5 perecimentos por ano. A média de idades de entrada das asiladas situa-se nos 73,3 anos.

4.2.2. Hospital Espírito Santo – O Novo Hospital Civil da Santa Casa da Misericórdia

No último quartel do século XIX, a Santa Casa tinha a seu cargo os dois Hospitais da Cidade, o do *Espírito Santo* que lhe fora cedido em 1566²²⁴, e um outro que havia pertencido à Confraria de Nossa Senhora da Anunciada. Esta Confraria, é extinta por Alvará de 23 de Junho de 1868 e *todos os seus bens, direitos e acções que á extinta Confraria pertencia, com cláusula de que manterá o hospital (...) melhorando-o* são entregues à Misericórdia da dita Cidade com a condição de conservar pelo menos, o número actual das enfermarias e uma destinada especialmente á cura da sífilis²²⁵. Desta forma, a partir dessa data, o primeiro fica destinado ao sexo masculino, e o segundo ao sexo feminino.

Alberto Pimentel em 1877²²⁶, descreve o edifício antigo do hospital da Misericórdia como tendo duas enfermarias, uma para medicina, chamada de *S. Sebastião*, e outra para cirurgia, denominada *St.º Amaro* com quarenta doentes em cada uma. No pavimento superior refere-se a existência de uma outra enfermaria de convalescença, com o nome de *St.º António* que comportava 23 doentes. Em média, entre 1870-1876, estava o hospital com cerca de 50 doentes internados por ano. Contudo, em termos de entradas registadas, o número aumentava exponencialmente, sendo a média de 1 322 doentes recebidos anualmente, concluindo-se que a maior parte não ficava internada. Em termos de condições higiénicas, refere ainda o mesmo autor, que o hospital se encontra *no maior estado de limpeza possível*, tendo de noite, as enfermarias iluminadas a gás. No entanto, pelas palavras posteriores de 1892, proferidas pelo escrivão, na sequência da inauguração no *Novo Hospital*, o

²²² *Elmano*, 11 Outubro 1894, n.º 83

²²³ SCMSTB, AHSCMTSB, *Livro de Registo de Entradas das Asiladas. Asilo Acácio Barradas*. [1899-1962].

²²⁴ Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Aspectos de Sociabilidade e Poder*. Pp.

²²⁵ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Offícios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], pp. 141-142

²²⁶ Pimentel, Alberto, *Memoria sobre a Administração do Município de Setúbal*, Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Série Fac-símile, 2.ª edição, Câmara Municipal de Setúbal, 1992. pp. 216-220. p. 219

antigo hospital estava carente por completo de tudo²²⁷, bem como n'uma casa de há muito condenada por imprópria, pela impossibilidade d'alli se poder pôr em prática as regras d'hygiene aconselhadas pela sciencia²²⁸.

Em 28 de Maio de 1834²²⁹ haviam sido extintas as ordens religiosas²³⁰. Neste contexto de precárias condições materiais da instituição, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, José Gonçalves da Cunha²³¹, em 14 de Maio de 1884²³² faz uma representação dirigida ao Rei, argumentando que, pelo Convento de Jesus ser *bastante espaçoso*, poderia ser ali instalado o Hospital da Anunciada das mulheres numa parte, sendo que o restante ficaria reservado para a clausura da freira que ainda lá vive. Porém, em 1885 há eleições e nova mesa é eleita, agora como Provedor Jorge de Cabedo e Vasconcellos²³³. Durante a sua administração não foi feita qualquer outra petição relacionada com o convento.

Foi Francisco José Pereira, Provedor da Misericórdia que no ano económico de 1887/88, em 24 de Março de 1888 em petição²³⁴, apresentou novos argumentos para que fosse feita a cedência à Misericórdia da parte não habitada do convento, pela religiosa ali existente. O propósito seria o de instalar nesse edifício, as enfermarias de isolamento devido a uma epidemia de varíola que se fazia sentir em Setúbal. Refere que faltam todas as condições higiénicas, *sem esperança de melhoramento*, e que a receita mal chega para a despesa *que se faz com grande numero de enfermos que n'elle se recolhem não só da cidade como dos lugares circunvizinhos*²³⁵. Contudo, não está registada qualquer resposta da coroa com relação a esse pedido.

É, durante a gerência de António Joaquim Corrêa, que se prolonga por 6 anos económicos consecutivos, entre 1888-1894, que esta solicitação é retomada, ganhando novo vigor com novos e auspiciosos argumentos apresentados, sendo nessa gerência, que o convento é cedido, adaptado e inaugurado como o *Novo Hospital Civil*, sob responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

António Joaquim Correia, bem com todos os *mesários impelidos pelos bons desejos de serem melhoradas as condições do hospital* fazem petição, em 20 de Agosto de 1888 alegando que ao

²²⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. António Joaquim Correia, actual Provedor d'esta Santa Casa*. 15 de Outubro de 1893

²²⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. Ex- Deputado, Doutor António Alves Pereira da Fonseca, Protector d'esta Santa Casa*. 1 Julho de 1894

²²⁹ *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas*, Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840. p. 70-71

²³⁰ O estado encerra os seus conventos e todos os seus bens revertem a seu favor. Os conventos masculinos encerram de imediato, os femininos porém, permanecem em funcionamento até a morte da sua última religiosa, proibindo-se novas admissões. Em Setúbal, o Convento de Jesus, feminino, assim permanece até 20 de Novembro de 1888, data em que falece a última freira.

²³¹ Entre 1883-1885

²³² ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Offícios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], 14 Maio 1884. fls. 155v-157

²³³ SCMSTB, AHSCMSTB, Lv. 1462, "Provedores, Secretários e Tesoureiros que serviram na Santa Casa da Misericórdia de Setúbal", inserido no *Relatório e Contas da Gerência do Ano de 1957*. Setúbal. 1958. pp. 54-68. p. 66

²³⁴ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Offícios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], fls. 160-161

²³⁵ Expõe também que as instalações dos mesmos estão repletas de doentes e sem espaço para a sua ampliação, ou para constituir qualquer enfermaria que sirva de isolamento, para mais, nomeia as autoridades municipal e militar da cidade para testemunhar a veracidade e urgência da situação.

juntarem, no mesmo edifício, os dois hospitais a cargo da Misericórdia, as condições higiénicas pioraram *pella acumulação de maior numero de enfermos em edificio de acanhadas dimensões, sem oficinas próprias, metido no centro da população entre ruas estreitas, faltando-lhe não só espaço, mas ainda outras muitas condições idispensáveis aos bons estabelecimentos d'esta natureza*²³⁶. Pretende então, esta Mesa, ao saber que o Real Convento de Jesus estava prestes a encerrar, pela idade já avançada da última religiosa, solicitar a cedência do edifício, cercas e igreja, deixando à mesma religiosa, o espaço necessário à sua clausura até ao seu falecimento, para desta forma instalar aí os seus hospitais (sexo masculino e sexo feminino). Com receio talvez de a concessão não ter sucesso, foram enviadas até ao final do ano de 1888 mais duas petições²³⁷, uma ao cardeal patriarca e outra ao príncipe regente. A 15 de Novembro²³⁸, porém, na mesma data da segunda petição, sai o decreto emanado do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, que faz a cedência da parte do Convento não ocupada pela religiosa, para aí a Santa Casa poder instalar o seu hospital, tomando posse do mesmo a 19 de Novembro de 1888²³⁹. No entanto, logo no dia seguinte, a religiosa falece e é feita nova petição para a cedência da totalidade do espaço conventual. Sendo-lhes concedido primeiro, a título provisório²⁴⁰ e depois, com carácter definitivo²⁴¹, enquanto subsistisse, o desígnio inicial da sua concessão.

Vendeu-se o edifício onde estava sediado o Hospital da Confraria de Nossa Senhora de Anunciada em virtude da lei das desamortizações, mas foi redigida uma petição para que o produto dessa venda, não fosse aplicado em títulos de dívida pública mas sim, que fosse aplicado ao *Hospital novo*, para custeio das necessárias obras de adaptação²⁴². Entre 1888 e 1893, são transferidos os doentes e o mobiliário e feitas as obras de adaptação indispensáveis, para que o convento se torne hospital. Muitos foram os benfeitores que auxiliaram com géneros e dinheiros, esta obra. Dois dos principais, foram o provedor António Joaquim Corrêa e sua esposa, D. Anna Carolina Arhens Corrêa, que fazendo empréstimos em seus nomes os entregaram à Santa Casa para custeio das novas enfermarias e oficinas. Outro donativo importante, também nos mesmos termos, foi o do Visconde de Montalvo²⁴³ feito em simultâneo com os anteriores. Em acta de 4 de Novembro de 1892, dando conhecimento à Mesa dos donativos que iriam ser entregues para o hospital, o Provedor, propõe que *para se comemorar o nome dos bemfeitores d'esta Santa Casa e se lhes dar um testemunho de gratidão e reconhecimento se deveriam colocar n'esta salla os retratos a óleo cuja tela não seja*

²³⁶ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], fls. 166-167v

²³⁷ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], fls. 8 de Outubro, pp. 168-168v; a 15 de Outubro, pp. 168v-169.

²³⁸ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], fls. 170-171v

²³⁹ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], Registo do Auto de Posse, fls. 171v-173

²⁴⁰ D. de G. n.º 298, Decreto Régio de 29 de Dezembro de 1888, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Anno de 1888, Imprensa Nacional, Lisboa 1889, P.555-556

²⁴¹ D. G n.º 23, Decreto Régio de 30 de Janeiro de 1892, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Anno de 1892, Imprensa Nacional, Lisboa 1893, p. 12

²⁴² ADS, SCMSTB/A/002/Lv. 4, N.º 16004, *Livro de registo de officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], 11 de Fevereiro 1890. fls. 177-177v.

²⁴³ ADS, SCMSTB/A/002/Lv. 4, N.º 16004, *Livro de registo de officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], 15 Novembro 1892. fls. 190v

*inferior a 0.60x0.45, de todos aqueles que tenham feito ou venham a fazer esmollasa este pio estabellecimento*²⁴⁴. O que foi aprovado por unanimidade.

Quanto ao antigo hospital, a secretaria mudou-se para o Convento de Jesus, e em 1895²⁴⁵, o espaço referente ao 2.º andar do antigo edifício, onde estava a enfermaria de convalescença, foi arrendado à Sociedade Filarmónica Capricho, pela quantia anual de 36:000 réis, já durante a gerência de José António Januário da Silva.

No Convento de Jesus, o Hospital, constituído e organizado à semelhança do Hospital de S. José²⁴⁶, apresenta outras dependências em virtude do seu maior espaço. Existiam 3 enfermarias para o sexo masculino²⁴⁷: uma de cirurgia e duas de medicina, a primeira denominada de *St.º Amaro*, a segunda de *S. Sebastião* e a terceira de *St.º António*, estando ao cuidado dos médicos, Francisco Joaquim Ayres do Soveral, Manuel Francisco de Paula Barreto e António Rodrigues Manito, respectivamente. Cada uma das enfermarias contava com 20 camas.²⁴⁸ Os quartos alugados estavam categorizados como sendo uns de primeira classe e outros de segunda, devido ao equipamento existente nos mesmos. O quarto de primeira classe, como refere o *Echo de Setúbal*, era *bem mobilado*, e a sua cama fora fruto de uma doação de D. Maria Innocencia O'Neil. Os quartos particulares de segunda classe, individuais, eram três e continham apenas os leitos²⁴⁹.

Para o sexo feminino, existiam duas enfermarias. A de *St.ª Maria para doenças geraes*²⁵⁰, com 20 camas, e a de *Santa Isabel*, ambas da responsabilidade do médico João Evaristo Ayres do Soveral. A enfermaria de Santa Isabel estava instalada *n'uma espécie de sótão, e um tanto isolada pois que é para as meretrizes*²⁵¹. Esta última tinha 10 camas²⁵². Anexa a esta, existia um compartimento para partos, que comportava duas mulheres, e ainda mais dois quartos particulares.

Contudo, no ano económico de 1898, sob a gerência de José Maria da Rosa Albino, *a bem do serviço internoe em harmonia com a hygiene hospitalar*, foi criada a nova enfermaria de *St.ª Isabel* que ficou instalada no local onde estava a de *St.ª Maria*. Esta, por sua vez, foi transferida para o local da enfermaria de *St.º António*, que foi suprimida²⁵³.

De acordo com o inventário²⁵⁴ produzido em 1900, 7 anos depois da sua inauguração, algumas enfermarias aumentaram o número de camas disponível, designadamente a enfermaria de Santa

²⁴⁴ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv. 7, n.º 16011, *Livro de Actas da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal* [1869-1893]. Sessão de 4 de Novembro 1892. fls. 179.

²⁴⁵ ADS, SCMSTB/A/002/Lv.4, N.º 16004, *Livro de Registo de Officios das Autoridades, respostas dos mesmos*. [1838-1912], 23 Abril 1895. fls. 213

²⁴⁶ *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. [1892-1893].

Typographia Casa Havaneza. Setúbal. 1893. p. 7

²⁴⁷ Marques A. Rodrigues e Manuel Marques, *Subsídios para a História dos Hospitais de Setúbal*. 1984. pp. 29-30

²⁴⁸ Existia ainda um quarto com quatro camas para acolher os irmãos da Misericórdia e existiam ainda os quartos particulares que eram alugados [*Elmano*, 26 de Março 1893, n.º4]

²⁴⁹ *O Echo de Setúbal*, 26 Março 1893, n.º3

²⁵⁰ *Revista de Setúbal*, 23 Março 1893, n.º 456

²⁵¹ *O Echo de Setúbal*, 26 Março 1893, n.º3

²⁵² *Elmano*, 26 Março 1893. n.º 4

²⁵³ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. 1491. *Relatório e Contas da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. 1898-1899.

²⁵⁴ ADS, SCMSTB/G/A/006/Lv.1, *Inventário do Hospital da Santa Casa da Misericórdia d'esta cidade de Setúbal a saber. Janeiro de 1900*. [1880-1900].

Isabel²⁵⁵. Os equipamentos existentes nas enfermarias, que constam do inventário datado de 1900, variam consoante as mesmas. Existiam algumas mesas com gavetas que são referidas como *mesas de doentes*, cujo número fica muito aquém do número de camas existentes. Quanto a armários para arrumação de roupas ou de utensílios existia apenas um por enfermaria. Em termos de equipamentos para higiene, estes correspondiam essencialmente, às *bacias de mãos* e *lavatórios*, sendo que, as primeiras correspondiam ao número de camas existentes, já os segundos, eram unitários, à exceção da Enfermaria de Santa Isabel, que tinha 3 *lavatórios*, talvez por só existirem 3 bacias, para as 32 doentes que poderia comportar.

O hospital também fornecia roupa aos doentes.²⁵⁶ As diferenças no número e tipo de equipamentos das enfermarias ocorrem quando se comparam as enfermarias gerais com os quartos particulares, o dormitório dos irmãos e quarto da regente do hospital. Designadamente, só as camas do dormitório e do quarto da regente tinham enxergões, que era uma *espécie de colchão de palha muito apertada*²⁵⁷, que se colocava por baixo do respectivo colchão de cama. Nas restantes dependências usavam-se as *enxergas*, que eram mais pequenas que os enxergões, e que se assemelhavam mais a almofadas²⁵⁸. O número existente nas enfermarias²⁵⁹, leva a crer que serviriam de colchões.

A administração interna estava a cargo das Irmãs hospitaleiras, ali em número de 12, o que se justificava pela redução na despesa da Misericórdia em ordenados²⁶⁰. As suas funções eram a limpeza do hospital, a produção e arranjo do vestuário que o servia, os cuidados com os doentes bem como a manutenção da *boa ordem e regularidade no estabelecimento*²⁶¹.

E desta forma entra o Hospital no Século XX.

4.2.3. Asilo Bocage – A Assistência aos inválidos do trabalho

A ideia de se fundar uma casa para convalescença e abrigo de idosos do sexo masculino não foi originária do período republicano, pois era considerada já uma necessidade pela gerência da Misericórdia de 1894-1895, ainda no período da Monarquia Constitucional. No seu relatório de contas respeitante a esse período económico, o Provedor José António Januário da Silva declara que a Santa Casa se encontra com graves problemas na sustentação financeira do hospital e asilo e pergunta se *não haverá um cavalheiro que, estando em posição elevada, queira deixar o seu nome imorredouro n'esta cidade, iniciando um asylo para velhos? Não poderão agrupar-se elementos que*

²⁵⁵ Em 1900 comportava trinta e duas camas, em virtude da sua transferência.

²⁵⁶ Designadamente camisas, casacos, barretes para os homens e toucas para as mulheres, calças saias e roupa interior. Em termos de roupas de cama, o hospital estava razoavelmente apetrechado, pois os cobertores, lençóis e cobertas, existiam em número mais ou menos correspondente ao número de camas e por vezes superior. O mesmo acontecia com os travesseiros.

²⁵⁷ Carvalho, António José; Deus, João de, *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXXX. “Enxergão” P. 320

²⁵⁸ Carvalho, António José; Deus, João de, *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil por António José de Carvalho e João de Deus, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, MDCCCLXXXX. “Enxergas” P. 320

²⁵⁹ S. Sebastião: 23 camas; 23 enxergas; 20 colchões/ St.^a Maria: 20 camas; 20 enxergas; 13 colchões/ St.^a Isabel: 32 Camas; 32 enxergas; 18 colchões; St.^o Amaro: 15 camas; 15 enxergas; 14 colchões.

²⁶⁰ pois os pagamentos eram em muito inferiores que aos enfermeiros

²⁶¹ *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. [1892-1893]. Typographia Casa Havaneza. Setúbal. 1893. p. 7

*prenham esta lacuna há tanto sentida? Setúbal já tem um asylo para a infância desvalida, outro para velhas, por que não há de ter igualmente um para velhos, para os inválidos do trabalho? Mettam-se mãos á obra para que o sol benéfico da caridade possa derreter os gelos da velhice desamparada. Fica desde já oferecida toda a nossa cooperação tanto particular, como a resultante do exercício da missão official*²⁶².

Contudo, o processo só se desenrola após a implantação da República e sob a gerência republicana da Misericórdia de Setúbal. Em 1905, a *Comissão Bocageana*, encarregue de programar e realizar a celebração do centenário Bocage na cidade de Setúbal, continuou na posse de uma razoável quantia que havia restado da receita angariada para essas mesmas festividades. Foi decisão da Comissão distribuir pelas várias instituições de beneficência da cidade o dinheiro que tinha em sua posse. A já *Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*, em Novembro de 1912, solicita então à mesma Comissão que o saldo remanescente fosse entregue de preferência à Misericórdia *que o aplicaria no asilo para inválidos do sexo masculino e a cujo asylo daria o nome de Bocage*²⁶³. De facto, a Comissão, decidiu abonar a instituição com essa quantia *com o fim único e expresso de instituir um asylo*²⁶⁴. Para que o dinheiro fosse aplicado correctamente sem extravios e excessos, a Comissão nomeou dois dos seus vogais para acompanharem a aplicação dos dinheiros²⁶⁵, o Dr. Francisco de Paula Borba e João José Ferreira da Silva Santarém²⁶⁶. A Mesa decidiu imediatamente que a *casa de asilo* fosse instalada numa propriedade que havia sido legada à Misericórdia em 1911 por Maria de Jesus d'Almeida Soveral, situada no campo do Bonfim com o nome de Quinta do Baluarte. Francisco de Paula Borba, enquanto médico foi analisar a propriedade e o seu parecer foi em muito favorável ao projecto principalmente, em razão das condições do edifício²⁶⁷. A autorização para a instalação do edifício nessa propriedade foi dada em 12 de Abril de 1913 por portaria publicada no Diário de Governo n.º85.

O processo foi extremamente rápido pois em menos de um ano o *Asilo Bocage* foi instalado e inaugurado em 15 de Setembro de 1913²⁶⁸, dia do feriado municipal, escolhido em homenagem ao poeta setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage.

Contudo, os fundos oferecidos pela Comissão esgotaram rapidamente antes da obra estar realizada e foi através de doações particulares e uma subscrição iniciada pelo médico Francisco de Paula Borba que se reuniram os recursos para a continuar²⁶⁹.

²⁶² SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. N.º 1491, *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. 1894-1895

²⁶³ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 16 Novembro 1912. fls. 43-44

²⁶⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1912-1915], Sessão 15 Novembro 1912, fls. 4v

²⁶⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 16 Novembro 1912. fls. 43-44

²⁶⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1912-1915], Sessão 15 Novembro 1912, fls. 4v

²⁶⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 16 Novembro 1912. fl. 44

²⁶⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 30 Junho 1913. fl. 49

²⁶⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1912-1915], Sessão 30 Julho 1913, fl. 9

Situado na parte sul do *Campo do Bonfim*, estava rodeado de um vasto jardim e horta. Tinha 15 dependências entre elas, os *dormitórios*, a *sala dos pensionistas*, a *sala do recreatório*, o *refeitório*, as *salas de banhos*, das *retretes* e dos *lavabos*, a *galeria dos benfeitores* onde eram expostos os seus retratos, a *rouparia*, a *despensa*, *cozinha*, e *casa dos empregados*. Na *Sala de Honra*, que era a galeria dos benfeitores, o periódico setubalense²⁷⁰, em notícia de 11 de Setembro de 1913, faz referência aos quadros ali expostos: um à *Comissão Bocageana* de 1905, que deu o principal donativo, um quadro do herói Bocage, dois quadros com os nomes dos benfeitores e um álbum para o mesmo fim. A admissão dos primeiros e seguintes asilados era efectuada através da entrega de requerimentos por parte dos interessados, que depois eram seleccionados pela Comissão Administrativa após uma verificação das suas verdadeiras necessidades²⁷¹. O número de candidatos admitidos foi de quinze, e o número de requerimentos apresentados foi de vinte e três candidatos. Ao longo de oito anos a média de entradas²⁷² foi de 14 indivíduos por ano e a sua maioria situava-se entre os sessenta e os oitenta anos. Os anos de maior número de asilados admitidos, os que correspondem à inauguração das camaratas, e por sua vez, os períodos do ano de maior número de admissões correspondem aos períodos festivos da instituição durante o regime republicano. As entradas de asilados eram feitas preferencialmente nos dias festivos, aproveitando-se as celebrações da instituição. Designadamente, no mês de Setembro que coincidia com a festa do aniversário e de inauguração de novas camaratas e no mês de Dezembro em que se realizava a *festa do Natal*. Contudo, existem outros momentos em que se associava a celebração à assistência, nomeadamente, no aniversário natalício do médico, considerado o grande impulsionador da obra do asilo, no mês de Março, dia 24, bem como no mês de Junho, pelos *Festivais de Verão*.

O retrato social dos asilados era mais diferenciado que o retrato social do asilo para mulheres *Acácio Barradas*. Enquanto que estas eram na sua grande maioria solteiras e domésticas, e só uma pequena percentagem era de mendigas, no *Asilo Bocage*, o leque de actividades profissionais é diferenciado, predominando os *trabalhadores* indiferenciados, a classe dos “marítimos”, dos “sapateiros” e dos “pescadores”.

Esta instituição foi considerada a maior obra de beneficência alguma vez instituída na Cidade de Setúbal. Ao longo de cada ano desde a sua fundação até à morte do seu *director-honorário* Francisco de Paula Borba, eram realizadas festas, jantares e animações diversas para angariar alguma receita para o Asilo, proporcionando em simultâneo, momentos de lazer e convivência entre os asilados, elites locais e população da cidade em geral.

Logo em Dezembro de 1913 Francisco de Paula Borba, director honorário do *asilo*, inicia uma subscrição particular para construir mais uma camarata para albergar maior número de indivíduos²⁷³. Em 1917 Francisco de Paula Borba é eleito *Director-Presidente* da Misericórdia de Setúbal, e a partir deste ano as iniciativas e projectos de assistência à pobreza e doença na cidade de Setúbal, ganham

²⁷⁰ *A Folha de Setúbal*, 11 Setembro 1913, n.º76

²⁷¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1912-1915], Sessão 30 Julho 1913, fl. 10

²⁷² SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1489, *Registo de Azilados, Azilo Bocage*, [1913-1922]

²⁷³ A proposta é apresentada à Mesa Administrativa em sessão de 31 de Dezembro de 1913 e é aprovada pela mesma com o compromisso de ajudar no custeio da obra com o excesso de receitas da associação [SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1912-1915], Sessão 31 Dezembro 1913, fl. 14]

novos contornos, principalmente por o seu autor ser médico e ter portanto, a noção e o saber científico de como aumentar a qualidade dos serviços assistenciais da Misericórdia. Em relação ao *Asilo Bocage*, constrói mais duas camaratas e renova o corpo central do antigo edifício. Existia também a camarata municipal destinada a funcionários públicos de Setúbal, em troca da sua admissão o município pagaria à Misericórdia os respectivos salários²⁷⁴.

Em sessão de 31 de Julho de 1919, a Mesa delibera que se mande levantar a planta do Asilo Bocage para se estudar a forma de instalar uma nova camarata para aumentar o asilo²⁷⁵. Também foi aceite a proposta de se construir uma nova camarata com a finalidade de servir de enfermaria²⁷⁶. Os fundos para esta construção já estavam relativamente assegurados²⁷⁷. Por outro lado, mais uma vez, o director presidente confia na *reconhecida boa vontade dos antigos benfeitores do azylo*. E na verdade, ainda a noticia desta construção não era pública, já o círculo de benfeitores se havia movimentado e a administração do asilo já havia recebido para a respectiva obra cinco mil tijolos e metade da vidraça necessária à obra²⁷⁸.

Por ocasião do seu sétimo aniversário em Setembro de 1920, o *Asilo Bocage* comportava já quarenta asilados²⁷⁹. A camarata nova que iria servir de enfermaria, foi inaugurada em 15 Setembro de 1920, mas sem as festividades habituais. Em 9 de Setembro, falece António José Marques, provedor e director presidente da Comissão e Mesa Administrativa da Misericórdia de Setúbal no período em que vai da implantação da República até 1917, data em que é eleito Francisco de Paula Borba. Estando umbilicalmente ligado à obra do Asilo Bocage, Francisco de Paula Borba, já na qualidade de *director-presidente* propõe à Mesa: que todo o pessoal das instituições da Misericórdia acompanhem o seu funeral; que os asilados femininos e masculinos que o possam fazer também o acompanhem; que à camarata nova do *Asilo Bocage* (...) *fosse dado o nome de António José Marques, colocando-se na mesma camarata o seu retrato a óleo* (...); resolvendo ainda *suspender as festas projectadas para a comemoração do sétimo aniversário da fundação do Asilo Bocage, que se limitarão a inauguração da camarata e ao jantar dos asilados oferecido pela Mesa Administrativa*²⁸⁰.

Em Agosto de 1919, a Câmara Municipal havia pedido uma faixa de terreno inserida na propriedade do Asilo Bocage para abrir uma via pública, dando, contudo como permuta, outra faixa de terreno que estava anexa à quinta do mesmo asilo²⁸¹. A proposta municipal foi aceite e a escritura

²⁷⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 30 Agosto de 1918, fl. 136v

²⁷⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 31 Julho 1919. fl. 157

²⁷⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 25 Agosto 1919. fl. 157v

²⁷⁷ Isto porque o Ministro do Trabalho Jorge Vasconcelhos Nunes, havia concedido para diversas instituições de assistência de Setúbal vários subsídios, tendo contemplado a Misericórdia com mil escudos destinados ao Asilo Bocage e quinhentos escudos destinados ao Asilo Acácio Barradas

²⁷⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 25 Agosto 1919. fl. 158

²⁷⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 20 Agosto 1920. fl. 177v

²⁸⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 9 Setembro 1920, fl. 178

²⁸¹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 25 Agosto 1919. fl.157v

foi assinada em 11 de Fevereiro de 1920²⁸². Em virtude desta permuta, foram iniciadas obras de alargamento no parque do Asilo Bocage sendo que as mesmas foram custeadas pela Câmara Municipal²⁸³.

Em 15 Maio 1921 em sessão da Mesa Administrativa²⁸⁴, a Misericórdia delibera concorrer ao concurso para concessão de subsídios do Estado destinados às Instituições de Assistência Privada para que se pudessem realizar obras no edifício. Em 28 de Junho²⁸⁵ o director-presidente, Francisco de Paula Borba comunica que foi concedido o subsídio de onze mil escudos pelo *Conselho Nacional de Assistência* com o objectivo de prosseguir com a construção do edifício no parque do asilo. Como forma de agradecimento, a Mesa delibera que se façam dois retratos a óleo de dois vogais da respectiva Comissão, Álvaro Possolo e João Luiz Ricardo, a figurar na sala de benfeitores do asilo. Contudo por ocasião da visita a Setúbal às *casas de caridade* a cargo da Misericórdia em 18 de Junho 1922, foi pintado um quadro com o nome de Álvaro Possolo e de João Luiz Ricardo e colocado na sobredita sala em substituição dos retratos²⁸⁶.

Em Abril de 1922, quando decorriam as obras no Asilo Bocage em virtude do subsídio recebido, um facto de importância nacional faz com que a assistência, mais uma vez, se pratique ao sabor da celebração. Mais uma camarata é inaugurada sendo esta em simultâneo, um monumento aos aviadores portugueses, Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Com o recebimento da notícia da partida dos aviadores para a primeira travessia transatlântica em 30 de Março de 1922, a Misericórdia enche-se de orgulho e sente que é sua obrigação deixar marcada essa importante data. Considera um *acto de heroísmo (...) que tanto elevaram a pátria e enalteceram a raça, lembrando os antigos portugueses das descobertas e conquistas (...) dando ao mundo mais uma vez a prova do alto valor e saber científico dos portugueses. (...) Cabe, por isso, a esta instituição tomar parte no regozijo de todos os portugueses e, (...) perpetuar o acto com um monumento, que pode ser uma edificação onde se recolhem inválidos necessitados*. E ainda continua o *director-presidente (...) nada mais belo para a misericórdia de Setúbal, nada mais honroso para esta instituição e mesmo para a cidade, de que ficar a marcar para todo o sempre o acto maravilhoso dos dois portugueses ilustres, um edifício onde se alberguem desprotegidos da sorte*. Desta forma, o mesmo director presidente, faz a proposta à Mesa²⁸⁷ de que a construção da terceira camarata, que deveria ser construída após o término das obras do edifício central, fosse de imediato iniciada²⁸⁸ de maneira a que esta se encontrasse pronta no dia da chegada dos aviadores ao Rio de Janeiro, para que nesse mesmo dia, em cerimónia

²⁸² SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 22 Fevereiro 1920, fl.167

²⁸³ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 26 Março 1920, fl. 169.

²⁸⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 15 Maio 1921. fl. 186v

²⁸⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 28 Junho 1921. fl. 189

²⁸⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 27 Junho 1922, fl. 208v.

²⁸⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 26 Abril 1922. fls. 204-206

²⁸⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1921-1925], Sessão 30 Abril 1922, fl.16v

solene, a Misericórdia e a Câmara²⁸⁹, descerrassem uma lápide com os seus nomes comemorativa do acontecimento. Ficou ainda nessa sessão assente, que a camarata iria ser denominada de Camarata dos Aviadores, e a sua inauguração seria no dia 15 de Setembro de 1922, 9.º Aniversário do Asilo Bocage, já plenamente acabado, com a presença dos dois aviadores, ressalvando que se estes não pudessem comparecer, a inauguração da nova divisão seria adiada. De facto, a inauguração não se realizou nesse dia, nem nesse ano, mas sim em 15 de Abril de 1923, com celebrações que mobilizaram a cidade inteira e cujo ponto alto foi mais uma vez, no Asilo Bocage, com a inauguração da terceira camarata. No ano de 1927, inicia-se uma nova ampliação do Asilo²⁹⁰.

O *Parque* do Asilo Bocage torna-se progressivamente, no *local mais esmoler d'esta cidade*²⁹¹ e passa também a ser utilizado por outras instituições de assistência para a sua própria angariação de receita, como foi o caso da *feita de caridade* do Asilo da Infância Desvalida realizada nos verões de 1921²⁹² e 1922²⁹³.

4.2.4. Balneário “Dr. Paula Borba” – “Levando Setúbal a lavar-se”

Esta expressão²⁹⁴ expõe uma das motivações para a criação de um Balneário na Cidade. O balneário serviria por um lado o hospital, e por outro a população da cidade em geral. Contudo, celebrava também o médico Francisco de Paula Borba. Como será explicitado no capítulo seguinte, o Balneário teve o seu impulso fundacional através de uma Comissão organizada para esse fim, exterior à Misericórdia, que posteriormente, por portaria de 16 de Maio de 1922 transferiu para a administração desta os seus trabalhos, em virtude de dificuldades financeiras entretanto surgidas²⁹⁵.

A respeito da homenagem a ser prestada, bem como da justificação do balneário e das suas valências, é publicado um panfleto exclusivamente destinado a esse fim. Nesse documento, explicam-se as razões científicas porque deve o *banho* integrar a higiene pública, bem como a história dessa prática. A respeito da homenagem prestada ao médico, dizem os seus redactores que (...) *a sua obra ficará ainda eternamente escripta – a pedra e cal – nas paredes que a sua fé inquebrantável levantou nos asilos, no hospital, no balneário...*²⁹⁶

O balneário foi fundado em edifício próprio, expressamente construído para esse fim, e o autor do projecto Carlos Manitto Torres, a ele se dedicou afincadamente. Diz-nos o construtor do edifício e

²⁸⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1921-1925], Sessão 15 Maio 1922, fl. 17

²⁹⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1921-1925], Sessão 15 Julho 1927, fl. 33

²⁹¹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 1 Outubro 1921. fl. 197

²⁹² SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 1 Outubro 1921. fl. 197

²⁹³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1921-1925], Sessão 15 Junho 1922, fl. 18v

²⁹⁴ ADS, SCMSTB, Mç. *O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba*. 30 Maio 1926, fl. VII

²⁹⁵ ADS, SCMSTB, Mç. *O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba*. 30 Maio 1926, fl. X

²⁹⁶ ADS, SCMSTB, Mç. *O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba*. 30 Maio 1926, fl. I

presidente da *Comissão Promotora* da sua construção, que custou “*grosso modo*” 200.000\$00 escudos, e que esta verba (...) *significa o feliz resultado do favor publico, unido a uma administração rigorosa e ao concurso de muitas dedicações, pois o valor do balneário, tal como está pronto a funcionar, é bem superior a este*²⁹⁷.

Estava o balneário dividido entre a área de 1.^a, 2.^a e 3.^a classe, sala dos duches e aplicações hidroterapicas e a parte reservada para servir o hospital. A diferenciação era feita através da dimensão das cabines, se eram individuais ou duplas, bem como pelos equipamentos dos banhos²⁹⁸. Contudo, a área com maior interesse para os fundadores do projecto é a *sala dos duches e aplicações hidroterapicas*. Aqui, existia uma grande variedade de equipamento e tipologias da aplicação do duche, na sua vertente medicinal. Os *duches escoceses* – á base de jactos aplicados simultaneamente a quente e frio; *duches dorsais, perineaes e rectais* e o *duche circular de jactos radiaes, em seis círculos, e chuveiros ascendente e descendente*. O abastecimento de água era feito pela rede de distribuição pública, e tinha dois tanques de abastecimento alojados sob o telhado com capacidade para dez mil litros²⁹⁹. Ressalvam ainda, no panfleto comemorativo, que todo o equipamento à excepção da caldeira, tinhas de ferro e alguma tubagem, pertence à indústria nacional³⁰⁰.

4.2.5. O Encerramento do Hospital “Espírito Santo” e a Inauguração do Hospital “S. Bernardo” – A Génese dos Cuidados Modernos de Saúde

A ideia de se construir um novo hospital surge, mencionado pela primeira vez, em acta da sessão de 9 de Julho de 1946³⁰¹. A Mesa Administrativa presidida por Luís Teixeira de Macedo e Castro³⁰², que pertencia ao círculo de Francisco de Paula Borba, e que fora seu Secretário³⁰³, toma conhecimento da criação da *Comissão de Construções Hospitalares*³⁰⁴, com a Lei n.º 2011 de *Organização Hospitalar* emanada da Presidência da Republica³⁰⁵, que estabelece, em Novembro de 1947³⁰⁶, a divisão do país em matéria de organização hospitalar³⁰⁷. Primeiramente a Santa Casa

²⁹⁷ ADS, SCMSTB, Mç. *O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba*. 30 Maio 1926, fl. XI

²⁹⁸ A primeira classe estava bem apetrechada, e a qualidade dos materiais superior àquelas. As condições da 2.^a e 3.^a classe eram semelhantes á área reservada para o hospital com uma cabine de imersão, uma de chuveiro e outra de duche simples e um W.C com lavatório

²⁹⁹ Um era destinado a água fria e outro á água quente que garantia o serviço de banhos de imersão por quatro horas sem necessidade de recorrer à rede pública.

³⁰⁰ ADS, SCMSTB, Mç. *O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba*. 30 Maio 1926, fl. XII

³⁰¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1468, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1946-1951], Sessão 9 Julho 1946, fl. 19

³⁰² Cargo de Provedor em 1934-35, (substituído o médico após o seu falecimento) e entre 1936-1941; e entre 1946-1948, (após a Mesa ter-se demitido em virtude de conflitos com o Governo Civil).

³⁰³ Entre 1929-1934.

³⁰⁴ A primeira das suas atribuições era a de organizar programas de construção, adaptação ou ampliação e equipamento dos estabelecimentos hospitalares, bem como promover a elaboração de projectos de hospitais centrais e regionais.

³⁰⁵ D. G n.º 70, I Série, 2 de Abril de 1946, Lei n.º 2011, 2 Abril de 1946.

³⁰⁶ D.G n.º 272, I Série de 22 de Novembro de 1947, Lei n.º 36600, de 22-11-1947.

solicita à mesma comissão informações sobre a sua comparticipação em obras e equipamentos hospitalares, sendo que, com a lei acima referida, o *Hospital Civil* da Misericórdia, passa a ter o estatuto de *Hospital Regional*, pois Setúbal era desde 1926 capital de distrito. Contudo, na mesma sessão de 9 de Julho de 1946, a Mesa decide que: *pelas deficiências actualmente já cutadas no nosso Hospital, se impõe a construção de um novo Hospital, em local apropriado, com todas as condições necessárias para satisfazer as necessidades d'um centro populacional como é Setúbal e da região que lhe fica adstrita*. Desta forma, a Comissão de Construções Hospitalares visita o concelho em 23 de Julho desse mesmo ano, e ao analisar as condições do Hospital *Espírito Santo*, conclui, que a solução mais prática e racional, é a edificação de um novo edifício, dedicado exclusivamente à sua função hospitalar, à escala regional como requerido pelas leis de 2 de Abril de 1946 e de 22 de Novembro de 1947. Em Novembro de 1948 o projecto já se encontrava feito e estava a rever-se o orçamento para a obra. A verba a ser disponibilizada para tal era a causa do impasse, esperando-se do Estado as verbas necessárias para a construção. Atribui-se-lhe ao mesmo, a responsabilidade de (...) *promover e dar solução prática a tão instantane problema* (...), que era a necessidade urgente para a cidade de um novo hospital³⁰⁸ já que o outro se havia tornado *velho e pequeno* para servir os cinquenta mil habitantes da cidade.

Também é preciso ter em conta que os cuidados modernos de saúde têm grande impulso neste período do séc. XX, e que o que em 1940 era moderno, em 1948 estava já desactualizado³⁰⁹.

É o donativo oferecido pela SAPEC³¹⁰ em 1953, através de Antoine Velge, presidente do Conselho de Administração da mesma, que permite completar o custo total da obra³¹¹, Esse donativo foi de quatro mil contos, e foi oferecido em virtude da comemoração dos vinte e cinco anos de actividade da mesma empresa em Portugal, tal como esclarece o Decreto que incorpora essa quantia no orçamento da Comissão de Construções Hospitalares³¹².

Em 1954 é aprovado pela Mesa Administrativa o nome que viria a ter o Hospital Regional: (...) o Sr. Antoine Velge ao oferecer o seu valioso donativo exprimiu o desejo de que o Novo Hospital se designasse de “S. Bernardo”, em lembrança de seu filho que em tempo em Portugal se havia curado e que, afinal, veio a falecer recentemente em França³¹³.

Em 1958, em Sessão de 9 de Outubro, a Mesa Administrativa nomeia uma *Comissão Instaladora do Novo Edifício do Hospital*³¹⁴ para facilitar os trabalhos relacionados com a instalação hospitalar³¹⁵.

³⁰⁷ Setúbal pertence desta forma à Zona Sul, compreendendo os concelhos de Alcácer do Sal, Alcochete, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal, Sines e Seixal.

³⁰⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 851, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1948. fls. 21-22.

³⁰⁹ Ferreira, F. A. Gonçalves, *História Da Saúde E Dos Serviços De Saúde Em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990. Pp. 340-343

³¹⁰ O Grupo SAPEC (Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques du Portugal), com fábrica estabelecida em Setúbal, foi fundado em 1926 e originalmente, explorava as minas de pirite do sul de Portugal.

³¹¹ A obra custaria quinze mil contos, nos anos de 1955, 1956 e 1957, o Governo dava as respectivas importâncias de mil, quatro e seis mil contos que perfazia a quantia já orçamentada.

³¹² D. G. n.º 281, de 19 de Dezembro 1953, Decreto-Lei n.º 39472, de 19-12-1953

³¹³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 885, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1951-1958], sessão de 15 Dezembro 1954, fl. 131. Cópia do ofício enviado pelo Governo Civil em 11-12-1954, solicitando parecer à direcção da Misericórdia de Setúbal.

³¹⁴ Formada pelo Provedor João Botelho Moniz Borba, José Ferreira de Sousa Fialho, Director Clínico, o Director do Serviço de Cirurgia, o Director dos Serviços de Medicina e o Chefe dos Serviços Administrativos.

No entanto, era necessário esclarecer junto do Governo, a transferência da administração do Hospital Regional, que era agora um equipamento colossal, que representava outra dimensão em termos de gestão orçamental, em comparação com o *Hospital Civil Espírito Santo*. Em 24 de Outubro de 1958, houve uma reunião com o Ministro da Saúde, Henrique Martins de Carvalho e com o Director-Geral da Assistência, Agostinho Pires, na qual foram pelos mesmos, apresentadas três hipóteses para a concessão da gestão à Misericórdia do Hospital Regional:

1) a administração da Misericórdia com os seus próprios recursos

2) a administração pelo Estado

3) a administração pela Misericórdia com a garantia do Estado cobrir com os fundos necessários as necessidades para um eficiente funcionamento³¹⁶.

A terceira hipótese foi a escolhida, e para ela, o Estado iria contribuir.

Em 8 de Abril de 1959³¹⁷, a *Sessão Ordinária da Mesa Administrativa da Misericórdia de Setúbal*, tem lugar já na sala de sessões do Hospital Regional de S. Bernardo. A sua Inauguração dá-se em 9 de Maio de 1959, com a presença do Presidente da República Américo Tomás.

Quanto ao *Hospital Espírito Santo*, este só não foi encerrado de imediato como não perdeu logo a sua função assistencial. Através de diversos contactos com o *Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos*³¹⁸, o edifício do Convento de Jesus, após a transferência das enfermarias hospitalares para o Hospital Regional, ficaria com estes espaços disponíveis para funcionarem as *enfermarias-abrigo* para tuberculosos agora com melhoradas e ampliadas dependências destinadas em exclusivo a esse serviço³¹⁹.

Contudo, o edifício iria albergar outra valência completamente distinta da assistencial, que iria ocupar os claustros do extinto convento que se encontravam desocupados: o seu Museu³²⁰, a que chamaram da *Cidade*.

³¹⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º885, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1958-1967], Sessão de 9 Outubro 1958, fls. 9-9v

³¹⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1463, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1958*, p.23 e SCMSTB, AHSCMSTB, n.º885, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1958-1967], Sessão de 12 Novembro 1958, fls. 12-12v

³¹⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º885, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1958-1967], Sessão de 8 Abril 1959, fl. 24

³¹⁸ A quem competia a orientação, coordenação e fiscalização da acção terapêutica de combate à tuberculose, tinha também a responsabilidade de estimular as iniciativas particulares, criar e manter estabelecimentos e serviços. Tinha também a competência de coordenar a sua acção com os municípios e as Misericórdias. (D. G. n.º 247, I Série de 7 e Novembro de 1945, Decreto-lei n.º 35108 de 07-11-1945)

³¹⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1462, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1957*, pp. 22-23

³²⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1462, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1955*, p.32

5. Rituais e Celebrações Públicas da Assistência em Setúbal Do Final da Monarquia Constitucional ao Estado Novo

5.1. Celebrações em Finais da Monarquia Constitucional

5.1.1. Asilo Acácio Barradas

Datas e Locais

A primeira celebração que decorreu no primitivo *Asilo Acácio Barradas*, com 12 asiladas a seu cargo, correspondeu à sua inauguração, supõe-se que em ambiente privado em 8 de Outubro de 1889. Pretendia-se nesta data, comemorar não só a fundação do asilo, como também a memória do filho da fundadora Acácio Sérgio Negrão Barradas falecido em 21 de Agosto de 1886.

Na segunda inauguração, a celebração ocorreu no interior do novo asilo, na sala de recepções e teve lugar igualmente em 8 de Outubro de 1894, 5 anos depois da fundação do primeiro asilo e 8 anos após o falecimento do seu homenageado filho.

Motivações

Em termos objectivos trata-se da Inauguração do asilo. Contudo, subjectivamente, está implícita a homenagem à *virtuosa dama* como lhe chama um periódico, tornando público o seu acto filantrópico.

Para Emília Negrão Barradas, o aniversário do seu filho é sem dúvida a sua principal motivação quando se realizam estes eventos.

Forma

Quanto à sua forma, o periódico *Elmano*³²¹, relembra o dia dessa inauguração, descrevendo a festa como *simples, comovedora e extremamente sympathica*. Bem como *solemne, posto que modesta*³²².

A inauguração do edifício novo iniciou-se por volta das 14h. Foi proferido um *eloquente e sentido discurso* por Jorge de Cabedo e Vasconcelhos que estava a presidir ao acto. Depois foi a vez de José Vicente do Bocage Lima referindo-se a Emília Negrão Barradas e à memória de seu filho. Por ultimo falou Francisco Pacheco, também ele representante do periódico *A Vanguarda*, vindo de Lisboa a propósito da *festa de caridade*. O asilo esteve aberto ao público para ser visitado durante o dia da inauguração, relativamente ao qual o periódico se refere notando que teve grande afluência³²³.

Depois houve jantar oferecido às asiladas pela fundadora e presidido por ela é referido ainda que esse dia foi comovente e tocante³²⁴.

³²¹ *O Elmano*, 20 Agosto 1893, n.º 25

³²² *O Elmano*, 8 Outubro 1893, n.º 32

³²³ *O Elmano*, 11 de Outubro 1894, n.º 83

³²⁴ *O Elmano*, 25 Outubro 1894, 85

Intervenientes/participantes

Estavam nesta festa, Manuel Maria Portella, poeta e escritor setubalense, Alfredo Miguens e assistiram a ela também *algumas damas e cavalheiros*³²⁵.

O Jornal Elmano refere que a sala de recepção do Novo asilo estava repleta de damas³²⁶. Mais a frente, o periódico fornece uma lista com alguns nomes, que considerava mais importantes, que estavam presentes no acto. Estavam presentes 17 senhoras e outras mais que não mereceram menção concreta, e estavam também 19 senhores seguidos de um etc. entre eles, apesar de não estar explícito, estariam presentes também, os que integravam a Mesa da Misericórdia e alguns irmãos da mesma casa³²⁷.

Estava ainda presente a imprensa setubalense, concretamente, *O Distrito, A Revista de Setúbal* e o *Elmano*, e, como já foi referido o periódico lisboeta *A Vanguarda*.

Valor/ Significado

Numa breve referência a Emília Negrão Barradas, numa rubrica do *Elmano*³²⁸ denominada *Esforços*, dedicada a pessoas ilustres da cidade, a sua obra é mencionada e reconhecida, mas ainda referenciada ao primitivo Asilo. Com a sua *angelical philanthropia*, caracteriza-a o periódico, ser-lhe-ia grata a beneficência, o que se demonstrava pela instituição do asilo.

Esta sua obra é sem dúvida, uma homenagem ao seu filho, repetidamente mencionado, sempre que o assunto se relaciona com a benfeitora. Noutro número³²⁹, refere o *Elmano*, que o asilo é abrigo de *estropiadas e agradecidas velhinhas*, e considera o periódico que é seu dever *registar o acto publico de benemerência*.

No seu discurso de saudação à instituidora do asilo, Bocage Lima, situa esta casa de recolhimento e assistência no conjunto da beneficência setubalense. Diz que já existia a creche, *onde crianças pobres encontravam, logo na aurora da vida, os carinhos e sustento que as mães lhes não podiam dar; já havia o asylo onde ellas na sua infância recebiam o sustento e educação; já havia o hospital onde, adultas, recebiam a cura aos seus males phisicos; faltava uma casa onde fossem recebidas quando, decrépitas e aquebradas, precisassem d'um refugio para socegradamente passar os últimos dias da existência. Essa missão tão louvável quanto caridosa, coube à Sr.^a D. Maria Emília Negrão Barradas, que d'ella se desempenhou de uma forma grandiosa e sublime*³³⁰.

Uma pouco mais à frente, no mesmo artigo, o jornal refere que o edifício novo é uma casa *magnifica*, abrigando *desamparadas velhinhas aquebradas pela doença ou pela senilidade*.

Este é talvez o mais explícito significado que a fundação deste asilo teve para a época na sociedade setubalense que o situou no campo da assistência e da beneficência.

Numa outra notícia, publicada no *Elmano* em homenagem da fundadora acompanhado de gravura do seu retrato, Bocage Lima, autor dessas palavras, escreveu a sua biografia numa prosa

³²⁵ O *Elmano*, 20 Agosto 1893, n.º 25

³²⁶ O *Elmano*, 11 de Outubro 1894, n.º 83

³²⁷ O *Elmano*, 11 de Outubro 1894, n.º 83

³²⁸ O *Elmano*, 19 Março 1893, n.º 3

³²⁹ O *Elmano*, 8 Outubro 1893, n.º 32

³³⁰ O *Elmano*, 11 de Outubro 1894, n.º 83

dramática e eloquente, quase hagiográfica: (...) *Eis a largos traços, a vida d'esta benemérita senhora, digna das bênçãos do povo setubalense e da humanidade inteira, pois a caridade não tem pátria e quem a exerce trabalha para o bem geral*³³¹.

Pois também nas suas palavras, as pobres velhas, têm agora ali abrigo e sustento até ao final dos seus dias.

Repercussões

Após a inauguração do 1.º Asilo, a pessoa da fundadora, bem como o nome da sua família, tornam-se imortais e sinónimos de beneficência, caridade e filantropia, na sociedade setubalense. E o *Elmano*, mais do que qualquer outro, encarrega-se dessa tarefa, relembrando sempre os aniversários do asilo. A Revista de Setúbal também presta a sua homenagem, mas este periódico centra-se na figura de Acácio Barradas, num artigo que se estende por 3 números num texto em que se faz a biografia do mesmo³³².

Existe, no inventário dos bens móveis da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal um quadro da Benfeitora datado de 1889, muito provavelmente, existente no espaço primitivo do asilo, produzido para perpetuar a sua obra aliada à sua imagem. O retrato representa-a de expressão serena, sob fundo negro e com representação realista, o seu autor permanece ainda desconhecido. Existe também um outro retrato, este do seu filho, Acácio Sérgio Negrão Barradas, fazendo do seu autor também desconhecido. Contudo supõe-se que a feitura dos retratos tenha sido simultânea, pois a data da sua produção é a mesma, o ano de 1889, data da fundação do primeiro asilo Acácio Barradas. Muito diferente da representação que teve sua mãe, parte da face do homenageado, então já falecido, está envolta em sombra. Veste de negro sobre fundo escuro, e o seu rosto é inexpressivo.

As repercussões da segunda inauguração prendem-se sobretudo com o reforço da imagem de benemerência, caridade e filantropia que se reafirma a respeito de Emília Negrão Barradas. No seu n.º83 o *Elmano*, publicado após a inauguração do novo asilo, avisa que no dia 25 de Outubro, publicará não só o retrato de Emília Negrão Barradas, mas também uma nota biográfica escrita por Bocage Lima. E na verdade, a gravura com o seu retrato, é publicada, sendo esta, cópia do quadro atrás referido.

Com a passagem do Asilo para a administração da Santa Casa da Misericórdia, esta resolveu para perpetuar o nome da família *benemérita*, baptizar os três dormitórios do Asilo com os nomes da benfeitora, do marido e do filho, sendo o dormitório n.º1 D. Emília Negrão Barradas, o n.º2 Dr. Accacio Barradas, e o n.º 3 Dr. Capeto Barradas³³³.

³³¹ *O Elmano*, 25 Outubro 1894, 85

³³² *Revista de Setúbal*, 3 Novembro de 1887, n.º 175.

³³³ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. 1491. *Relatório e Contas da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1900-1901.

5.1.2. O Novo Hospital da Misericórdia

Datas e Locais

A Inauguração do *Novo Hospital* foi efectuada na Casa do Capitulo, a sala de honra e de decisão do antigo convento, com grande simbologia em matéria de dignidade espacial simbólica, no Interior do Convento de Jesus tornado Hospital Civil. Embora espaço reservado e privado, foi tornado publico pois a Revista de Setúbal³³⁴ refere a presença de *damas e cavalheiros da primeira sociedade* bem como a presença de *peessoas de todas as classes sociaes*, embora este último grupo da assistência não seja referido nos outros periódicos setubalenses. Através do Auto da Inauguração³³⁵ e retratos jornalísticos disponíveis, consegue-se perceber que o evento se prolongou durante a tarde de dia 19 de Março de 1893, Domingo, em homenagem ao Santo S. José³³⁶. Teve início pelas 12 horas³³⁷. O evento prolongou-se pela segunda e terça-feira, dias em que esteve aberto ao público para ser visitado.

Motivação

Tendo conseguido importante obra para a assistência em Setúbal, a inauguração do Novo Hospital torna-se peremptória. Quer isto dizer que, a nova dimensão que o serviço hospitalar administrado pela Misericórdia adquiria era motivo, por si só, para o celebrar, tanto na sua inauguração formal de instituto de beneficência, como na celebração dos agentes responsáveis pela sua aquisição: a administração da Misericórdia.

Forma

No auto de inauguração a descrição do evento é breve, focando os pontos do programa a seguir sem que eles ainda tivessem sido realizados. A sessão *solene* da inauguração do hospital propriamente dita, teve lugar no interior da *Casa do Capitulo* e foi aberta com um discurso do Provedor da Misericórdia, António Joaquim Corrêa, sem mais nenhuma intervenção. O *Echo de Setúbal*, Semanário Republicano achou-a *pouco solene*, pois a obra merecia mais umas palavras no seu entender³³⁸. Após o breve discurso, lavrou-se o auto em que assinaram cerca de 70 pessoas, que incluíam as autoridades civis e militares, e certos cavalheiros *que para isso foram convidados*³³⁹.

Seguiu-se a visita pelas Enfermarias e instalações do Convento agora transformado em Hospital. Após a visita realizou-se na Igreja do Convento, um sermão com o tema da *caridade* proferido pelo prior da paróquia de S. Sebastião e cantou-se solenemente um *Te Deum*, bastante usual nesta época. No interior da Igreja, assistiram ao *Te Deum* dez irmãs da caridade no Coro da Igreja,

³³⁴ Revista de Setúbal, 23 de Março 1893, n.º3.

³³⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. N.º 1447, *Auto da Inauguração do Hospital Civil no Extincto Convento de Jesus*. 19 de Março de 1893

³³⁶ *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. [1892-1893].

Typographia Casa Havaneza. Setúbal. 1893. p. 5.

³³⁷ *O Elmano*, 26 de Março 1893, n.º4

³³⁸ *O Echo de Setúbal*, 26 de Março 1893, n.º3

³³⁹ *A Revista de Setúbal*, 23 Março 1893, n.º 456

cobertas com um manto negro em forma de capuz que lhes cobria a face, evocando-se a atmosfera conventual de outras épocas³⁴⁰.

Após o *Te Deum*, distribuiu-se um bodo a 200 pobres, de ambos os sexos, do qual se disse ser *excellente e abundante*³⁴¹.

A banda regimental de Caçadores n.º1 tocou *primorosamente*³⁴², em simultâneo com a distribuição do bodo, no interior do claustro do edifício conventual, bem como momentos antes, durante a assinatura do Auto³⁴³. Os géneros distribuídos consistiam em massa, arroz, carne cozida, carneiro com batatas, vinho, laranjas e pão³⁴⁴.

O edifício esteve aberto para visitas durante três dias por parte da população. Sendo esta uma obra de grande envergadura para a época – transformar um espaço conventual de grandes dimensões num hospital – despertou muita curiosidade no seio da população quando o único hospital que conheciam era descrito como *instalado n'uma casa de há muito condenada por imprópria, pela impossibilidade d'alli se poder pôr em pratica as regras d'hygiene aconselhada pela ciência*³⁴⁵.

Intervenientes/ Participantes

O Auto refere a presença da *maioria* da mesa e conselheiros da Misericórdia, bem como de autoridades e *pessoas principaes* da cidade³⁴⁶.

Já na imprensa, para além do corpo social dirigente da instituição, refere-se a presença de *cavalheiros de representação oficial e não oficial* através de convite da instituição (...) *muitas casacas e algumas fardas de oficiais do regimento*³⁴⁷, bem como *grande numero de senhoras*³⁴⁸, e *muitas pessoas de todas as classes sociaes*³⁴⁹. Possivelmente estes últimos estavam presentes na visita às enfermarias, após a sessão solene, e só são referidos num único periódico.

Valor/Significado

Para a Instituição

Um grupo de irmãos, decide enviar um documento tipo abaixo assinado, declarando à Mesa Administrativa, *o público testemunho de gratidão pelos prestantíssimos serviços, que o seu reconhecido zelo e sollicitude têm prestado a esta piedosa instituição*. Pretendem *o eterno reconhecimento da irmandade em geral*, pela existência de um novo hospital, bem como dos *pobresinhos*, que se abrigam na alçada da Santa Casa, e que agora, com o novo edifício podem os

³⁴⁰ *O Echo de Setúbal*, 26 de Março, 1893, n.º3

³⁴¹ *O Echo de Setúbal*, 26 de Março, 1893, n.º3

³⁴² *O Elmano*, 26 de Março 1893, n.º4

³⁴³ *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. [1892-1893].

Typographia Casa Havaneza. Setúbal. 1893. p. 5.

³⁴⁴ *A Revista de Setúbal*, 23 Março 1893, n.º456

³⁴⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, Doc. Avulso, *Discurso do Escrivão em homenagem a António Alves Pereira da Fonseca*. 1 de Julho 1894.

³⁴⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. N.º 1447, *Auto da Inauguração do Hospital Civil no Extincto Convento de Jesus*. 19 de Março de 1893

³⁴⁷ *O Echo de Setúbal*, 26 de Março 1893, n.º3

³⁴⁸ *O Elmano*, 26 de Março 1893, n.º4

³⁴⁹ *A Revista de Setúbal*, 23 Março 1893, n.º456

seus *doentes respirar ares mais puros*, do que respiravam antes mulheres e homens *no centro da povoação*³⁵⁰. Neste mesmo documento, pedem um voto de louvor numa das actas de sessões, a esta Mesa pelo zeloso e *hábil desempenho da árdua tarefa*, referindo-se à instalação do novo hospital.

O escrivão da Mesa, Joaquim José de Sant'Ana, em virtude da sessão solene de inauguração e colocação do retrato do Provedor no interior do hospital a 15 de Outubro de 1893, redige um documento com as palavras proferidas nesse evento, e refere o seu *amor e dedicação pelos pobres enfermos*, promovendo-lhes agora, *todo o conforto a fim de lhes minorar, quanto possível, suas aflições e suas dores*, sendo esta considerada uma *grandiosa obra*³⁵¹, também *tão necessária e útil*³⁵², pois os doentes, *estão actualmente n'um dos melhores hospitais do paiz*³⁵³.

O Novo Hospital é referido pela administração da Misericórdia como um *importante serviço que acaba de prestar aquele pio estabelecimento, cabendo-lhe por isso muitos louvores*³⁵⁴. *Obra importante*³⁵⁵; *tão necessária e útil*³⁵⁶.

Para a imprensa

É no *Echo de Setúbal*³⁵⁷, Semanário Republicano da Cidade, que se encontra o artigo mais longo que refere este acontecimento de todos consultados, É o único também que, para além de descritivo, é crítico tanto no que se refere ao novo hospital, como no que se refere à forma como se processou a celebração da inauguração. Das festas inauguradoras, como lhes chamou, critica a religiosidade inerente ao acto, como o *Te Deum*, e a presença das irmãs de caridade. Diz ainda que no interior do hospital notava-se por toda a parte uma *profusão excessiva de santos e flores*. Quanto à sessão solene, propriamente dita, em relação á disposição dos lugares refere que o Presidente da Câmara é que deveria de ter a primazia do lugar à direita do Provedor e não o comandante militar. Estranha ainda que mais ninguém falasse na sessão solene, nem mesmo um irmão para *louvar a iniciativa e trabalho do sr. Corrêa. Foi nesta parte*, nas palavras do periódico, *uma sessão solenne... muito pouco solenne*. Do bodo oferecido aos pobres para encerrar a celebração da inauguração, não se estende em comentários, diz-se apenas contrário a este tipo de manifestação, por considerar os bodos *muito pouco christãos*, mas caracterizando-o contudo, como *excellente e abundante*,

Acerca do hospital enquanto obra da assistência, dizem que a sua instalação no convento foi cuidada e inteligente, que o asseio era muito, bem como o arejamento e luz. Que este novo hospital é *mitíssimo preferível, por todos os motivos ao antigo, collocado em plena cidade*. Apesar de algumas criticas em relação aos equipamentos, designadamente às *enchergas* que apenas foram melhoradas

³⁵⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. N.º 1455, doc. Avulso, *Ao Provedor e Mezaros da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. 7 de Julho de 1892

³⁵¹ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1455, *Doc. Avulso, Carta do Escrivão em homenagem ao Provedor por ter conseguido a obra do novo Hospital*. 15 de Outubro 1893

³⁵² SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. António Joaquim Correia, actual Provedor d'esta Santa Casa*. 15 de Outubro de 1893

³⁵³ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. Ex- Deputado, Doutor António Alves Pereira da Fonseca, Protector d'esta Santa Casa*. 1 Julho de 1894

³⁵⁴ *Revista de Setúbal*, 23 Março 1893, n.º 456

³⁵⁵ *O Elmano*, 26 de Março 1893, n.º 4

³⁵⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. António Joaquim Correia, actual Provedor d'esta Santa Casa*. 15 de Outubro de 1893

³⁵⁷ *O Echo de Setúbal*, 26 de Março 1893, n.º 3

com a transferência, refere que a Mesa da Santa Casa merece *applausos sinceros e calorosos (...)* *muito em especial ao seu digno Provedor, pela iniciativa arrojada e muita dedicação.*

Nos restantes periódicos, as menções de carácter enobrecedor á Mesa Administrativa são profundas. Expressões tais como *digna administração* e *digno provedor*, são recorrentes.

Repercussões

A principal repercussão desta celebração foi a feitura dos retratos do Provedor António Joaquim Corrêa e do Deputado António Alves Pereira da Fonseca e sua colocação no interior do hospital. Durante a sessão solene de colocação do retrato do deputado António Alves Pereira da Fonseca, realizada em 1 de Julho de 1894, foi entregue em mão pelo Vice-Presidente da Câmara de Setúbal, José Manoel Corrêa, um ofício que oficializa a mudança do nome da *Rua do Livramento* para *Rua Alves da Fonseca*³⁵⁸.

Ambos os quadros, cuja produção remete para Francisco Augusto Flamengo [1852-1915], pintor local, e também irmão da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal³⁵⁹, tinham inscrições nas respectivas molduras. Na moldura do Provedor estava inscrito *O Provedor António Joaquim Corrêa Inaugurador d'este Hospital*³⁶⁰. Na moldura do deputado, estava inscrito *António Alves Pereira da Fonseca, deputado ás cortes por este circulo, que prestou valiosos serviços na requisição d'este edificio*³⁶¹. O retrato do Provedor, para além de ter ficado exposto no interior do Hospital, entre as Enfermarias de S. Sebastião e St.º António³⁶², esteve antes de ser inaugurado, em exposição, na rua Serpa Pinto, na zona comercial da cidade, na montra do estabelecimento comercial do Sr. Pedroso³⁶³.

Contudo, outras obras foram produzidas, designadamente, por deliberação da Mesa Administrativa, proposta de António Joaquim Correa: (...) *para comemorar o nome dos benfeitores d'esta Santa Casa e para agradecer e homenagear o reconhecimento se deveriam colocar os seus retratos na Sala dos Retratos a óleo, cuja tela não seja inferior a 0,60 x 0,45 de todos aqueles que tenham feito ou venham a fazer esmolas a este pio estabelecimento de valor superior a 100\$ reis*³⁶⁴.

Em consequência desta deliberação aprovada por unanimidade, foram executadas várias pinturas com os retratos de benfeitores e benfeitoras do Hospital da Misericórdia de Setúbal, sendo estes, o retrato de Antónia Herlitz (1894)³⁶⁵, Joaquim da Costa Novaes (1894)³⁶⁶, Visconde de Montalvo

³⁵⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. Ex- Deputado, Doutor António Alves Pereira da Fonseca, Protector d'esta Santa Casa*. 1 Julho de 1894

³⁵⁹ Admitido em 22 de Abril de 1886. [ADS, SCMSTB/N.º 152, fls. 5v.]

³⁶⁰ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0084

³⁶¹ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0081

³⁶² SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. n.º 1455, *Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. António Joaquim Correia, actual Provedor d'esta Santa Casa*. 15 de Outubro de 1893

³⁶³ O Elmano, 13 Agosto 1893, n.º 24

³⁶⁴ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.7, n.º 16011, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1869-1893] 4 de Novembro de 1892. fls 379-380

³⁶⁵ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0048.

³⁶⁶ O seu retrato foi colocado na sala de sessões da Mesa Administrativa, no Convento de Jesus em Junho de 1894. SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro Copiador de Offícios*, n.º 7, fls. 93. Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0048.

(1894)³⁶⁷, Ana Carolina Harenz Corrêa (1901)³⁶⁸, e José Alves de Andrade Piteira³⁶⁹. E ainda, os quadros de José Maria dos Santos³⁷⁰, António Cândido Pedroso Gamito³⁷¹, Agostinho Maria Albino³⁷² e Comendador Manoel Joaquim da Silva Leão (1894)³⁷³, todos com a inscrição na moldura que dizia *Benfeitor d'esta Santa Casa*³⁷⁴.

Contudo, os custos destas encomendas não foram pagos pela Mesa Administrativa, mas sim pelos próprios retratados, ou melhor pelos familiares dos mesmos que *em virtude das precárias circunstâncias custearam eles a despesa dos referidos quadros ficando só a nosso cargo o de D. Gertrudes Angélica de Andrade Ligeiro*³⁷⁵ em virtude de uma legado que fizera de uma Marinha em Palma, perto de Alcácer derivando daí a decisão de feitura do seu retrato deliberada em 1871³⁷⁶.

Em termos discursivos, estas homenagens eram encaradas como demonstrações de gratidão, bem como perpetuação da memória dos retratados, garantindo-lhes reconhecimento público e perpetuação do seu nome como fazendo parte da construção daquela obra.

Contudo, e tendo este hospital mobilizado as elites da cidade na concessão de donativos, realizaram-se também espectáculos, cuja receita revertia a favor do hospital.

Antes da abertura do hospital, em 14 de Agosto de 1892, realizou-se uma corrida de touros em benefício do mesmo, cujo produto lhe rendeu 495\$000 réis. Para ajudar na sua organização, concorreram gratuitamente, José Maria dos Santos com o gado, Joaquim Thomaz da Costa com os restantes animais e com trabalho de criados, a Direcção da Empresa de Recreios que cedeu a praça, António José Baptista com o aluguer do seu camarote e por fim, as Sociedades Filarmónicas Operária e Capricho que acompanharam a tourada com concerto. Ainda se registaram donativos em géneros, na sua maior parte têxteis para o enxoval do hospital, e em dinheiro³⁷⁷.

³⁶⁷ Deliberada feitura do retrato em 1892, em virtude do empréstimo de 300 mil réis que se prontificou a fazer à para as obras de adaptação do Novo Hospital. [ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.7, n.º 16011, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1869-1893] 4 de Novembro de 1892. fls 379-380v. Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0046

³⁶⁸ Esposa do Provedor António Joaquim Corrêa. [SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0048]. A deliberação para a feitura do seu retrato é decidida em 17 de Dezembro 1901, a propósito do seu falecimento. [ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Fls162v.

³⁶⁹ Com a inscrição *Benfeitor d'este Hospital*. Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0083.

³⁷⁰ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0075

³⁷¹ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0076

³⁷² Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0072

³⁷³ Quadro colocado na sala de sessões da Mesa Administrativa no Hospital, em Junho de 1894, com a inscrição *Benfeitor d'esta Santa Casa*. SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro Copiador de Offícios*, n.º7, fls. 93. SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0083

³⁷⁴ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 11 de Novembro de 1894.

³⁷⁵ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, 26 de Abril de 1894

³⁷⁶ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv. 7, n.º 16011, *Livro de Actas da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal* [1869-1893]. Sessão de 2 de Junho de 1871. Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0079

³⁷⁷ *Relatório e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. [1892-1893]. Typographia Casa Havaneza. Setúbal. 1893. p. 9-10

Em 19 Março, data de aniversário do Hospital, decorreu no Teatro Bocage um espectáculo em seu favor, que rendeu 136\$000 réis³⁷⁸. Em 19 de Janeiro de 1899, houve outro espectáculo em benefício da Misericórdia no Teatro D. Amélia cuja receita constou de 301\$050 réis³⁷⁹.

Em 1900, realizou-se na praça de touros da cidade, denominada D. Carlos e gerida pela Direcção da Empresa de Recreios, pela mão de Joaquim Thomaz da Costa, *uma grandiosa tourada em beneficio do Hospital da Misericórdia d'esta cidade*³⁸⁰. Diz ainda o periódico que: (...) *O fim utilitário e profundamente sympathico d'este espectáculo e os elementos que a mesa administrativa da Santa Casa está reunindo, afim de apresentar um programa de 1.ª ordem, garantem uma enorme concorrência, já denunciada pela corrente de opinião publica que logo se estabeleceu a respeito d'essa ideia.*

No dia da tourada, ainda se faz novo apelo para a compra de bilhetes, e a Mesa para facilitar e alargar o seu público, preparou também *uns comboios extraordinários a preços reduzidos para serem aproveitados pelo povo de Lisboa e de outras terras entremediárias da via férrea*. Este evento rendeu à Santa Casa 661\$320 réis³⁸¹.

No ano económico 1901 e 1902, realizou-se ainda uma tourada³⁸², e dois espectáculos de teatro, um no Teatro Rainha D. Amélia e outro na Sociedade Capricho, o que permitiu a adaptação de uma casa para banhos no hospital. A tourada rendeu 1 408\$060 réis, os espectáculos reverteram em 112\$150 réis³⁸³.

5.2. República e a Celebração Pública da Assistência

5.2.1. Asilo Bocage – Celebração Pública da Assistência

São vários e muito numerosos os eventos festivos realizados neste novo espaço assistencial. Fundado em 1913 sob os valores inerentes ao novo regime político, e durante o seu período mais vigoroso, deram novo ânimo à beneficência particular, mobilizando literalmente, toda a Cidade e sociedade setubalense em prol do bem estar dos pobres, inválidos do trabalho. Optou-se por demonstrar a importância e vitalidade deste ambiente generoso vivido em Setúbal durante o período republicano, com quatro tipos de eventos agrupados em dois grupos: a inauguração de novas Camaratas ampliando a sua capacidade de albergar indivíduos, os aniversários da instituição e, por último, os Festivais de Verão e as Festas da Família pelo Natal.

³⁷⁸ SCMSTB, AHSCMSRB, Pt. N.º 1491, *Relatório e Contas da Administração da Santa Casa da Misericórdia. 1894-1895.*

³⁷⁹ SCMSTB, AHSCMSRB, Pt. N.º 1491, *Relatório e Contas da Administração da Santa Casa da Misericórdia 1898-1899.*

³⁸⁰ *A Folha de Setúbal*, 9 Setembro 1900, n.º 48

³⁸¹ SCMSTB, AHSCMSRB, Pt. N.º 1491, *Relatório e Contas da Administração da Santa Casa da Misericórdia. 1901-1902.*

³⁸² 15 de Setembro 1901

³⁸³ SCMSTB, AHSCMSRB, Pt. N.º 1491, *Relatório e Contas da Administração da Santa Casa da Misericórdia 1901-1902.*

a) Aniversários da Instituição e Inauguração de Camaratas

Datas e Locais

Tanto a inauguração com a comemoração dos seus subseqüentes aniversários, foram sempre realizados no recinto do Asilo Bocage, com actividades no interior do edifício e no exterior, no espaço denominado o *Parque do Asilo*.

A data de 15 de Setembro, data de fundação do Asilo, apresenta contudo, duplo significado pois é também a data do feriado municipal de Setúbal, que celebra o nascimento do poeta setubalense, tornado herói pela República, Manoel Maria Barbosa do Bocage. Em média, até ao falecimento do director honorário do Asilo Francisco de Paula Borba, a duração da festividade celebrativa da fundação do asilo, durava 3 dias, normalmente, durante os dias 14, 15 e 16 de Setembro.

Motivações

No dia 15 de Setembro, celebra-se em primeiro lugar, a abertura do Asilo Bocage, e por coincidência de datas, alia-se a abertura do asilo à celebração do feriado municipal, correspondente ao dia do nascimento do poeta Bocage, verificando-se sempre alusões a esse facto. Até mesmo a imprensa local faz referencia à importância das festas do Asilo Bocage no dia do feriado municipal, como acontece na *Folha de Setúbal*, no numero de 18 de Setembro de 1913 sob o titulo “*As festas da cidade de Setúbal, no seu conjunto sobressaíram os números de iniciativa particular*”³⁸⁴.

A partir de 1914, o dia 15 de Setembro, na vida da Misericórdia de Setúbal, esta sempre associado ao seu Asilo. É neste dia, que se aproveita a ocasião de festa e de celebração para se inaugurarem novas camaratas, e é sempre ocasião para a entrada de novos asilados na instituição. Neste ano, após um ano da sua fundação, foi inaugurada a 1.^a Camarata de ampliação da instituição, significando a entrada de mais 10 indivíduos no asilo³⁸⁵. Em 1920, em virtude do falecimento de António José Marques, anterior *director-presidente* da Misericórdia de Setúbal, não se realizaram as festividades habituais no Asilo Bocage; estas foram suspensas por ordem da Mesa Administrativa e apenas se realizou o jantar melhorado dos asilados e foi inaugurada a 2.^a camarata, que já estava prevista, a que a Administração deu o nome de “*Camarata António José Marques*”, homenageando desta forma o seu anterior director.³⁸⁶

A terceira camarata foi inaugurada em 1923 no dia 15, mas do mês de Abril, e não do de Setembro. O facto desta inauguração não se ter verificado no mês em que era habitual, prende-se com um motivo muito particular. Em 17 de Junho de 1922 Gago Coutinho e Sacadura Cabral, chegam ao Rio de Janeiro e completam assim a primeira travessia aérea sob o atlântico sul³⁸⁷. Decide-se logo em sessão da Mesa Administrativa, como já foi dito, que a nova camarata se

³⁸⁴ *A Folha de Setúbal*, 18 Setembro 1913, n.º 77.

³⁸⁵ *A Folha de Setúbal*, 20 Setembro 1914, n.º 115

³⁸⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, Livro de Actas da Mesa Administrativa [1910-1927] sessão de 9 Setembro 1920, fl. 179

³⁸⁷ Tal como no país inteiro, Setúbal não permanece indiferente ao facto, e na imprensa local, durante todo o trajecto dos famosos aviadores, são dadas notícias e relatórios sobre a famosa viagem. E tal como a cidade não foi indiferente, não o foi decerto a Misericórdia de Setúbal, cujos seus dirigentes tomaram logo em Abril de 1922 as devidas providências para as celebrações e homenagens que deveriam de ser prestadas aos aviadores portugueses quando estes completassem a travessia.

denominará “*Camarata dos Aviadores*” e que será inaugurada em 15 de Setembro desse ano, pelo nono aniversário do Asilo Bocage, com a presença dos mesmos.³⁸⁸ Contudo, os aviadores só puderam comparecer no ano de 1923, muito em virtude das inúmeras visitas que fizeram a outras localidades do país, e na verdade, apenas um dos heróis esteve nesta Cidade. Gago Coutinho não conseguiu estar presente³⁸⁹ e diz ainda o mesmo jornal, que a causa foi de pura *modéstia* e *aborrecimento*. Foi Francisco de Paula Borba, que em Lisboa, numa conferência com Sacadura Cabral, convidou os dois aviadores a vir a Setúbal, receber a respectivas homenagens³⁹⁰.

Forma

Todas estas festividades se iniciavam com uma sessão solene que era realizada antes das actividades recreativas que estivessem planeadas. Nessa sessão solene ouviam-se discursos dos protectores do Asilo, entre eles, Joaquim Brandão, deputado pelo círculo de Setúbal, Francisco de Paula Borba, alguns membros da Mesa Administrativa da Misericórdia e representantes das colectividades da Cidade.

Em 1917, ficou estabelecido que se realizasse para além da sessão solene, uma *kermesse*, um bazar ou mercado de frutas, uma garraizada na praça Carlos Relvas, gratuita, mas cujos donativos revertiam a favor da assistência da Cidade e uma sala do asilo para João Eloy do Amaral, expor os seus trabalhos enquanto pintor³⁹¹. Progressivamente, as festas do Asilo de 15 de Setembro tornam-se bem conhecidas e perfeitamente integradas no programa de festas do município para a comemoração do feriado municipal. Também de forma progressiva os programas são cada vez mais elaborados, com as actividades lúdicas mais diversas como as tómbolas³⁹² e até as rifas do Bote *Elmano*³⁹³ e do escalér³⁹⁴ *Natal* no ano seguinte. Cada bilhete de rifa custava cem réis, que revertia a favor da construção da nova Camarata que se projectava³⁹⁵. Em 1919, é a vez de José Maria da Silva, pintor amador local, expor os seus trabalhos por ocasião da festa de 15 de Setembro³⁹⁶. Foi este pintor, autor de diversos retratos de benfeitores da Misericórdia após a morte do seu habitual retratista Francisco Augusto Flamengo em 1915.

Antes destas actividades lúdicas destinadas aos asilados mas também à população da cidade, realizava-se sempre um jantar melhorado dos asilados custeado pelos elementos da Mesa Administrativa. Jantar este que se manteve sempre nesta celebração.

O edifício em todas estas ocasiões esteve aberto ao público, à semelhança do que já havia sido realizado aquando da inauguração do Hospital em 1893, e eram sempre efectuadas visitas ao interior

³⁸⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 26 Abril 1922, fl. 205

³⁸⁹ *O Setubalense*, 16 Abril 1923

³⁹⁰ *O Setubalense*, 26 Março 1923, n.º 1660

³⁹¹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 5 Agosto 1917, fl.105

³⁹² *O Setubalense*, 13 Setembro 1919, n.º591

³⁹³ *O Setubalense* 13 Setembro 1919, n.º591

³⁹⁴ Pequena embarcação a remos ou vela.

³⁹⁵ *O Setubalense*, 19 Setembro 1920, n.º 671

³⁹⁶ *O Setubalense*, 16 Setembro 1919, n.º 592

do edifício, permitindo um contacto mais próximo com os indivíduos que lá residiam e por outro lado, mostrando a aplicação efectiva dos donativos oferecidos.

Dá-se especial atenção aos asilados, de facto, celebra-se a sua admissão no asilo. Torna-se pública a assistência praticada.

Estas cerimónias são também pretexto, para se fazer entrega de doações. É o caso da Associação dos Trabalhadores do Mar, que faz a entrega de três títulos de dívida interna, no valor de 1 600 escudos, averbados em nome do asilo³⁹⁷.

Na celebração de 1925, 12.º Aniversário, acrescenta-se um *lunch*, ao programa habitual de festas e aproveita-se a ocasião para, à semelhança dos anos anteriores, inaugurar as novas obras feitas no asilo, para as quais muito contribuíram entidades, colectividades e pessoas a título particular da cidade de Setúbal e Lisboa³⁹⁸.

Intervenientes/ Participantes

Na inauguração do Asilo Bocage, a *Câmara Municipal e auctoridade administrativa de Setúbal não compareceram nem se fizeram representar*³⁹⁹. Facto que não se repetiu nem no 1.º Aniversário, nem nos anos seguintes, em que esteve sempre presente pelo menos um representante da edilidade.

As autoridades civis da cidade estavam sempre presentes, bem como os administradores das outras casas de caridade da cidade, colectividades, filarmónicas, e sempre um grande número de habitantes de diversas classes sociais como caracteriza a imprensa da época.

De 1913 diz-nos *A Folha*, que *o recinto encheu-se completamente*, com entidades oficiais militares do Regimento de Infantaria n.º11, bem como com a representação do Asilo de Mendicidade de Lisboa.

No ano de 1914, para a mesma festividade, foi enviado convite aos sócios e beneméritos benfeitores do asilo. Diz o mesmo periódico, que teve o evento, numerosa assistência, com predominante presença do sexo feminino.

Na 1.ª inauguração estavam presentes também entre a assistência, as asiladas do Asilo Acácio Barradas e as crianças do Asilo da Infância Desvalida, não se precisando, se estavam também presentes no aniversário de 1914.

Muitas personalidades da esfera política nacional estiveram presentes em alguns aniversários desta instituição tais como Joaquim Brandão, deputado da Nação, cuja comparência era frequente, de Jorge Vasconcelos Nunes e João Luiz Ricardo⁴⁰⁰, ambos ex-Ministros da Agricultura, sendo que este último esteve presente em 1922 como representante da Comissão Nacional de Assistência. Também neste ano de 1922 esteve presente em Setúbal para o aniversário do *Asilo*, Vasco Borges, na época Ministro do Trabalho⁴⁰¹.

³⁹⁷ *A Folha de Setúbal*, 20 Setembro 1914, n.º115

³⁹⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, Livro de Actas da Mesa Administrativa [1910-1927] sessão de 15 Outubro 1925, fl. 264v

³⁹⁹ *A Folha de Setúbal*, 18 Setembro 1913, n.º77

⁴⁰⁰ *O Setubalense*, 13 Setembro 1922, n.º 1499

⁴⁰¹ SCMSTB, AHSCMSTB, Livro de Actas da Mesa Administrativa [1910-1927] sessão de 19 Setembro 1922, fl.212

Valor / Significado

A respeito da sua fundação, e em discurso redigido a propósito do Relatório de Contas do ano económico de 1913-1914, o *Director-Presidente* António José Marques deixa bem claro o significado que a obra tem tanto para a sua administração como para a assistência na cidade de Setúbal: (...) *Registado ficará para sempre em letras d'ouro nos annaes d'esta Associação, no catálogo beneficente d'esta cidade e até mesmo na história da assistência pública do paiz, o acto invulgar e grandioso da fundação nesta cidade do asylo de inválidos do sexo masculino. Que todos contribuíram para obra tão benéfica e verdadeiramente altruísta fiquem para sempre ligados a sua historia, e que os habitantes d'esta cidade os considerem uns beneméritos da humanidade. Gravemos, no entanto, aqui o nome do Benemérito [Francisco de Paula Borba] e asseguremos também aos restantes auxiliares d'esta administração o reconhecimento profundo a que tem jus (...)*⁴⁰².

A instituição do asilo foi para a administração da Misericórdia (...) *facto sublime e altamente humanitário* (...) na verdade, este foi o primeiro asilo para inválidos do trabalho na cidade. A administração está perfeitamente consciente do que significa para a instituição esta obra de assistência, pois ela marca *uma nova era, da-lhe mais vitalidade e insufla-lhe uma nova orientação radicando-a no espírito da população d'esta cidade como obra sua muito querida.*(...)⁴⁰³.

Acerca do Aniversário de 1919 diz-nos Francisco de Paula Borba que o povo (...) *tem as festas que se organizam nesta casa de caridade como as festas mais simpáticas e altruístas que se fazem em Setúbal*⁴⁰⁴.

Em 1925, *O Século* refere-se às festas da Cidade a propósito do dia 15 de Setembro dizendo que (...) *A característica cívica destes festejos quasi não existe sendo substituída com preferível vantagem pela nota simpática do bem e da filantropia* (...). Do Asilo Bocage refere-se como sendo (...) *um dos melhores baluartes da generosidade do povo* (...) ⁴⁰⁵.

O Setubalense, em artigo crítico e explicativo dos novos valores que levaram às novas festividades cívicas em substituição das religiosas, refere que: *As Festas Bocageanas após o ano do centenário, (...) nunca mais corresponderam a ideia que lhes deu inicio limitando-se agora a comemorações de iniciativa particular* (...) ⁴⁰⁶, referindo-se aqui à Festa do Aniversário do Asilo Bocage, que teve nesse ano Homenagem e Bolo oferecido por Francisco de Paula Borba para consagrar o dia do nascimento do Poeta ⁴⁰⁷. Contudo, apesar de conter esta componente cívica da esfera municipalista, as festas serviam o Asilo e os seus asilados.

Repercussões

⁴⁰² SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1913-1914.

⁴⁰³ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 14 Novembro 1913, fl. 52v

⁴⁰⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 17 Setembro 1919, fl.159v

⁴⁰⁵ *O Século*, 15 Setembro 1925

⁴⁰⁶ *O Setubalense*, 13 Setembro 1919, n.º591

⁴⁰⁷ *O Setubalense*, 13 Setembro 1919, n.º 591, *Programa*

Guilhermina da Costa Botelho Moniz Borba, esposa do director honorário do asilo, em 1914 oferece as 33 camas que iriam servir a nova camarata⁴⁰⁸.

A existência deste Asilo, gera também um movimento de entrega de heranças. Em 1916 é dada a Quinta da Cachofarra por João Maria Baptista Ferreira por escritura de 31 de Julho⁴⁰⁹, bem como a Quinta dos Comediantes por Manuel Maria Pinto, sócio fundador⁴¹⁰. Contudo, outros donativos se registaram, entre géneros alimentícios, equipamentos e vestuário para os asilados.

No ano económico de 1913-1914, que corresponde ao primeiro ano de funcionamento do Asilo Bocage, foi doada em dinheiro a quantia total de 1 470\$48 só para o referido asilo. Destes dinheiros, 409\$00 escudos foram oferta de particulares, ou de pessoas que indo ao asilo, ali deixavam o seu contributo. O *Sindicato dos Fabricantes de Conservas de Peixe* fizera a entrega de 50\$00. As Associações de Classe também contribuíram, como por exemplo as dos Soldadores, dos Trabalhadores de Fábricas e dos Operários Metalúrgicos. Houve também o produto de uma vacada na Praça Carlos Relvas, antiga praça D. Carlos, que rendeu 28\$00 escudos; o produto de uma rifa de novilho que rendeu 80\$; ofertas em troca de postais que renderam cerca de 108\$, e 50% do produto de uma tourada realizada ainda em 1913⁴¹¹.

No mesmo relatório aparecem também descritas as verbas oferecidas pelo poder público, designadamente, pela Câmara Municipal e pelas juntas de paróquia que no total perfizeram a quantia de quatrocentos e sessenta escudos⁴¹².

Em virtude das avultadas verbas recebidas, por vezes aumentava-se o número de asilados, tal como aconteceu em 1918, quando, em virtude da generosidade pública se tornou possível essa admissão⁴¹³.

Para homenagear as colectividades e pessoas que a título particular auxiliaram o asilo, foram pintados quadros comemorativos com os seus nomes. O primeiro foi dedicado à *Comissão* formada para a comemoração do Centenário de Bocage em 1905⁴¹⁴; em 1913 são homenageados os benfeitores em dois quadros⁴¹⁵ os benfeitores que ofereceram esmolas superiores a 20 escudos⁴¹⁶;

⁴⁰⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1914-1915

⁴⁰⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1916-1917

⁴¹⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 25 Julho 1921, fl. 194

⁴¹¹ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt. N.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1913-1914

⁴¹² Administração do Concelho (275\$); Santa Maria da Graça (65\$); S. Julião (60\$); S. Sebastião (30\$); N. Senhora Anunciada (30\$).

⁴¹³ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 17 Setembro 1918, fl.138

⁴¹⁴ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0074, *Homenagem á Grande Comissão do Centenário de Bocage em 1905 pelo seu donativo de 6.149,50 escudos*. 1913

⁴¹⁵ SCMSE 00114, José Maria d'Andrade; Guilhermina Amélia da Costa Botelho Moniz Borba; Henrique Augusto Pereira; Luiz José Baptista; José Guilherme dos Santos; José Sebastião Ferreira & Irmão; Carolina Ferreira Gonçalves; Gustavo Carlos Herlytz; Celestino Brito dos Santos; José Joaquim Pina "Manteigada"; Companhias Reunidas – Gaz e Electricidade; António Dias Formiga; Vitória Foot-Ball Club; Evaristo da Costa Carmona; Manuel da Silva; Manuel Dias Duque; Henrique Rosa; Bonifácio Lazaro; Viúva e Filhos de José Maria da Silva; Manuel de Deus Pedrosa; Rachel [...] de S. Maia; António Henrique Fernandes; António Dias Quintans; Ritta de C. C. Barreto; Academia Sinfónica de Setúbal; Bombeiros Municipais de Setúbal.

em 1914 homenageiam-se as classes trabalhadoras⁴¹⁷ com o quadro denominado *1914, Homenagem às Classes Trabalhadoras de Setúbal representadas pelas seguintes associações de classe*⁴¹⁸, e em 1918 os benfeitores⁴¹⁹ são novamente homenageados no quadro denominado *1918, Bemfeitores do asilo Bocage que ofereceram esmolos superiores a 20 escudos*⁴²⁰.

Só entre 1913 e 1926 são produzidos 26 retratos a óleo sendo que três são de mulheres, e são feitos também 12 retratos fotográficos em igual período, sendo que entre estes não existem de benfeitoras. Por contraste, por ocasião da celebração da abertura da Hospital foram produzidos 12 retratos a óleo sendo que 2 eram de benfeitoras⁴²¹. A propósito do 3.º Aniversário foram inaugurados os retratos de António Dias Quintas⁴²² e José Cândido Salvado Júnior⁴²³, benfeitores do Asilo já falecidos⁴²⁴.

Em relação aos heróis aviadores foram oferecidos quadros com os retratos de ambos e colocados na *Camarata dos Aviadores* no *Asilo Bocage* pelo pintor e professor Conceição Silva.⁴²⁵

Em 1922 foram ainda inaugurados os retratos de Maria Assunção Cunha⁴²⁶ e António Henriques Fernandes⁴²⁷.

Em 1925, é inaugurado o refeitório e cozinha nova do Asilo Bocage que tinha nesta altura 62 asilados. São inaugurados também neste ano os retratos fotográficos de Venancio Olimpio Ferreira

SCMSE 00114, Maria Lúcia Botelho Moniz Borba; João Botelho Moniz Borba; Venâncio Olimpio Ferreira Torres; Henrique O'Neill Groot Pombo; António Carlos da Costa Botelho Moniz; João Carlos Henriques; Abel Duarte Pólvora; José Manuel de Carvalho Araújo; Joaquim da Costa Novais; José Alves da Silva; António dos Santos Jorge; Gregoria Serrano Teixeira; António Mathias Lopes; José Gonçalves da Cunha; Visconde de Bartissol. / Maria Romana Araújo; Manoel Maria Pinto; Sindicato dos Fabricantes de Conservas de Setúbal; João José Ferreira da [Silva] Santarém; Paulina O'Neill Groot Pombo; Joaquim Mendes Nuncio; António Castro; Joaquim Miguel dos Santos; José Pombo Ahrens; António Augusto Quintans; João Marques Cancio; Eduardo A. C. Salgado; João Tavares.

⁴¹⁶ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 00114 e 0115, *1913, Bemfeitores do asilo Bocage que ofereceram esmolos superiores a 20 escudos*.

⁴¹⁷ Construção Civil e Artes Auxiliares; Pedreiros e Artes Auxiliares; Apanhadores de Peixe; Caixoteiros; Carpinteiros Navais; Carregadores de Peixe; Condutores de Carroças; Empregados do Comercio; Estivadores e Condutores no Rio Sado; Manipuladores de Pão; Operarias das Fábricas de Conservas; Operários Corticeiros; Metalúrgicos; Sapateiros; Pescadores da Murtosa; Soldadores; Trabalhadores das fábricas de Conservas; Trabalhadores do Mar; União dos Estivadores e Baldeadores de Sal no Rio Sado; União dos Carregadores e Estivadores de Mar e Terra; Associação dos Calceteiros de Setúbal e Seus Auxiliares;

⁴¹⁸ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0049.

⁴¹⁹ Ritta de Cacia Cândida Barreto; Maria José Flamengo; Maria Casimira Coelho Godinho; Maria da Conceição Severino; Ema de Campos Santos Meirelles Pampiona; Emília Augusta Marques; Maria Elena Franco Barros; Adriana Arocha Quintans; Visconde de Bartissol; Emílio Fernandes Otero; António Soares Franco; Ismael Teixeira da Silva; António Ferreira Alves Passos; José Maria da Silva; José Maria; F. M. Lino; Henrique Fernandes Bramão; João Carlos da Silva; Octávio F. Dias; Joaquim Correia Baptista; [Herdeiros] de João José Ferreira da Silva; [Herdeiros] de Manoel José do [Masc.] e Oliveira; Academia Symphonica de Setúbal; Caixa de Socorros da Corporação dos Bombeiros Municipais de Setúbal.

⁴²⁰ Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0067

⁴²¹ SCMSTB, Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

⁴²² SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0251

⁴²³ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0111

⁴²⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficencia da Misericordia de Setúbal*. 1916-1917

⁴²⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1921-1925], Sessão 15 Junho 1925, fl. 4v

⁴²⁶ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0047

⁴²⁷ *O Setubalense*, 13 Setembro 1922, n.º 1499; Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0108

Torres⁴²⁸ e de António Gualdino Ferreira⁴²⁹. Em 1928 foi a vez de Joaquim Brandão⁴³⁰ receber novo retrato⁴³¹ agora fotográfico.

b) Festivais de Verão e Festas do Natal

Datas e Locais

Os festivais de Verão eram realizados nos dias 23, 24 e 27 do mês de Junho no Parque do Asilo Bocage, contudo, nos festejos de Junho de 1915 foi construído um pavilhão especificamente para esse fim, no interior do qual, seriam vendidos diversos artigos⁴³². As Festas da Família eram realizadas no interior do edifício do Asilo nos dias 24 e 25 de Dezembro.

Motivações

Quanto aos festivais realizados em Junho, temos em primeiro lugar como objectivo da Instituição, a angariação de receita para sustentar o Asilo Bocage e Hospital. Em segundo lugar, estas festas coincidiam com a comemoração do Santo Popular S. João, só a partir de 1916, no entanto, são anunciadas como tal, porque, até aí, as festas de Junho não tinham nome, era apenas o Festival de Verão do Asilo Bocage⁴³³.

As festividades do Natal e de *Ano Bom*, celebradas em 24 e Dezembro e em 1 de Janeiro respectivamente, estão associadas à família, e é nesse sentido que se realizam estas festas⁴³⁴. Em 1915, aproveita-se esta ocasião para angariar receita através da venda de rifas⁴³⁵.

Em 1914, dá-se notícia de ser ideia da administração da Misericórdia, a promoção de festivais no parque do asilo para angariar alguma receita para o *sustento dos velhinhos*⁴³⁶. E de facto, após o habitual jantar dos asilados oferecido pela Mesa, decorre no recinto exterior do edifício uma *Kermesse*. A partir do ano de 1914, realiza-se todos os anos, um Festival de Verão no parque do asilo. Faz-se a *Kermesse*, vendem-se rifas⁴³⁷ de objectos e animais oferecidos⁴³⁸, fazem-se exposições de pintores locais, e dança-se ao som das filarmónicas⁴³⁹.

Forma

⁴²⁸ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0253

⁴²⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 15 Agosto 1925, fl. 264; SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0244

⁴³⁰ SCMSTB Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0260

⁴³¹ *O Século*, 16 Setembro 1928.

⁴³² *A Folha de Setúbal*, 6 Junho 1915, n.º 146

⁴³³ *A Folha de Setúbal*, 27 Junho 1915, n.º 148

⁴³⁴ Festa da Família, com Jantar oferecido aos Asilados em 25 Dezembro 1913; Jantar oferecido aos Asilados em 1 de Janeiro 1914/ Festa da Árvore do Natal, 25 de Dezembro 1914/ Jantar Oferecido aos asilados em 1 de Janeiro de 1915/Festas da Família, 24 e 25 de Dezembro 1916/ Jantar oferecido aos asilados, 1 de Janeiro 1918/

⁴³⁵ *A Folha de Setúbal*, 3 Janeiro 1915, n.º 129

⁴³⁶ *A Folha de Setúbal*, 30 Agosto 1914, n.º 112

⁴³⁷ *A Folha de Setúbal*, 6 Junho 1915, n.º 146

⁴³⁸ *O Setubalense*, 21 de Junho 1919, n.º 531

⁴³⁹ *A Folha de Setúbal*, 4 Julho 1915, n.º 149

Em Dezembro, por altura do Natal, dedicado à festa da Família, realizam-se no Asilo Bocage as festas alusivas a esta celebração, com oferta de jantares melhorados aos asilados.

Rapidamente, esta festividade junta no edifício do asilo, outros das restantes instituições de assistência da cidade, como as asiladas do Acácio Barradas e da Infância Desvalida. Para estas últimas, coloca-se a árvore de Natal no asilo, para a qual os benfeitores e população da cidade, poderiam comparticipar com presentes para as crianças. Em Dezembro de 1914, realiza-se a primeira Festa da Família com a respectiva Árvore do Natal (...) *cujo recheio composto de bonitos e mimosos brinquedos, todos nacionais, será sorteado em bilhetes de 10 centavos, revertendo a receita na totalidade a favor do asilo*⁴⁴⁰.

Na festividade do Natal em 1922 fez-se a respectiva Árvore, concertos das filarmónicas locais Capricho e União, rifas e leilão de diversos objectos oferecidos e admissão de cinco asilados para preencher as vagas existentes. Há também distribuição de doces e broas às crianças das casas de assistência de Setúbal, sendo estes géneros ofertados pelos membros da Mesa. É durante esta festividade que se celebra o lançamento da primeira pedra para a construção do novo refeitório do Asilo⁴⁴¹.

A partir de 1915, os Festivais de Verão, realizam-se em 23, 24 e 27 de Junho e, para além da *kermesse*, rifas, tómbolas e bazares, para angariação de receitas, actuou a Banda de Infantaria n.º 11, bem como a *Tuna 1.º de Maio* e o grupo *O Intransigente*⁴⁴². À semelhança do dia do aniversário do asilo, também o programa de festas para os festivais de Verão engrandeceu, tanto em actividades como em espectáculos⁴⁴³. Em 1922 actuaram no festival a Banda do regimento de Infantaria n.º 11, as Sociedades Musicais Capricho Setubalense, União Setubalense e a filarmónica Instrução Musical da Quinta do Anjo⁴⁴⁴.

Intervenientes / Participantes

A festa do Natal não tem inicialmente carácter público, pois a sua motivação residia em promover um ambiente familiar mais privado do que público. Era destinada contudo, também aos benfeitores mais próximos da instituição. Os principais beneficiados com esta celebração eram as crianças do *Hospício Municipal* e do *Asilo da Inafancia Desvalida* que para o evento eram convidadas.

Já em relação aos Festivais de Verão, a participação era de ordem vária, desde a numerosa assistência do povo de Setúbal, às elites administrativas, no periódico *A Folha* é assim ilustrada: *Asilados, crianças, senhoras de chapéu e mulheres do povo, industriais e operários (...)*⁴⁴⁵.

As bandas das sociedades filarmónicas também tinham a sua participação anual é o caso da presença certa da Banda do Regimento n.º 11⁴⁴⁶; a Capricho Setubalense e a União Setubalense⁴⁴⁷,

⁴⁴⁰ *A Folha de Setúbal*, 20 Dezembro 1914, n.º 127

⁴⁴¹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 23 Dezembro 1922, fl. 217v

⁴⁴² *A Folha de Setúbal*, 27 Junho 1915, n.º 148

⁴⁴³ Foram realizadas Tómbolas, rifas, exposições e quermesses no ano de 1916. [SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1916-1917]

⁴⁴⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 27 Junho 1922, fl. 207

⁴⁴⁵ *A Folha de Setúbal*, 27 Junho 1915, n.º 148

bem como algumas participações pontuais, como a sociedade Musical Humanitária Palmelense, a Democrática Barreirense e a Amizade Alcacerense⁴⁴⁸

Valor / Significado

O principal objectivo dos festivais era a avultada receita que era angariada através das *kermesses*, das *tômbolas* e das *rifas*. Diz-nos A Folha que: *O povo disputa a primazia de esmolar o azilo (...) e dá a imagem do movimento da referida festa em eloquente discurso: (...) A tristeza da velhice misturada com a alegria das crianças, a fisionomia das senhoras de chapéu confundia-se com a mulher do povo, o producto do trabalho igualando-se ao resultado da industria*⁴⁴⁹.

Nas palavras de um membro da Mesa que permaneceu anónimo no mesmo artigo: *“São estas festas as verdadeiras lições que educam e confraternizam o povo” (...)*. Ainda sobre o arraial de 1915, diz-nos o mesmo periódico que os albergados estavam *cercados pelo povo que com eles conversava, e felicitavam pelo bem estar em que presentemente se encontravam*⁴⁵⁰.

Numa vertente mais prática, a da utilidade para o Asilo dos recursos da assistência em Setúbal, dizia Francisco Paula Borba, seu director: *“Aumentar a receita do Asilo é diminuir a despesa do hospital”*⁴⁵¹.

Do festival de 1919 diz-nos *O Setubalense* que (...) *a isto se limitam na Cidade as festas de S. João civilizadas (...)*⁴⁵². Denotando-se, aos olhos do periódico a falta de actividades lúdicas, bem como as “bem frequentadas” aos olhos do periódico.

As *Festas da Família*, realizadas pelo Natal tinham um simbolismo que iria muito para além da receita que poderia ser angariada, e de facto, não era esse o seu principal objectivo. Sendo o *Asilo* uma casa de recolhimento e a nova morada para os seus *asilados*, pretendia-se com esta celebração *a sincera confraternização familiar* dedicada aos trabalhadores inválidos da Cidade⁴⁵³.

Repercussões

O objectivo primordial destes festivais era efectivamente a angariação de receita, e portanto, vários donativos, quer em géneros quer em materiais eram oferecidos ao Asilo Bocage tanto pelos benfeitores e sócios, como por algumas Associações de Classe e pela população em geral.

⁴⁴⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 28 Junho 1921, fl. 191v

⁴⁴⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 30 Junho 1920, fl. 172v; Sessão de 30 Janeiro 1921, fl.182; sessão de 28 Junho 1921, fl. 191v; sessão de 27 Junho 1922, fl.207v

⁴⁴⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 30 Junho 1920, fl. 172v; sessão 28 Junho 1921, fl. 191v;

⁴⁴⁹ *A Folha de Setúbal*, 27 Junho 1915, n.º148

⁴⁵⁰ *A Folha de Setúbal*, 4 Julho 1915, n.º149

⁴⁵¹ *A Folha de Setúbal*, 4 Julho 1915, n.º149

⁴⁵² *O Setubalense*, 23 Junho 1919, n.º532

⁴⁵³ *O Setubalense*, 22 Dezembro 1919, n.º673

Em virtude da Festa da Família realizada em 1914 no *Asilo Bocage*, foi admitido, pelas receitas recebidas, mais um asilado⁴⁵⁴. Por ocasião do festival de Junho de 1915, foi oferecido um fogão no valor de duzentos e quarenta escudos, por uma comissão de senhoras que se reuniu para esse fim. Apesar de a Comissão Executiva⁴⁵⁵ já ter conhecimento em 30 de Maio da importante oferta, esta só se concretiza por ocasião do festival em Junho⁴⁵⁶. Importante é referir, que em virtude desta oferta, a Mesa e Direcção do Asilo decidem admitir mais um asilado à semelhança do que já se havia passado no final do ano de 1914. A admissão de asilados em virtude da boa receita angariada repete-se em 1916⁴⁵⁷, 1917⁴⁵⁸, 1919⁴⁵⁹ e 1921⁴⁶⁰.

Também como consequência dos bons resultados do festival por ele organizado e pago, a Mesa Administrativa decide dar o nome de *Dr. Francisco de Paula Borba* à Camarata recentemente inaugurada⁴⁶¹. Para esse efeito, foi escolhida a data de 24 de Março do ano de 1916, data de aniversário do médico e director do Asilo. Por ocasião da visita a Setúbal às *casas de caridade* a cargo da Misericórdia em 18 de Junho 1922, foi pintado um quadro com o nome de Álvaro Possolo e de João Luiz Ricardo e colocado na sobredita sala⁴⁶².

5.3. A Formalidade Celebrativa do Estado Novo

5.3.1. A Inauguração do Hospital Regional S. Bernardo

Datas e Locais

Pode-se dizer, que a localização da celebração de que aqui se vai tratar não é exacta. Ela terá decorrido obviamente nas instalações do Hospital, mas também por toda a cidade e mesmo na via pública em virtude do percurso efectuado pelo Presidente da República que nela participou⁴⁶³. A Praça do Bocage, mais propriamente no edifício dos Passos do Concelho, também foi local da

⁴⁵⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, Pt.n.º 1491, *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*. 1914-1915

⁴⁵⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480, *Livro de Actas da Comissão Executiva* [1921-1925], Sessão 30 Maio 1915, fl.1

⁴⁵⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 8 Junho 1915, fl. 63;

⁴⁵⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 4 Setembro 1916, fl.

86

⁴⁵⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 5 Agosto 1917, fl.104v

⁴⁵⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 13 Janeiro 1919, fl. 118

⁴⁶⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 28 Junho 1921, fl. 189

⁴⁶¹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão 30 Dezembro 1915. fls 73-74v

⁴⁶² SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 27 Junho 1922, fl. 208v.

⁴⁶³ Rua General Daniel de Sousa, Av. Dos Combatentes da Grande Guerra; Av. 22 de Dezembro e Av. Luiza Todi; Praça do Bocage; Av. 5 de Outubro, Rua António José Baptista; Av. Manuel Maria Portela;

celebração para a sessão de Boas-Vindas⁴⁶⁴. Decorreu entre as 9.30 da manhã e as 14.30 da tarde, no edifício do hospital do dia de 9 de Maio de 1959, data oficial da sua abertura.

Motivações

A razão da celebração é a inauguração do Hospital Regional de Setúbal, sob administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Contudo, a presença do Presidente da República bem como da sua comitiva, deu outra visibilidade ao acontecimento.

Forma

Contando com a visita presidencial, o programa da celebração realizou-se em grande parte, em seu torno. Primeiro teve lugar a sua chegada a Setúbal, o percurso de automóvel até à Praça do Bocage nos paços do Concelho, a inauguração do Hospital e o almoço volante no Club Setubalense, oferecido ao chefe de estado na sua respectiva Sala de Honra.

Por voltas das 11 horas Américo Tomás e a respectiva comitiva chegam ao Hospital onde são recebidos pela Mesa da Santa Casa e outras entidades e individualidades a seguir mencionadas. Depois fazem a visita pelo edifício percorrendo todas as suas dependências e serviços.

Após a visita, é realizada a sessão inaugural na sala da biblioteca e conferências. A sessão foi presidida pelo Presidente da República, pelos ministros da Saúde e Obras Públicas, Governador Civil, Presidente da Câmara e Provedor da Misericórdia.

No encerramento da sessão inaugural, Américo Tomás entrega pessoalmente a Antoine Velge a condecoração de grande Oficial da Ordem de Benemerência. Em seguida, condecora com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo os engenheiros João Ribeiro de Fráguas e Abel Tavares da Silva, bem como o Arquitecto Artur Manuel Bentes. Com o Grau de Oficial de Mérito Industrial condecorou ainda Eduardo do Espírito Santo, encarregado da obra e com o grau de cavaleiro da mesma ordem Adelino Pereira, guarda⁴⁶⁵.

Intervenientes/Participantes

Na inauguração propriamente dita, nas instalações hospitalares estavam presentes: João Botelho Moniz Borba, Provedor da Misericórdia de Setúbal e os respectivos membros da Mesa Administrativa⁴⁶⁶, O Presidente e o Director-Delegado da Comissão de Construções Hospitalares, Agostinho Pires e Mações Fernandes, o Director Clínico do Hospital bem como os demais médicos.

Da parte da comitiva presidencial, estavam presentes numerosas individualidades do aparelho de Estado: Coronel Arnaldo Schulz, Ministro do Interior (1958-1961); Eduardo Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas (1954-1967); Henrique M. V. Martins de Carvalho, Ministro da Saúde e Assistência (1958-1962); Carlos Ribeiro, Ministro das Comunicações e Luís Quartin Graça, Secretario de Estado da Agricultura; General Luis Domingues, Governador Militar de Lisboa; Melo e Castro ex-subsecretario de Estado da Assistência; António Pires de Lima, Director Geral da Administração

⁴⁶⁴ *O Setubalense*, 6 Maio 1959, n.º 2456

⁴⁶⁵ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, fl.2

⁴⁶⁶ António Luis Esteves, Augusto César Pedrosa, Humberto Santana Ferreira da Cunha, José de Oliveira Santana, Lucianbo Ângelo Rouillé e Manuel Simões Rosa.

Política e Civil e também anterior Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Calheiros Lopes, Deputado; Francisco A. Correia Figueira, ex-Governador Civil de Setúbal; Antoine Velge e Féria Teotónio do Conselho de Administração da SAPEC; Cid Perestrelo, ex-Director do Porto de Setúbal, entre outros que não estão especificados no periódico⁴⁶⁷.

Da parte da Cidade e do Distrito, estavam presentes, o Major Mexia, Presidente do Município da época e restante vereação; o corpo consular; deputados; magistrados dos Ministério Público e do Trabalho; oficialidade de Terra e Mar; comissão Distrital da União Nacional; Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito; Vigário Geral da Vara e Clero; reitor e professores do Liceu e da Escola Comercial e Industrial de Setúbal; Legião e Mocidade Portuguesa e várias colectividades de recreio, desportivas e culturais da cidade.

Esteve também presente, fazendo guarda de honra o Batalhão de Infantaria n.º 11 e a banda de Caçadores n.º5. Na assistência, junto à escadaria da Entrada dos Passos do Concelho, estavam organizadas as crianças das escolas da Cidade.

Durante a sessão inaugural, foram proferidos discursos por João B. Moniz Borba, Provedor da Misericórdia; Antoine Velge, doador de parte do financiamento para a construção do edifício; Ministro das Obras Públicas, e por fim pelo Presidente da República Amarico Tomás.

Valor/Significado

A construção do edifício foi de facto um grande acontecimento para a cidade, pois foi um melhoramento considerável para os cuidados de saúde a serem prestados na região, abrindo uma nova era no que respeita à visão sobre a assistência hospitalar moderna, capaz de ter, nas palavras do seu provedor João B. Moniz Borba: (...) *uma larga projecção e fazer evoluir de forma extraordinária a sua vida de instituição assistencial*.⁴⁶⁸ Para a imprensa, a sua inauguração é atribuída a uma circunstância fundamental: o donativo de Antoine Velge que completa o orçamento para a obra e a acção do Governador Civil, Francisco A. C. Figueira⁴⁶⁹, que pugnou pela urgência desta construção nesta Cidade antes de outras semelhantes no distrito⁴⁷⁰.

Para a comunidade médica, a ciência e as suas descobertas são factores fundamentais, e nas palavras do Director Clínico do Hospital, José de Sousa Fialho, este novo complexo hospitalar disponibiliza-lhe meios de trabalho que tornam a sua acção mais eficiente⁴⁷¹.

A imagem do que deve ser, e de como deve ser prestada a assistência à população começa a sua mutação em meados dos anos vinte do século XX na Misericórdia de Setúbal incluindo o repensar da gratuidade dos cuidados de saúde. Em 1939, em todas as enfermarias do hospital estiveram colocados cartazes com o seguinte teor: *Nem todos os que se acolhem a esta enfermaria serão absolutamente pobres. Que estes ao saírem, não esqueçam os benefícios que aqui receberam, deixando qualquer esmola com que auxiliem esta Misericórdia* (...) ⁴⁷². Em 1961, já com a entrada em funcionamento em pleno do Hospital Regional, no relatório de contas desse ano, a posição da Santa

⁴⁶⁷ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º2457

⁴⁶⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1463, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1958*. p.18

⁴⁶⁹ Governador Civil do Distrito de Setúbal entre 27-5-1947 a 29-1-1955.

⁴⁷⁰ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457

⁴⁷¹ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, fl.3

⁴⁷² SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1463, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1939*. s/ paginação.

Casa é clara acerca do pagamento dos serviços de saúde prestados por parte dos seus utilizadores: (...) *Se ao Estado se pode imputar o dever de contribuir com uma parte desses encargos, dos próprios serviços hospitalares se tem que exigir rendimento que supra o restante. (...) é imperioso que todos os que se utilizem dos hospitais, e o possam fazer, dentro dos recursos de cada um, se compenetrem do dever que lhes incumbe de concorrerem com parte, ou com o total, das despesas originadas pelo seu internamento ou por serviços ali prestados. (...) A assistência gratuita só pode ser dispensada aos que, na realidade nada possam pagar. De resto, todos devem contribuir com o que puderem não deixando de ter em conta que se tiverem de se tratar em suas casas certamente gastam mais do que pagariam ao hospital. (...)*⁴⁷³

A ideia de proporcionar cuidados hospitalares gratuitos na sua totalidade, tal como até aí se efectuou em virtude na natureza doutrinal destas instituições, tornou-se impraticável, tanto em virtude das grandes despesas que advêm deste novo complexo hospitalar, bem como do aumento do volume de doentes que a ele recorriam, sendo que estes, já não são na sua totalidade pobres e indigentes, mas sim doentes de todas as classes sociais⁴⁷⁴.

Repercussões

A inauguração do Hospital teve grande importância a nível Nacional, o que se deveu em parte à presença presidencial na mesma inauguração, onde estiveram presentes também os representantes de muitos periódicos de Lisboa e Porto. Na imprensa local, o *Setubalense* dedicou-lhe um único número⁴⁷⁵ com artigos referentes à organização hospitalar, notas de homenagem à Misericórdia e ao Governador Civil⁴⁷⁶; um artigo de opinião do directo clínico⁴⁷⁷; a descrição pormenorizada da inauguração, desde a chegada de Américo Tomás à sua partida⁴⁷⁸ e a publicação das fotografias de Américo Tomás, Arantes e Oliveira (Ministro das Obras Publicas); Henrique Martins de Carvalho (Ministro da Saúde e Assistência)⁴⁷⁹; Miguel Rodrigues Bastos (Governador Civil); José de Sousa Fialho (Director Clínico); Francisco A. Correia Figueira (Ex-Governador Civil); Luciano Ângelo Rouillé; António Luis Esteves; Ferreira da Cunha; Augusto César Pedrosa; José Cândido Santana e Tenente Manuel S. Rosa, todos em homenagem à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal⁴⁸⁰; António Velge (Benfeitor)⁴⁸¹ e João Botelho Moniz Borba (Provedor da Misericórdia)⁴⁸².

Contudo, em número posterior de 16 de Maio, o crítico *Repórter Zero* do periódico *O Setubalense*, manifesta a sua preocupação quanto à funcionalidade do edifício em relação ao investimento: (...)

⁴⁷³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1463, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1961*. p. 12-13

⁴⁷⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1463, *Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1961*. p. 12

⁴⁷⁵ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, com 6 páginas dedicadas ao tema.

⁴⁷⁶ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, *Actividade da Santa Casa da Misericórdia; O Chefe do Distrito e a Inauguração do novo Hospital*. fl.3

⁴⁷⁷ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, *O Depoimento do Dr. José de Sousa Fialho director Clínico do Hospital Regional*. fl.3

⁴⁷⁸ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, *A Visita do Presidente da República*. fl. 2

⁴⁷⁹ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, 1.ª página.

⁴⁸⁰ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, fl.3

⁴⁸¹ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, fl.4

⁴⁸² *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, fl.5

*queira Deus que o rendimento assistencial do Hospital Regional corresponda à monumentalidade da obra material. (...)*⁴⁸³.

Ao Governador Civil do Distrito em funções aquando da Inauguração do Hospital, Miguel Rodrigues Bastos, a população de Almada oferece em virtude desse acontecimento, um banquete e de uma Medalha de Ouro pelos serviços prestados à região⁴⁸⁴.

Ao benfeitor Antoine Velge é dedicado um busto e colocado na entrada do Hospital S. Bernardo, inaugurado em 22 de Outubro de 1971⁴⁸⁵. É em sessão da Mesa Administrativa de 11 Outubro de 1971, que o mesmo é nomeado Sócio Benfeitor, sendo-lhe entregue o respectivo diploma na referida homenagem⁴⁸⁶.

⁴⁸³ *O Setubalense*, 16 Maio 1959, n.º 2460, 1.ª página.

⁴⁸⁴ *O Setubalense*, 9 Maio 1959, n.º 2457, fl.3

⁴⁸⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1474, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1967-1972], sessão de 11 Outubro 1971, fl. 229.

⁴⁸⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1474, *Livro de Actas da Mesa Administrativa*, [1967-1972], sessão de 25 Outubro 1971, fl. 231v

6. Museu da Misericórdia, *Museu da Cidade*

6.1. *Da criação do Museu da Misericórdia como Consagração do seu triunfo histórico à sua apropriação como Museu da Cidade.*

Desde a segunda metade do século XIX, que o discurso para a criação de um Museu, se desenvolveu na cidade por parte das elites culturais residentes em Setúbal. Todas essas tentativas, apesar das insistentes discussões na imprensa local, não tiveram tradução prática.

A questão aqui tratada, que é ponto fulcral de interesse nesta investigação, diz respeito à ideia da criação de um *Museu* específico por parte da Administração da Misericórdia de Setúbal, mais concretamente por iniciativa de Francisco de Paula Borba enquanto Provedor da mesma, que surge em 1917 no Coro Alto da Igreja de Jesus.

A ideia desenha-se ao longo de todo o século XX para culminar em 1961, com a criação de um *Museu*, agora entendido de forma totalmente diferente, impulsionado também por entidades exteriores ao Município e à própria Misericórdia, e que alargou o seu significado e entendimento de simples Museu da Misericórdia/instituição, para a abertura de um Centro Cultural com funções museológicas *para* a cidade de Setúbal. Concentramo-nos aqui, na forma de como foi entendido esse projecto pelas gerências da Misericórdia de Setúbal, bem como pelo seu fundador e primeiro director João Botelho Moniz Borba, dado que a ideia de instalar o referido museu no convento desocupado pelo hospital, foi inteiramente sua, bem como o foi também, pela sua política de cooperação entre entidades, a continuação e realização desse projecto de grande dimensão cultural que se inaugurou em 5 de Fevereiro de 1961.

Para além da sua actividade profissional, Francisco de Paula Borba, tinha um outro interesse: a arte. Tinha também perfeita consciência de que as alfaias litúrgicas em ouro e prata, bem como outros objectos semelhantes, tinham considerável valor monetário, e que, o facto de não existir um inventário das mesmas, bem como de não estarem reunidas fisicamente num mesmo espaço, mas sim dispersas, favoreceria tanto o seu extravio, como a sua utilização indiscriminada e possíveis apropriações indevidas. São estas as razões que Francisco Paula Borba apresenta como fundamento para a criação de uma *Sala Museu da Misericórdia*, cujo objectivo principal não era unicamente a sua *exposição* mas sim a sua *protecção*. Desta forma, logo em Outubro de 1917, ainda recém-eleito, decide que se reúnam todos os objectos de valor artístico num único local, no *Coro-Alto* do Convento de Jesus: (...) *ficariam assim todos esses valores dentro de um edifício a cargo da Misericórdia e em casa que oferece segurança.* (...) ⁴⁸⁷. Mais diz no mesmo documento, que as posteriores administrações *se hão-de empenhar na sua conservação* (...), bem como a própria população da cidade, (...) *também ela velará pela conservação e posse d'esses valores* (...).

⁴⁸⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 15 Outubro 1917, fl. 112v.

A sua inauguração pretendia-se grandiosa e de visibilidade nacional, pois estipula-se que a sua abertura ao público conte com a presença do Presidente da República, Sidónio Pais⁴⁸⁸. Contudo, a abertura do Museu não teve a visibilidade pretendida, em Julho de 1918, o Museu já se encontrava instalado no Coro da Igreja de Jesus⁴⁸⁹ e no final desse ano, Sidónio Pais é assassinado, acontecimento que é lamentado e registado em acta⁴⁹⁰.

Só nos anos quarenta do século XX, já durante o Estado Novo, a ideia de *Museu* é consolidada e renovada, muito em virtude das obras de arte religiosa que a Misericórdia detinha.

Em sessão de 8 de Novembro de 1940⁴⁹¹, o Provedor, Luís Teixeira de Macedo e Castro, (re)concebe a ideia de se instituir um *Museu da Misericórdia*⁴⁹². Refere-se ao seu predecessor que reuniu (...) *paramentos, imagens, quadros e vários objectos de grande valor artístico que andavam dispersos e recolhendo-os depois no coro da Igreja de Jesus, preservando assim de muitos riscos peças (...) valiosas ao património artístico da Misericórdia (...)*, e afirma: (...) *É preciso dar-lhes ordem e constituir com esses objectos o Museu da Misericórdia, no verdadeiro significado d'esta palavra.*

Refere-se que se chegou a entrar em contacto com João Couto, Director do Museu de Arte Antiga de Lisboa, ao qual foi apresentada a mesma proposta, e que este: (...) *concordou com as linhas gerais do que se projectou fazer, tendo as mais gratas palavras de incitamento para que se leve a efeito o que ele clarificou de feliz iniciativa, e oferecendo-se muito espontaneamente para lhe dar o seu auxilio e colaboração (...)*.

O museu deveria ser então instalado na Enfermaria de *Santa Isabel*, que pelo seu estilo *antiquado* mais se lhe adequava, bem como por dar acesso ao exterior para a Rua do Balneário.

O mesmo provedor, não querendo utilizar as verbas da instituição para adaptar a enfermaria e adquirir mobiliário para a referida instalação museológica, pretende angariar receita junto de entidades oficiais como a Câmara Municipal e a Junta Municipal de Turismo, bem como junto de particulares para levar a efeito a instalação do Museu.

Porém, este projecto iniciado por Luís Macedo e Castro, que na altura exercia funções de Provedor na Misericórdia de Setúbal, não teve continuidade, pois a sua demissão veio interromper estes planos, sem seguimento pelas as gerências seguintes⁴⁹³.

⁴⁸⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 10 Março 1918, fl. 120v

⁴⁸⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 7 Julho 1918, fl. 135

⁴⁹⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 15 Dezembro 1918, fl. 142

⁴⁹¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1464, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1933-1941], Sessão de 5 Novembro 1940. fls. 144

⁴⁹² Quando F. Paula Borba falece em 1934⁴⁹² ainda em funções, Macedo e Castro, seu Secretário (1929-1934), substitui o médico. A partir dessa data até 1941, exerce ainda 2 mandatos como Provedor até se demitir por conflitos com o Governo Civil. Mais tarde, volta ainda a ser eleito como Provedor para o mandato de 1946/1948⁴⁹². Tudo o que respeita à ideia de F. Paula Borba acerca de um *museu da Misericórdia*, L. Macedo e Castro estava a par das intenções de Francisco de Paula Borba e era sua ideia dar-lhes continuidade.

⁴⁹³ A partir de 1941, a Misericórdia é gerida por duas Comissões Administrativas; a primeira é gerida por Manuel Gamito (1941-1944); a segunda por Carlos Homem de Figueiredo (1944-1945). Após estas duas Comissões, a Mesa é novamente eleita em 14-12-1945 sob a gerência de Luis Teixeira de Macedo e Castro até 1948.

Em 1941, o Arquivo da Misericórdia, também era valorizado, e para além da importância da informação relativa à história da Misericórdia, era considerado (...) *repositório inestimável de documentos informativos de alguns aspectos da vida desta cidade nestes últimos cinco séculos*⁴⁹⁴. Em Julho de 1949, já sob a gerência do Tenente-coronel Jorge Carlos da Costa⁴⁹⁵, o Arquivo Histórico estava instalado, com os documentos catalogados, bem como disponíveis para consulta. Pelo trabalho dispensado por Luis Teixeira de Macedo e Castro na montagem do Arquivo, ficou exarado em acta um voto de louvor⁴⁹⁶.

Mas o verdadeiro interesse na criação do museu, passa rapidamente a prender-se com o conjunto retabular, pertencente à Igreja do Convento de Jesus, que aí se encontrava exposto. Estas peças, bem como as alfaías litúrgicas de maior valor, foram frequentemente requeridas pela *Comissão Nacional de Centenários*⁴⁹⁷ para serem expostas, em representação nacional, tanto no estrangeiro, como nas exposições realizadas em Portugal⁴⁹⁸.

Em 1948, o Governador Civil do Distrito de Setúbal, Francisco Correia Figueira conjuntamente com a Mesa Administrativa da Misericórdia⁴⁹⁹, e coadjuvado pela consultoria do Director do Museu de Arte Antiga, João Couto, são colocadas as peças do retábulo numa sala do edifício dos Paços do Conselho, cedida pela edilidade temporariamente, até estarem terminadas as obras no Hospital⁵⁰⁰. A Câmara comprometeu-se a colocar um dístico na entrada das salas com a indicação expressa de que estas foram cedidas para expor objectos do seu património, bem como de as manter abertas ao público, todos os dias, com excepção da segunda-feira, sendo que o preço de cada entrada ficaria fixado em 2 escudos (excepto ao domingo), e a sua receita reverteria para a Misericórdia e Orfanato Municipal *Sidónio Pais*⁵⁰¹.

Em virtude do empenhamento das gerências da Misericórdia na prioridade do projecto para a construção do novo Hospital Regional, o pequeno museu da Misericórdia permanece, até 1958, nessas instalações camarárias. Em 1957, porém, sendo provedor Carlos Aníbal Patrício Paúl é referida uma futura instalação do *Museu* da Misericórdia nos claustros do Convento de Jesus, decisão que não se concretizou⁵⁰². Contudo, João Botelho Moniz Borba, que seguiu Carlos A. P. Paúl na gerência da Misericórdia, mostra a sua preocupação com o estado de conservação dos quadros

⁴⁹⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 851, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1948. [Dactilografado], fl. 32.

⁴⁹⁵ Luis Teixeira de Macedo e Castro era agora Presidente da Assembleia-Geral da Misericórdia.

⁴⁹⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1468, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1946-1951], sessão de 15 Julho 1949, fl.141.

⁴⁹⁷ Nomeada pelas portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938. As suas atribuições são definidas pelo Decreto-Lei n.º 29087, publicado em D. G. n.º 250, de 28 de Outubro de 1938.

⁴⁹⁸ Exposição Colonial de Paris (1931); Exposição Mundo Português (1940).

⁴⁹⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1468, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1946-1951], sessão de 23 de Novembro 1948, fl.113v.

⁵⁰⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º851, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1948. [Dactilografado], Transcrição do Ofício do Governo Civil enviado em 11-09-1948 ao Provedor da SCM. Fls. 56

⁵⁰¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1468, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1946-1951], sessão de 23 de Novembro 1948, fl.114. bem em SCMSTB, AHSCMSTB, n.º851, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1948. [Dactilografado], Transcrição do Ofício enviado pela Câmara Municipal em 10-11-1948. fl. 60

⁵⁰² SCMSTB, AHSCMSTB, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1957. Setúbal 1958. fl.23

expostos nas Salas da Câmara Municipal em 1958⁵⁰³. Este projecto de Museu da Cidade em detrimento da criação, em menor escala, de um Museu da Misericórdia, prende-se, possivelmente, com uma conjuntura singular, que punha em causa a posse do edifício conventual por parte da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

O decreto da cedência do convento em 1892 estabelece que, quando o edifício deixasse de ter a aplicação assistencial para que fora concedido, reverteria para o Estado central⁵⁰⁴. É esta questão com que se depara João Botelho Moniz Borba.

Em reunião com o Governo Civil e Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos, realizada em virtude da ampliação e adaptação dos seus respectivos serviços que permaneceriam em instalações anexas ao edifício⁵⁰⁵, João B. M. Borba refere essa questão e apresenta, seguidamente uma proposta: (...) *de que a parte do antigo convento de Jesus, deva ser instalado o Museu da Cidade* (...) ⁵⁰⁶. Esta proposta foi aprovada posteriormente por despacho de 20 de Fevereiro de 1958, pela Secretaria de Estado da Assistência Social em completo acordo com a proposta apresentada pelo provedor da Misericórdia⁵⁰⁷.

As razões que fazem com o Museu da Misericórdia venha a ser, afinal, um Museu da Cidade podem ser desta forma justificadas. Talvez se o Museu pretendido por João B. M. Borba passasse a ter a dimensão e magnitude que tem um Museu da *Cidade* ou um Museu *Regional*, isso fizesse com que o edifício não revertisse para o Estado. Por outro lado, ao referir-se a *Museu Regional de Setúbal*, no projecto apresentado no Relatório de Gerência de 1958⁵⁰⁸, pretende dar, ao mesmo, não só um carácter municipal, mas muito mais abrangente, que para o Estado Novo, estava em completa concordância com a legislação e com os respectivos discursos⁵⁰⁹, sobre a temática museológica e patrimonial⁵¹⁰.

⁵⁰³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 12 Novembro 1958. fl. 13.

⁵⁰⁴ Art.º1 §2.º *o referido edifício e seus pertences voltarão à posse da fazenda nacional, no todo ou em parte, quando deixem de ter a aplicação fixada n'esta lei.* [D. G n.º 23, Decreto Régio de 30 de Janeiro de 1892, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Anno de 1892, Imprensa Nacional, Lisboa 1893, p. 12].

⁵⁰⁵ Reunião realizada em 6 de Fevereiro de 1958 solicitada pelo Governo Civil. [SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 885, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1951-1958], sessão de 12 Fevereiro 1958, fl.239v

⁵⁰⁶ Reunião realizada em 6 de Fevereiro de 1958 solicitada pelo Governo Civil. [SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 885, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1951-1958], sessão de 12 Fevereiro 1958, fl.239v

⁵⁰⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 885, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1951-1958], sessão de 26 Março 1958, fl. 241.

⁵⁰⁸ Foi esse o projecto de distribuição de valências do edifício que foi apresentado na referida reunião. Nesse relatório apresenta uma planta do complexo hospitalar ocupado com o Museu Regional no espaço conventual propriamente dito, com as enfermarias-abrigo para Tuberculosos, e posto de socorros, proposta esta que teve a aprovação superior do I.A.N.T e Governo Civil. SCMSTB, AHSCMSTB, n.º851, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1958, fls. 85-87

⁵⁰⁹ (...) *Porque a propaganda, os pequenos trabalhos de protecção, conservação e limpeza dos monumentos classificados e repositórios de arte interessam mais directamente às localidades onde eles existem, prevê-se a constituição facultativa de comissões municipais de arte e arqueologia, elo indispensável entre os «homens bons», amigos dos monumentos da sua terra, e a organização administrativa dos serviços, ficando assim estabelecida em todo o País uma rede de elementos corporativos interessados na defesa e na propaganda do nosso património artístico e arqueológico.*[*Preâmbulo* ao Decreto n.º 20985 de 7-3-1932 emanado do Ministério de Instrução Pública]

⁵¹⁰ Decreto-Lei n.º 16791, publicada em D. G. de 30-4-1929 (Criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais-DGEMN); Decreto-lei n.º 20985, publicada em D. G. de 7-3-1932 (Novas competências do Conselho Superior de Belas Artes; Criação das Comissões de Arte e Arqueologia nos conselhos; legislação

Contudo, a ideia de *Museu Regional* não surge mais, e aquilo que se planeia e inaugura é de facto um *Museu da Cidade*, sob a direcção de João Botelho Moniz Borba para isso nomeado em delegação da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal⁵¹¹. Numa posterior reunião com o Ministro das Obras Públicas e o Governador Civil, realizada em 3 de Dezembro de 1959, são já decididas as obras de adaptação a fazer para se instalar o *Museu da Cidade*⁵¹².

Em Abril de 1961, quando pede a sua demissão do cargo de provedor, Moniz Borba, refere-se assim à origem do museu, bem como à sua finalidade e o seu entendimento sobre o mesmo: (...) *Museu da Misericórdia? Sim, porque o maior e mais valioso património a ela pertence. Mas dadas as condições excepcionais únicas que o edifício oferece logo ocorreu a Câmara Municipal a confiar à nossa guarda o recheio das Salas Dona Olga Morais Sarmiento e o opulento espólio arqueológico recebido pelo senhor doutor José Marques da Costa, nas recentes escavações das obras de saneamento da cidade. As obras executadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a colaboração da Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida (...) permitiram abrir ao público no dia cinco de Fevereiro do corrente ano o que pelo conjunto que se lhe oferece se deve denominar “Museu da Cidade”.* Depois refere-se aos esforços de João Couto, Director do Museu Nacional de Arte Antiga que (...) *organizando uma exposição temporária (...), publicando artigos em revistas de especialidade, deram em pouco tempo uma dose de grande relevo ao que é hoje conhecido pelo Museu de Setúbal (...)*⁵¹³.

O Museu quando iniciou o seu funcionamento tinha 4 funcionários, sendo que os salários de três eram suportados pela *Comissão de Turismo da Serra da Arrábida* que suportava também as despesas de limpeza do edifício, e a Câmara suportava o quarto empregado. A Misericórdia pagava a luz e a água consumida.

Foi nesta linha de cooperação, que funcionou o Museu nos primeiros anos da sua actividade cultural. A partir da entrada em funcionamento do Museu, são recebidos e publicados nos relatórios de contas da Misericórdia, os relatórios do seu Director acerca da actividade cultural dessa instituição.

sobre Monumentos Nacionais e tipologias de Museus – nacionais, regionais e municipais, bem como outra tipologia de instituição museológica com tesouros de arte sacra ou colecções de valor artístico, histórico ou arqueológico); culminando em 1965 com o Decreto Lei n.º 46758, publicado em 18-12-1965 com o Regulamento Geral dos Museus de Arte, Historia e Arqueologia, onde entre outras disposições, se definem Museus e sua finalidade, organização e financiamento.

⁵¹¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 14 Junho 1961, fl. 77v. Nomeação esta proposta pela nova Mesa Administrativa eleita em 29-5-1961, presidida por António Luis Esteves.

⁵¹² SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 23 Dezembro de 1959, fl. 42v.

⁵¹³ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 10 Maio de 1961, fl. 73v

6.2. A Inauguração do Museu da Cidade

Datas e Locais

A sessão inaugural desta celebração decorreu na sala de conferências do Museu, no edifício do Convento de Jesus, agora desocupado das suas funções hospitalares na área que rodeava os claustros. Foi inaugurado em 5 de Fevereiro de 1961, durante a tarde, tal como consta do artigo publicado no *Setubalense* de 6 de Fevereiro de 1961⁵¹⁴, bem como da acta da Mesa Administrativa de 8 de Fevereiro desse ano⁵¹⁵, bem como ainda do Relatório de contas apresentado para essa gerência de 1961⁵¹⁶. Isto porque é referida também a data de 2 de Fevereiro por João Couto, num artigo publicado na Revista *Ocidente* e que foi transcrito e publicado pelo jornal *O Setubalense* em Março de 1961⁵¹⁷.

Motivações

A razão é a inauguração do Museu da Cidade, e mostra do edifício conventual, agora adaptado para a sua função museológica e cultural.

Forma

Foi realizada uma sessão solene inaugural na Sala de Conferências presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, por Augusto de Carvalho, comandante militar, pelo Vigário Geral, por Luis Teixeira de Macedo e Castro e por João Botelho Moniz Borba que estiveram na Mesa de Honra.

Após a sessão inaugural, fez-se uma visita às várias salas do Museu sendo a primeira a *Sala Manuel Martins Gomes*, cuja origem reside na vontade da doadora Cybelle Martins Gomes Duarte⁵¹⁸. Seguiu-se a *Sala dos Primitivos*, onde estava exposto o Retábulo da Igreja do Convento de Jesus. Depois a *Sala Olga Morais Sarmiento*, cujo espólio foi no Museu depositado a pedido da Câmara Municipal. Foi visitada ainda a *Sala de Exposições Temporárias*, ocupada pela 2.^a exposição itinerante do Museu Nacional de Arte Antiga também ela inaugurada nesse dia. Por fim foi percorrido o piso térreo onde figuravam as relíquias arqueológicas do município, também elas aí depositadas a pedido da edilidade e, a sala de ourivesaria pertencente à Misericórdia de Setúbal.

⁵¹⁴ *O Setubalense*, 6 Fevereiro 1961, n.º 2727,

⁵¹⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 8 Fevereiro 1961. fl. 67

⁵¹⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1961. P. 50

⁵¹⁷ *O Setubalense*, 27 Março 1961, n.º 2748

⁵¹⁸ Em Agosto de 1959, a Misericórdia recebe uma doação de Cybelle Gomes Duarte e seu marido Cândido Duarte, de um conjunto mobilar composto por cinco peças, de carácter monumental e artístico, com as seguintes clausulas: que estivessem expostas numa sala do Museu da Misericórdia permanentemente; que a sala receba a denominação de Manuel Martins Gomes Duarte, pai de Cybelle e benfeitor da Misericórdia; que a mobília nunca possa ser cedida ou alienada a entidades estranhas à Misericórdia de Setúbal seja porque pretexto for. [*Auto da Entrega de uma mobília oferecida pela Ex.ª Senhora Dona Cybelle Martins Gomes Duarte e seu marido o Senhor Engenheiro Cândido Pedro da Silva Duarte, à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. 19 Setembro 1959. Setúbal.]

Intervenientes/Participantes

A inauguração realizou-se (...) *Com numerosa e distinta assistência* (...) segundo refere *O Setubalense*⁵¹⁹.

Estavam presentes, Manuel Magalhães Mexia, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Luis Teixeira de Macedo e Castro; João Botelho Moniz Borba e João Couto, Director do Museu de Arte Antiga, Cybelle Martins Gomes Duarte e seu marido, José Marques da Costa,

Valor/Significado

Nas palavras de Marques da Costa, também ele colaborador e divulgador do Museu, ainda em 1959, este era por ele entendido como um (...) *importante centro de cultura intelectual* (...). Na sua visão, este museu que se pretendia para a cidade, não poderia ser um espaço estático onde os elementos expostos não comunicam com os seus visitantes. Era preciso pelo contrário, que se transformasse *num activo centro de cultura, de aquisição de conhecimentos e investigação. Conferencias visitas de estudo, (...) em colaboração com os estabelecimentos de ensino locais, com as agremiações de recreio e com os organismos corporativos, por forma a popularizar os ensinamentos que nele se possam colher* (...).⁵²⁰

Nas palavras de João Borba era (...) *um museu de que tanto carecia a nossa cidade* (...).⁵²¹

João Couto, no seu discurso na inauguração do Museu, refere que ele (...) *não pode ser apenas uma casa onde se guardam objectos de Arte. Este terá de ser uma escola, um centro de irradiação cultural com forte actuação no meio setubalense* (...). Refere ainda que, para além da sua função museológica, terá uma função recreativa, mas sobretudo que (...) *É necessário que todos quantos em Setúbal têm valores artísticos colaborem com o Museu, preenchendo os espaços deste que se encontram vazios* (...).⁵²²

Repercussões

O nome de João Botelho Moniz Borba ficou imortalizado por este facto. Contudo, a celebração não teve nem a sagração nem a magnitude de épocas anteriores de grandes provedores da Misericórdia, com quadros, fotografias ou lápides. A celebração da sua obra, que não foi só a de coordenar a constituição do Museu⁵²³, não teve nem o fulgor nem o brilhantismo das homenagens prestadas pelas gerências passadas. Foi apenas sóbria. Em sessão de 10 de Maio é-lhe dedicado, em virtude da sua demissão, o registo de *um voto de louvor e profunda gratidão (...) pelo intenso trabalho, iniciativa e persistência na instalação do Museu da Cidade* (...).⁵²⁴

⁵¹⁹ *O Setubalense*, 6 Fevereiro 1961, n.º 2727

⁵²⁰ *O Setubalense*, 6 Maio 1959, n.º 2456

⁵²¹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 8 Fevereiro 1961. fl. 67

⁵²² *O Setubalense*, 6 Fevereiro 1961, n.º 2727, discurso da inuguração.

⁵²³ Foi também durante a sua gerência que foi inaugurado o Hospital Regional de S. Bernardo.

⁵²⁴ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1466, *Livro de Actas das Sessões da Mesa Administrativa*, [1958-1967], sessão de 10 Maio de 1961, fl. 74

Contudo, a sua nomeação para Director do Museu quatro meses depois é considerada honrosa, à semelhança da honra que foi conferida a seu pai quando a gerência o nomeou *Director Honorário do Asilo Bocage*, também após a sua inauguração.

7. A Sagração Pública do Médico, Provedor e Benemérito Francisco de Paula Borba: As Imagens da sua Celebração

Francisco de Paula Borba (1872-1934), natural dos Açores, após a formação de *médico-cirurgião* na *Escola Médico-Cirurgica de Lisboa*, vem exercer a sua profissão para Setúbal em 1899, e oferece os seus serviços médicos⁵²⁵, ao *Hospital do Espírito Santo*, administrado pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Contava 26 anos de idade.

Os dados biográficos disponíveis são escassos. Existe uma breve e incompleta referência à sua pessoa de J. T. Montalvão Machado⁵²⁶, Delegado de Saúde do Distrito de Setúbal (1961). Contudo, apenas existe uma biografia publicada em 1986. A obra é inteiramente dedicada ao médico, honrando a sua existência e feitos em favor dos pobres e doentes de Setúbal, contudo, é elaborada em virtude da homenagem prestada pelo município ao seu filho, João Botelho Moniz Borba, primeiro director e fundador do Museu de Setúbal.

Mas os textos do tipo panegírico, são apenas uma das formas de homenagear e celebrar um indivíduo. Francisco de Paula Borba, foi, depois de Bocage o homem que mais homenagens recebeu tanto por parte do município, como da Misericórdia, como de alguns ilustres setubalenses. O homem e a sua obra fundem-se umbilicalmente: a ele são consagrados três retratos, dois a óleo e um fotográfico, duas lápides de homenagem, um busto monumento. Tem ainda duas instituições com o seu nome, quatro títulos honorários e dezenas de menções honrosas registadas nas actas e relatórios de contas da Misericórdia. Não esquecendo ainda as notas de imprensa, artigos de homenagem a propósito dos seus aniversários, bem como homenagens prestadas pelo pessoal médico e auxiliar das instituições a seu cargo. Mesmos os seus últimos meses de vida foram públicos, pois a imprensa registava todas as novidades do seu estado de saúde. No dia do seu funeral, participaram no cortejo fúnebre entidades oficiais de Setúbal e Lisboa e a grande maioria da população da Cidade. Todo o comércio esteve encerrado por dois dias. A razão de tudo isto foi, sem dúvida, a sua obra no domínio da assistência em Setúbal que se prolonga por muitos anos e atravessa pelo menos regimes políticos.

7.1. Em finais da Monarquia Constitucional

Francisco de Paula Borba chega a Setúbal como médico e é nessa actividade que se manterá até a data de sua morte. Após um ano de serviço no hospital, apresenta o seu pedido para se tornar Irmão da Misericórdia⁵²⁷. Em 1901 é-lhe dedicado o primeiro voto de louvor por iniciativa do então Tesoureiro da Mesa António Francisco Teixeira: (...) *tendo em atenção os relevantes serviços*

⁵²⁵ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 4 Maio 1899, fl. 116

⁵²⁶ Machado, José Timoteo Montalvão, *Vultos Médicos de Setúbal*, Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1961. Pp. 34-39.

⁵²⁷ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 7 Abril 1900. Fl. 124v.

prestados pelo Exmo. Dr. Francisco de Paula Borba, que sem remuneração alguma tem prestado os seus serviços clínicos ao nosso hospital quer serviço de cirurgia quer na consulta de banco, mas muito especialmente em operações, concorrendo por esta forma para que o nosso hospital crie o bom nome que já tem, por isso propunha que se lhe desse um voto de louvor e agradecimento por tão importante como desinteressados serviços⁵²⁸.

Em 1902, na gerência de Amaro Moreira Torres Júnior⁵²⁹, é convidado a integrar uma comissão, que tem a responsabilidade de organizar uma tourada em favor do Hospital⁵³⁰. Pouco tempo depois, em Agosto desse mesmo ano é convidado a assumir a direcção da Enfermaria de Santo Amaro⁵³¹. Cargo de que pede exoneração, sem prejuízo de ali continuar a prestar os seus serviços⁵³². Somente em 1909, mediante concurso público, passa a ser o Director da referida Enfermaria⁵³³.

É neste período imediatamente anterior à chegada dos gerentes republicanos da Misericórdia, que a personagem de Francisco de Paula Borba como médico dedicado é composta. Mas esboça-se já no entanto, a sua capacidade de organizador de eventos com vista à angariação de receita em favor da assistência hospitalar.

7.2. O Esboçar da Sagração Durante a Primeira República

As homenagens que deram a Francisco de Paula Borba uma visibilidade pública que mais tarde, pela sua morte lhe conferem uma imagem quase mítica do *médico-benfeitor*, prendem-se com a fundação do *Asilo Bocage*⁵³⁴. Por sua iniciativa inicia subscrições⁵³⁵ em favor dessa obra e após um ano, em 15 de Setembro de 1913, data do feriado municipal, é inaugurado o *Asilo Bocage*, futuro *Asilo Dr. Paula Borba*, e presentemente, *Lar Dr. Paula Borba*. Para celebrar a obra, celebra-se o homem, e como tal, é pela direcção da Comissão Executiva do republicano António José Marques, mandado pintar um retrato a óleo do médico⁵³⁶ para ser colocado na Sala de Benfeitores do *Asilo*, e ele é também nomeado (...) *director-honorario do asilo Bocage com poderes moraes equivalentes*

⁵²⁸ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 10 Junho 1901. Fl. 154v.

⁵²⁹ Provedor por duas gerências consecutivas entre 1901-1903

⁵³⁰ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 30 Julho 1902. Fl. 174v.

⁵³¹ ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 16 Agosto 1902. Fl. 176v.

⁵³² ADS, SCMSTB/B/A/001/Lv.8, n.º16012, *Livro de Actas da Santa Casa da misericórdia de Setúbal*, [1893-1910]. Sessão de 31 Março 1903. Fl. 186

⁵³³ SCMSTB, AHSCMTSB, *Relatório e Contas Relativas ao Monumento ao Grande Benemerito Dr. Francisco de Paula Borba*, Setúbal, 1936. Pp. 39.

⁵³⁴ Tal como já foi explicitado atrás, o principal financiamento dessa obra veio da doação feita pela Comissão Bocageana de 1905, comemorativa do Centenário de Bocage. O médico sendo vogal da mesma Comissão foi encarregue em 1912, pela mesma, em seguir a aplicação dos fundos, bem como dar o seu parecer acerca da localização dessa instituição. O médico empenha-se nessa obra, pois vê nela a solução para a sobrelotação de pobres e indigentes que permaneciam no Hospital sem estarem doentes.

⁵³⁵ SCMSTB, AHSCMTSB, n.º1480, *Lv. De Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], sessão de 30 de Junho de 1913. Fl. 9

⁵³⁶ SCMSTB, Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0010

aos concedidos aos diretores efectivos; que lhe seja oferecido um diploma assignado por toda a mesa administrativa onde seja conferido esse titulo (...) ⁵³⁷.

Mais tarde, a homenagem consiste em dar o seu nome à 1.^a Camarata construída no Asilo para que dessa forma se (...) agradecesse os serviços prestados e os seus contínuos donativos e que como demonstração pública do muito que para o asilo Bocage tem produzido a propaganda acérrima do seu director-honorario, o seu trabalho, a sua dedicação e a sua bolsa sempre franca (...) ⁵³⁸. A data para se celebrar a nomeação foi o dia do aniversário do médico, em 24 de Março de 1916. Desta forma, foi inaugurada a primeira lápide de homenagem que lhe foi oferecida ⁵³⁹.

A partir da existência do Asilo, o médico e depois *director-presidente* da Misericórdia de Setúbal, ganha uma notabilidade crescente e singular. Tudo o que promove é bem recebido e tem bons resultados, conseguindo mobilizar progressivamente a população em virtude da caridade e da beneficência. A *Folha* dá testemunho disso mesmo: (...) ao seu nome prestimoso e querido, à entranhada simpatia que a sua popular e despretenhosa figura tem em toda a cidade se deve sem duvida a corrente de carinho e dedicação, que os setubalenses estão dispensando ao azilo. (...) ⁵⁴⁰. É pela sua pessoa, e por aquilo que fazia, que se torna presidente da *Comissão de Assistência de Setúbal*, destinada a (re)distribuir subsídios e angariar receita para as instituições dedicadas à beneficência em Setúbal.

Como forma de retribuição ao círculo mais próximo de benfeitores e amigos que sempre o rodeou, cria uma Comissão para através dela, se conseguir construir um balneário, ao que se dará o nome de *Balneário Dr. Paula Borba* (...) que perpetuará o nome d'este grande benemérito ⁵⁴¹.

Em homenagem exteriores feitas por decisão da Misericórdia de Setúbal, a cruz vermelha portuguesa distingue também o médico com a Cruz de Mérito em 24 de Março de 1920. Dois anos mais tarde recebe o Grau de Oficial da Ordem de Cristo, que se diz na biografia que havia já recusado ⁵⁴².

7.3. A Sagração Pública de Francisco de Paula Borba

As imagens do “médico atencioso”, “benfeitor” e “justo provedor da Santa Casa da Misericórdia”, criadas e formuladas com base no ideário e valores liberais do culto dos heróis do tempo presente consagram a sua imagem mítica até meados do Século XX.

Em 1927, como corolário da sua actividade pela assistência praticada na Cidade, recebe da Câmara Municipal de Setúbal, em 10 Março, a dignidade de *Cidadão Honorário*, o primeiro a ser

⁵³⁷ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º 1480 *Lv. De Actas da Comissão Executiva*, [1912-1915], 3 Setembro 1913, fl.11v.

⁵³⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 30 Dezembro 1915. fls 73-74v

⁵³⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1910-1927] sessão de 23 Março 1916, fl. 76.

⁵⁴⁰ *A Folha de Setúbal*, 11 Setembro 1913, n.º 76

⁵⁴¹ ADS, SCMSTB, Mç. *O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba*. 30 Maio 1926, fl. VI.

⁵⁴² Claro, Rogério Peres, *Dr. Francisco de Paula Borba, 1.º cidadão honorário de Setúbal*. Setúbal, 1986. p.53

conferido pela edilidade⁵⁴³. Foi ainda condecorado em 11 de Abril de 1931 com o Grau de Grande Oficial da Ordem de Benemerência, oferecido pelo Presidente da Republica de então, Óscar Carmona⁵⁴⁴.

Em 15 de Setembro de 1934, onze dias antes da sua morte, a Comissão Executiva da Santa Casa a Misericórdia de Setúbal decide atribuir, como homenagem, o seu nome ao *Asilo Bocage*, do qual foi o seu maior protector e dinamizador⁵⁴⁵. Contudo, Francisco de Paula Borba recusou a proposta dizendo que esta era contrária ao seu modo de pensar⁵⁴⁶. O nome do *Asilo* só seria alterado em 1945, pela Comissão Administrativa da Misericórdia presidida por Carlos Homem de Figueiredo⁵⁴⁷ em sessão da Mesa Administrativa⁵⁴⁸ e cuja deliberação foi transcrita e publicada no Relatório de Contas da Instituição em 1944⁵⁴⁹.

Um dos argumentos para esta homenagem foi a sua responsabilidade na fundação dessa instituição. O referido relatório diz que foi Francisco de Paula Borba quem tomou a iniciativa de se aplicar o saldo da *Comissão do Centenário de Bocage* a esse asilo. Contudo, de acordo com os relatórios de contas e actas, a decisão de fundação não lhe é atribuída, e efectivamente, é nessa data, a primeira vez que a sua fundação lhe é, de facto, imputada. Francisco de Paula Borba foi, na verdade, o maior impulsionador da obra, bem como o seu primeiro director, à qual dedicou a sua vida, tal como a dedicou também à assistência na cidade. E se as actas e relatórios podem, de alguma forma, querer suprir essa informação, na imprensa tal facto também nunca foi mencionado nos inúmeros artigos e homenagens publicados desde Setembro de 1913. Em rigor, e de acordo com as fontes disponíveis, Francisco de Paula Borba, médico conceituado do Hospital da Misericórdia, foi o vogal da *Comissão do Centenário de Bocage*, destacado para supervisionar a aplicação do respectivo donativo, sendo que a partir desta data, se dedicou inteiramente à sua instalação, posterior dinamização, e ampliação do *Asilo*.

O seu falecimento foi um dos acontecimentos com maior visibilidade na imprensa local e nacional, cujos seus correspondentes se fizeram representar⁵⁵⁰.

A Comissão Executiva da Misericórdia, reúne logo em 26 de Setembro 1934, extraordinariamente para tomar as devidas providencias em consequência do falecimento do seu provedor e decide: (...)

⁵⁴³ SCMSTB, AHSCMTSB, *Relatório e Contas Relativas ao Monumento ao Grande Benemerito Dr. Francisco de Paula Borba*, Setúbal, 1936. Pp. 40

⁵⁴⁴ SCMSTB, AHSCMTSB, *Relatório e Contas Relativas ao Monumento ao Grande Benemerito Dr. Francisco de Paula Borba*, Setúbal, 1936. Pp. 41

⁵⁴⁵ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Comissão Executiva*, [1928-1934], Sessão de 15 Setembro 1934, fl. 42

⁵⁴⁶ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1933-1941], Sessão de 17 de Setembro 1934, fl.21

⁵⁴⁷ Comissão Administrativa nomeada por alvará do Governo Civil n.º65 de 29 de Abril de 1944, por razões não explicitadas concretamente mas que se prendem com a alegada gestão danosa por parte da Mesa Administrativa presidida por Manuel Gamito. [SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1458, *Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia*. 1944. p.2]. Esta dissolução vai gerar uma polémica discussão que chega à imprensa setubalense e até à produção da obra de Manuel Gamito, intitulada *Obra de Misericórdia, Comentários Amenos a um Libelo Acusatório*, publicada em 1945, com o objectivo de desmembrar as acusações que lhe são feitas no Relatório de Contas de 1944, pela Comissão Administrativa que lhe substituiu.

⁵⁴⁸ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1941-1946], Sessão de 9 Janeiro 1945, fls. 154-155.

⁵⁴⁹ SCMSTB, AHSCMSTB, n.º1458, *Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia*. 1944.pp. 37-38

⁵⁵⁰ *A Republica; Diário de Lisboa; Voz; Novidades; Século; Diário de Notícias e Comércio do Porto*.

que seja posta a meia haste, durante oito dias a bandeira da Santa Casa da Misericórdia (...) que se encerrem todos os serviços de secretaria até ao dia do funeral (...) que no dia do funeral não funcionem os serviços de consulta externa (...) que os asilados e todo o pessoal da Santa Casa, durante um mez, usem quando em serviço, um braçal distintivo de luto (...) que se incorporem no funeral todos os asilados que o possam fazer, e todo o pessoal que possa ser dispensado do seu serviço (...) ⁵⁵¹. Em sessão de Mesa, decide acrescentar que a Bandeira da Misericórdia, à passagem pelo Hospital, seja deposta e colocada sobre a urna ⁵⁵².

O *Setubalense*, que vinha acompanhando o estado de saúde do médico, dá a notícia do seu falecimento nesse mesmo dia, na tiragem da tarde ⁵⁵³, com um extenso artigo de duas páginas, repetido depois no número seguinte ⁵⁵⁴, bem como com as descrições do funeral e outras notas de homenagem ⁵⁵⁵. Diz o periódico que na sua residência no dia seguinte à sua morte, se tinha juntado *gente humilde, a massa anónima (...) constituída por operários e gente de trabalho* que chorava a sua perda. Nesse dia receberam-se centenas de telegramas e cartões de condolências, entre eles da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, da Estação dos Correios; do Conselho das Misericórdias, do Director Geral de Assistência e do Presidente da Republica, General Carmona ⁵⁵⁶. O seu funeral mobilizou toda a cidade, o cortejo fúnebre foi imenso, com mais de uma centena de entidades e colectividades, a somar as respectivas comitivas que as acompanhavam ⁵⁵⁷. De relevo estavam na organização do cortejo, o Director Geral da Administração Política e Civil; Governador Civil; Junta Geral do Distrito; Câmara Municipal de Setúbal; Director Geral da Assistência Pública e Mesa Administrativa da Misericórdia ⁵⁵⁸.

O cortejo fúnebre, parou por três minutos em frente ao *Asilo Bocage*, depois seguiu para o edifício do Hospital onde se colocou a Bandeira da Misericórdia em cima da urna e seguiu para o *Asilo Acácio Barradas* onde por momentos breves permaneceu também ⁵⁵⁹.

Foi precisamente, em período póstumo, que se realizaram as maiores manifestações de homenagem e celebração da sua pessoa e da sua obra.

A primeira foi decidida logo em sessão de 30 de Setembro de 1934 pela Mesa Administrativa da Misericórdia ⁵⁶⁰, e consistiu numa magna *consagração final da sua extraordinária actividade em todos os sectores da vida pública* a realizar no Hall do Asilo Bocage em 24 Março de 1934, data do

⁵⁵¹ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Comissão Executiva*, [1928-1934], Sessão de 26 Setembro 1934, fl. 42v

⁵⁵² SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1933-1941], Sessão de 17 de Setembro 1934, fl.22

⁵⁵³ *O Setubalense*, 26 Setembro 1934 n.º 5080, 1.ª e 2.ª pág.

⁵⁵⁴ *O Setubalense*, 27 Setembro 1934, n.º 5081, 1.ª a 5.ª págs.

⁵⁵⁵ *O Setubalense*, 28 Setembro 1934, n.º 5082, 1.ª a 3.ª págs.

⁵⁵⁶ *O Setubalense*, 27 Setembro 1934, fl.4

⁵⁵⁷ *O Setubalense*, 28 Setembro 1934, n.º 5082, fl. 1-2

⁵⁵⁸ *O Setubalense*, 28 Setembro 1934, n.º 5082, fl. 1

⁵⁵⁹ *O Setubalense*, 28 Setembro 1934, n.º 5082, fl. 2

⁵⁶⁰ SCMSTB, AHSCMSTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1933-1941], Sessão de 30 de Setembro 1934, fl.22v-23

nascimento do médico, em que em sessão solene, iria ser inaugurado o seu Busto no parque do mesmo asilo, para que *jamaís seja esquecida a notável obra de assistência*⁵⁶¹.

Mais se decide propor à Câmara Municipal, a criação de uma medalha para cidadãos de mérito. Esta proposta foi aprovada em 24 de Janeiro de 1935 pela mesma Câmara, decidindo-se conceder a Medalha de Mérito Municipal ao médico e incluí-la no busto⁵⁶². Este monumento à memória e obra do antigo provedor e director do Asilo Bocage, foi custeada por vinte e uma listas de subscrição a cargo de amigos do médico e entidades diversas⁵⁶³, por vinte e três cofres espalhados pela cidade⁵⁶⁴, bem como diversos donativos⁵⁶⁵. No monumento ficou gravada a inscrição: *A Cidade Reconhecida*.

Neste dia, várias homenagens foram feitas: A Câmara Municipal dá o nome de *Rua Dr. Paula Borba*⁵⁶⁶ à Rua Serpa Pinto; inaugura-se pela Misericórdia de Setúbal uma lápide homenagem na portaria do *Hospital Espírito Santo*⁵⁶⁷; e é ainda inaugurada uma dependência no *Asilo Bocage* dedicada à memória do médico com fotografias e quadros referentes à sua acção de assistência na cidade⁵⁶⁸. Depois, à semelhança das festas de aniversário antigamente realizadas, são admitidos dez indivíduos no *Asilo Bocage* e seis no *Asilo Acácio Barradas*.

O periódico da cidade *O Setubalense* também presta a sua homenagem. Logo em 9 de Outubro de 1934, faz publicar que se encontra aberta uma subscrição pública destinada à execução de um retrato de Francisco de Paula Borba assinado pelo célebre pintor local Fernando Santos⁵⁶⁹. Publica ainda, a decisão de abrir um concurso público, para que se seleccionasse uma inscrição a ser

⁵⁶¹ SCMSTB, AHSCMTB, *Livro de Actas da Mesa Administrativa* [1933-1941], Sessão de 30 de Setembro 1934, fl.22v

⁵⁶² SCMSTB, AHSCMTB, *Relatório e Contas Relativas ao Monumento ao Grande Benemerito Dr. Francisco de Paula Borba*, Setúbal, 1936. Transcrição do ofício enviado à Misericórdia em 18-2-1935. Pp. 12

⁵⁶³ N.º 1 António Augusto Quintans (1060\$); n.º 2 António Mendes Fialho (590\$); n.º 3 Domingos da Costa Pé Curto (20\$50); n.º 4 Thobias Leocádio Xavier (600\$); n.º 5 Periódico *A Mocidade* (1220\$); n.º 6 Secretaria da S.C. da Misericórdia (6886\$); n.º 7 Escola Industrial e Comercial João Vaz (910\$); n.º 8, 16 e 20 Policia de Segurança Publica (793\$50); n.º 9 e 10 Henrique Augusto Rosa (15\$); n.º 11, 12 e 13 Repartição do Registo Civil (187\$); n.º 14 Guilherme Faria (210\$); n.º 15, 17 e 19 Secretaria da Câmara Municipal (880\$); n.º 18 Horacio Henriques (270\$); n.º 21 Rodrigo dos Santos Jordão (307\$50).

⁵⁶⁴ A soma dos mealheiros foi de 1 074\$55.

⁵⁶⁵ Junta geral do Distrito (5000\$); Secção sindical de fabricantes de Conservas (15000\$); Associação Comercial (1000\$); Comissão Organizadora dos Espectáculos no *Forum Luiza Todi* (1000\$); Vitorino Moreira Rodrigues (885\$); Pedro Jorge Pinto (oferta do trabalho de execução da Medalha de Mérito 300\$).

⁵⁶⁶ *Rua Dr. Paula Borba Médico 1872-1934 – Cidadão Honorário de Setúbal* –

⁵⁶⁷ O DR. FRANCISCO DE PAULA BORBA FOI MÉDICO-CIRURGIÃO DESTA HOSPITAL E PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SETUBAL, EM CUJOS CARGOS PRESTOU RELEVANTES SERVIÇOS, RESPECTIVAMENTE DESDE 4 DE MAIO DE 1899 E 1 DE JULHO DE 1917 ATÉ 26 DE SETEMBRO DE 1834 DATA EM QUE FALECEU. PREPETUANDO A SUA MEMORIA A MEZA ADMINISTRATIVA MANDOU FAZER ESTA LAPIDE QUE FOI INAUGURADA EM 24 DE MARÇO DE 1935. [Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, SCMSE 0262].

⁵⁶⁸ SCMSE 0018, Retrato de Grupo no claustro do Convento de Jesus, 24 de Março de 1933, Foto Cabecinha, 1935; SCMSE 0012, *III Congresso das Misericórdias – 22 de Maio de 1932 – entrada no parque do Azilo Bocage*, Foto Cabecinha, 1935; SCMSE 0016, Retrato do Grupo com Dr. Francisco de Paula Borba, 24 de Março de 1932 - *Quando lhe foram impostas as insígnias de grande oficial da Ordem de Benemerência oferecidas pelo pessoal da Santa Casa*, Foto Cabecinha, 1935; SCMSE 0017, *III Congresso das Misericórdias – 22 de Maio de 1932 – entrada no parque do Azilo Bocage*, Foto Cabecinha, 1935; SCMSE 0013, *III Congresso das Misericórdias 22 de Maio/Visita ao Hospital*, 1933. Foto Cabecinha, 1935; SCMSE 0015, *III Congresso das Misericórdias – 22 de Maio de 1932 – Visita ao Hospital*, Foto Cabecinha. 1935; SCMSE 0014, *Visita de Sua Excelência Presidente da Republica ao Hospital – 28 de Julho 1930*, Foto Cabecinha. 1935;

⁵⁶⁹ *O Setubalense*, 9 Outubro 1934, n.º 5091.

colocada no referido quadro, recebida por carta fechada na redacção do jornal⁵⁷⁰. Em 14 de Novembro de 1834, o periódico refere a existência de 361 propostas recebidas⁵⁷¹. A escolha recaiu numa proposta anónima, e foi publicada em Dezembro no referido periódico: “*Santificou a dor, a dor Santificou-o*”⁵⁷². O quadro, apresenta Francisco de Paula Borba numa síntese representativa: sentado, a receber um requerimento de dois pobres indigentes que aguardam a sua resposta de auxílio.

Por fim, e como já foi referido, em 1945 o nome do *Asilo Bocage* passa a ter o nome de *Asilo Dr. Paula Borba*, também para perpetuar a sua memória e a da sua maior obra.

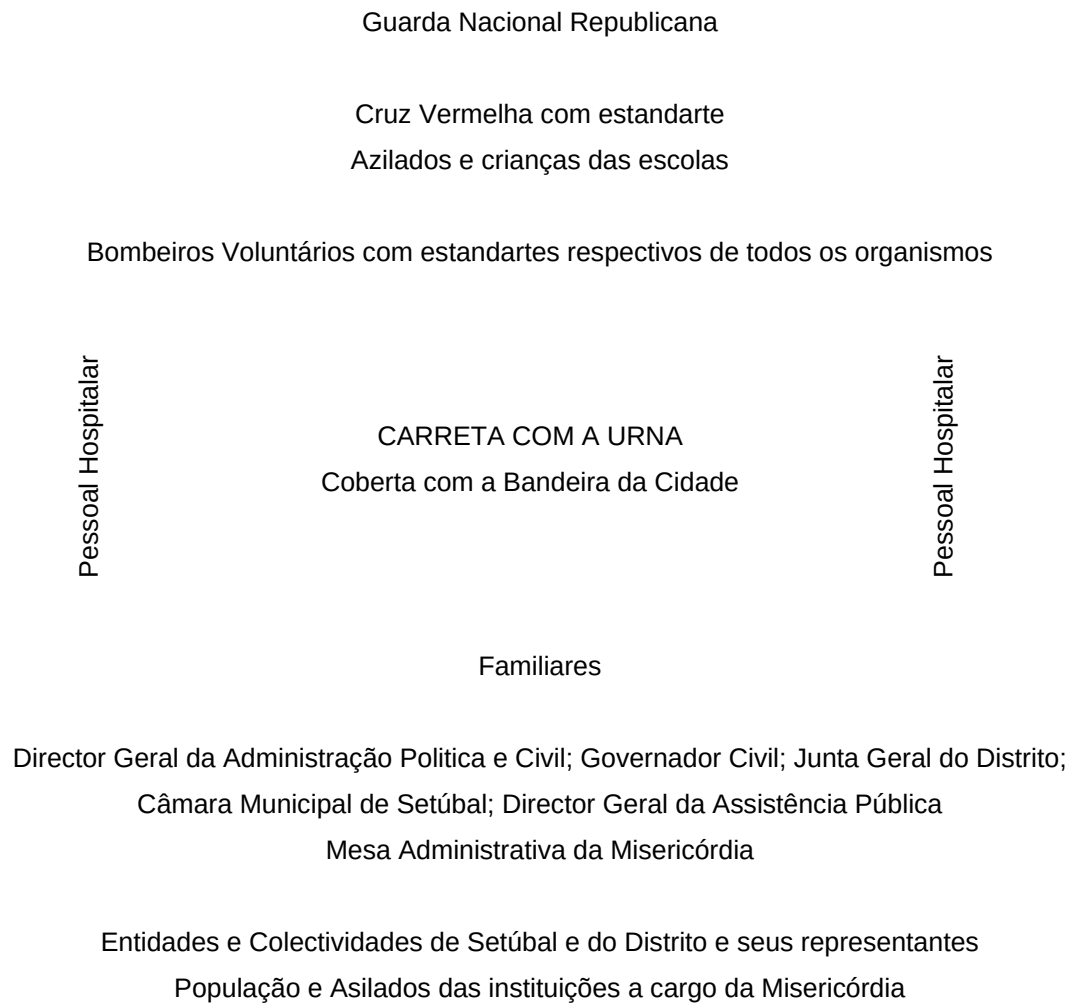
Uma outra homenagem chega-nos com uma biografia em 1986, que descreve de forma laudatória o que foi a vida de Francisco de Paula Borba quando se dedicou a gerir a assistência em Setúbal, escrita por Rogério Peres Claro.

⁵⁷⁰ O Setubalense, 29 Outubro 1934, n.º 5108

⁵⁷¹ O Setubalense, 14 Novembro 1934, n.º 5122. Apenas 14 frases desse total foram consideradas válidas para o concurso pois, como referia na edição de 29 de Outubro, não poderiam exceder as 30 letras.

⁵⁷² O Setubalense, 13 Dezembro 1934, n.º 5146.

Figura 1. Esquema do Cortejo Fúnebre de Francisco de Paula Borba



Notas Conclusivas

As diferentes conjunturas políticas, que Portugal atravessa entre o final do século XIX e os meados do século XX, carregadas de novos valores e princípios, reflectem-se na sociedade setubalense, para além de outros canais, também através da Santa Casa da Misericórdia da Cidade, por estas constituírem, ainda, um importante palco de visibilidade social e intervencionismo político informal na localidade. Em primeiro lugar, surgem novas atitudes perante a assistência, designadamente quanto à forma como deve ser prestada e quais os seus receptores preferenciais.

A Misericórdia de Setúbal, que entra na época contemporânea apenas com a gerência de um hospital que em muito se assemelha aos albergues de antigo regime, com precárias condições estruturais, em finais da Monarquia Constitucional, requer um edifício para transferir essas mesmas instalações em virtude do melhoramento dos cuidados de saúde que prestava à Cidade e região de Setúbal. Neste período, um novo ânimo beneficente se forma, por sua vez, através da caridade privada, em redor da Misericórdia e progressivamente, criam-se novas formas de obtenção de receita através de espectáculos e doações imediatas em géneros ou dinheiro.

Como agradecimento, a gerência da Misericórdia, procede a formas diversas de reconhecimento público, celebrando os principais colaboradores relacionados com a inauguração do Hospital Espírito Santo e transferência do Asilo Acácio Barradas para a sua administração.

Afunila progressivamente a sua vocação para a assistência corporal, dos pobres e desprotegidos, e chegada a República, ergue uma instituição de recolhimento que, durante sensivelmente trinta anos, se impõe em Setúbal como bandeira e corolário dos valores liberais inerentes à respectiva conjuntura. O Asilo Bocage, sob o lema do auxílio aos pobres inválidos do trabalho, é sustentado através da filantropia, benemerência e caridade públicas em nome de uma assistência de que resultam, em poucos anos três ampliações.

Como reconhecimento pelos auxílios prestados, proliferam as homenagens pessoais. Estas foram realizadas de várias formas, sendo possível agrupar em 5 tipos diferentes. A primeira processava-se através de notas enviadas à imprensa local com a lista de donativos e respectivos doadores. Não foram novidade na imprensa, pois já se haviam feito antes, pela gerência que inaugurou o hospital, mas que com a República atingem uma dimensão muito maior, diminuindo drasticamente esta forma de homenagem e celebração a partir dos anos quarenta do século XX já durante o Estado Novo.

A segunda realizava-se através da menção de louvor registada em acta pelas Mesas Administrativas. Mais uma vez, apesar de já se registarem votos de louvor anteriormente, durante a república, os agradecimentos registados nestes documentos têm mais rigor e são mais copiosos fazendo-se na acta seguinte após os eventos. Em período posterior, continuam a fazer menções honrosas e votos de louvor, mas de forma muito menos frequente e abundante.

A terceira forma, era a execução de quadros cujo conteúdo poderia ser o retrato do homenageado, ou uma lista com nomes de entidades e colectividades, bem como de pessoas particulares cujos benefícios se tivessem destacado. Esta última forma de homenagem foi uma invenção de uso exclusivo da República. Depois, estes quadros, eram colocados no Hall do Asilo ou na Galeria de benfeitores, que apesar de não consistir num espaço público, foi gerido, adoptado e até assumido

como tal durante as suas festas, que chegaram a colmatar a falta das celebrações municipais do feriado da Cidade.

A quarta forma, consistia em usar o nome de um indivíduo e associar-lhe uma obra de beneficência em sua memória. Foram exemplo as camaratas Francisco de Paula Borba e a lápide posteriormente colocada no hospital em virtude da inauguração do seu busto; António José Marques; Gago Coutinho e Sacadura Cabral são outros tantos exemplos bem como o é, também, a mudança do nome do *Asilo* para A. Paula Borba. É interessante verificar, que os nomes das Enfermarias do Hospital Espírito Santo nunca foram substituídos.

Por último e só efectuado em duas ocasiões, foi a execução de bustos, sendo o primeiro dedicado a Francisco de Paula Borba, sintetizando todas as suas imagens beneméritas – médico, benfeitor e provedor – e a Antoine Velge, pelo seu donativo, que permitiu a execução da obra do Hospital Regional de S. Bernardo em 1971.

As Celebrações Públicas da Assistência em Setúbal: Inovações, Invenções e Permanências

Usar um espaço dedicado exclusivamente à assistência e colocá-lo acessível a toda a população da Cidade é de facto uma inovação que se converteu em considerável capital social e monetário, para a Misericórdia de Setúbal e seus administradores. Esta situação difere completamente daquilo que anteriormente já se havia efectuado aquando da inauguração do Hospital. Nesse ano de 1893, o Hospital esteve aberto ao público para visitas mas foi apenas isso, ao contrário, O *Asilo Bocage*, durante a 1ª República, esteve literalmente *em festa* durante todos os anos em três ocasiões: O dia do seu aniversário, durante os Festivais de Verão e durante a Festa da Família, pelo Natal. O recinto era também emprestado a outras colectividades para aí realizarem os seus próprios festivais para angariação de receita, como foi o caso do *Asilo da Infância Desvalida*.

Há uma clara adequação do espaço em si para celebrar a assistência que era praticada. Este factor é de grande importância, pois a assistência nunca deixou de se praticar nesses espaços e as celebrações, amplificaram-nos. O número de admissões no referido Asilo aumentou exponencialmente somando em 1925, 62 asilados, ao fim de 12 anos em funcionamento, e tendo como fundo de receita apenas as referidas festas, subsídios disponibilizados pelo Estado central e município e ofertas particulares.

Como inovação na celebração dos indivíduos pelas suas obras assistências ou beneficentes, usa-se como já foi dito, a sua memória na nomeação de Camaratas – *Dr. Francisco de Paula Borba* (1915); *António José Marques* (1920); *Aviadores* (1923) ou até de edifícios, como é exemplo o *Balneário Dr. Paula Borba* (1919). Mais tarde, em 1945, mesmo o *Asilo Bocage* passará para *Asilo Dr. Paula Borba*. Nunca as gerências da Misericórdia, aquando da aquisição do Convento para Hospital, alteraram os nomes das enfermarias, que apesar da laicização do espaço operada em 1912, com a recolha de Santos para local conveniente, permaneceriam: *S. Sebastião*, *St.º Amaro*, *St.ª Isabel*, *St.ª Maria* e futuramente, *St.º António*.

Como invenção registamos também, numa homenagem a menor escala, contudo, não menos visível, a produção não de retratos, mas de quadros de homenagem com os nomes, de pessoas e

colectividades que se evidenciaram pela sua benemerência para com o *Asilo Bocage*, de que são exemplo os quadros acima referenciados de 1905, 1913, 1914 e 1918, bem como o exemplo único do quadro dedicado a Álvaro Possolo e João Luz Ricardo em 1922.

Contudo, a magnitude e discursos, por ocasião da inauguração do Hospital Regional e da Inauguração do Museu, duas iniciativas de áreas distintas, empobrecem e a forma de como se processam, em particular as inaugurações reflectem uma sobriedade formal.

A celebração da obra assistencial, preconizada pelos dirigentes da Misericórdia de Setúbal, efectua-se primeiramente aquando da abertura do novo Hospital, no Convento de Jesus, em 19 de Março de 1893. Esta obra foi considerada de grande importância tanto para o corpo administrativo que a realizou como para a cidade, tanto do ponto de vista de uma melhor assistência à população, como até pela visibilidade e peso político-social que se lhe associou por estar na posse de um edifício conventual para servir não só de hospital, mas também de sede administrativa. Era portanto, necessário imortalizar os responsáveis por tamanha aquisição, e para isso se fizeram os retratos e os autos. A execução de retratos a óleo e fotográficos prolifera, no entanto, após a abertura do *Asilo Bocage*, e é em seu benefício que são produzidos, como forma de reconhecimento pelos actos benemerentes dos benfeitores.

A celebração da assistência também foi oferecida ao público através da imprensa local que inicia nesta época a glorificação pública dos indivíduos, aliando-os à obra assistencial. Contudo, nota-se o decair da força destas notícias nos periódicos locais, pois a partir da sua inauguração, o aniversário do Hospital deixa de ser referenciado, e só a *Infância Desvalida*, merece uma breve nota pelo dia da sua fundação. O papel de reconhecimento público que a imprensa local tem, ganha novo fulgor e até exagero durante a Primeira República, através da publicação das extensas listas de donativos que eram feitas ao Asilo. Contudo, estas listas só foram publicadas no *Setubalense* no ano de 1913, 1914 e 1915 em dois números do mês de Abril. Em todo o caso, até à morte do seu primeiro director em 1934, o *Asilo Bocage* teve sempre uma regular presença nos periódicos da Cidade, *A Folha de Setúbal* e em *O Setubalense*.

Mais tarde, quando teve lugar a inauguração do Museu, em 1961, a notícia foi breve quase despojada de significado ao contrário do que sucedia quando, durante a República, jornalistas dos vários periódicos se empenhavam em descrições e detalhes, bem como com juízos de valor.

João Botelho Moniz Borba não teve homenagens de magnitude semelhante às anteriormente prestadas. Em finais da década de 1950, as práticas celebrativas da assistência deixam mesmo de existir.

Contudo, Francisco de Paula Borba, seu pai, reúne em si tanto o crepuscular das demonstrações apoiadas nos ideários liberais e republicanos, como em resultado destes, a mitificação e consagração da sua personagem, como o maior benfeitor da Cidade no momento da sua morte e em período póstumo, sendo que a última homenagem se verificou com a publicação da sua biografia e 1986.

Em suma, em finais da Monarquia Constitucional e preponderantemente durante a República, houve um deslumbramento, admiração e empenho por parte dos agentes da Misericórdia de Setúbal, em retribuir aqueles que, no seu sentido de *dever* cívico característico da sociedade deste período, tinham partilhado com ela os seus bens em nome da assistência pública.

As administrações da instituição destes dois períodos específicos, preservavam a memória de benfeitores através de formas de celebração da assistência praticadas em simultâneo com momentos festivos, bem como através de mecanismos de reconhecimento e exaltação públicos. A apoteose verificou-se no período em que a instituição foi administrada pelo círculo quase *familiar*, de indivíduos que se forma com a gerência republicana de 1910, ainda em regime de comissão nomeada pelo governo civil, até aos finais dos anos quarenta do século XX.

Anexos

A. Quadro comparativo entre o Compromisso de 1890 e os Estatutos de 1912 da Misericórdia de Setúbal, quanto às finalidades e objectivos da instituição, irmãos e administração.

Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia. 1890	Estatutos da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal. 1912
<i>Capítulo I</i> <i>Invocação e objecto da Irmandade, numero dos irmãos que a devem constituir, qualidades precisas para ser n'ella admittido e forma porque se hão de fazer as admissões.</i>	<i>Capítulo I</i> <i>Sua natureza e fins</i>
Art.º1 A invocação da irmandade é a de Nossa Senhora da Misericórdia, e o seu objecto o serviço a Deus e dos pobres no exercício das obras de misericórdia e de todas as virtudes christãs , principalmente a caridade que é a de todas a mais excellente	Art.º 1 A Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal, com sede n'esta cidade, substitue a Irmandade da Misericórdia de Setúbal, fundada em 1501 Art.º2 Os seus fins são praticar átos de assistência e beneficência , e como tal: a) Socorrer os pobres na doença e decrepitude. b) Fundar, quando para isso tenha recursos, um asilo para pobres inválidos do sexo masculino. c) Administrar, em conformidade com as leis da República , o Hospital Civil desta cidade e todas as outras instituições já a seu cargo, ou que lhe venham a ser entregues.
Art.º 3 <i>Das qualidades essencialmente precisas para serem irmãos</i>	<i>Capítulo II</i> <i>Associados, sua admissão, deveres e direitos</i>
Ser dotado de bons costumes e ter bom comportamento civil e religioso. Ter entre 21 e 50 anos Ter meios suficientes para viver conforme a sua posição social, que lhe provenham de rendimentos próprios, ou de exercício de profissão decente. Ter alguma instrução, sabendo pelo menos ler e escrever correctamente Não ser conhecido por homem de génio demasiado irascível, ou dado em particular a qualquer vicio.	Art.º 5 Para ser admitido como sócio benfeitor é preciso que o candidato tenha boa conduta moral e civil e não menos de 21 anos de idade. 1.º Também podem ser admitidos sócios os menores mediante previa autorização dos pais ou tutores 2.º As mulheres casadas podem igualmente ser admitidas sócias sendo necessária a autorização dos seus maridos.
<i>Capítulo V</i> <i>Da mesa</i>	<i>Capítulo III</i> <i>Direcção e Administração</i> <i>Mesa Administrativa e comissão executiva</i>
Art.º27 A mesa da irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal é a representante da mesma irmandade, e como tal administra, (...) todos os bens e negócios da mesma Santa Casa e irmandade	Art.º14 A Direcção da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal é confiada a uma Mesa Administrativa composta de 9 membros efectivos
Art.º31 A mesa compõe-se de um provedor, escrivão e tesoureiro, um companheiro de escrivão, um companheiro de tesoureiro e dois mordomos do hospital.	Art.º 15 Os membros efectivos da Mesa Administrativa são: director-presidente, secretario, tesoureiro e seis vogais Art.º19 O director-presidente, secretario e tesoureiro da Mesa Administrativa, formam a Comissão Executiva a qual tem a seu cargo a administração da Associação e instituições por ela administradas.

B. Quadro comparativo de equipamentos e vestuário existente no Hospital Espírito Santo em 1900 nas Enfermarias e Quartos de Acordo com o Inventário datado de Janeiro de 1900.

	Camas	Lençóis	Cobertores	Colchões	Enxergas	Travesseiros	Bacias	Lavatórios	Armário	Mesas dos doentes	Camisas	Casacos	Calças	Capas	Toucas
S. Sebastião	23		65	20	23	46	22	2	1	31	20	20	20		
St. ^a Maria	20	45	16	13	20	40	25	1	1	10	19			5	10
St. ^a Isabel	32	31	27	18	32	44	8	3	1	14	12	12		6	12
Quarto Particular n.º1(St. ^a Maria)	1	1	2	1	1	2	1	1	1	2					
Dormitório dos Irmãos	10	30	48	10	10	20	9	9							
Quarto da regente	1			1	1		1	1		1					
St.º Amaro	15	71	0	2	15	32	18	1	2	11	37	3	3	4	12
Enfermaria dos irmãos	4	8	6	4	4	8	5	1	1	2					
Quarto particular n.º2 (homens)	1	2	4	1	1	2	3	1		1					
Quarto particular n.º3 (homens)	1	2	2	1	1	2	2	1		1					
Quarto particular n.º4 (Homens)	1	2	1	1	1	2	2	1							

C.Transcrição parcial do auto da inauguração do Hospital Civil no Extinto Convento de Jesus sob administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. 19 de Março 1893

***[Auto da Inauguração do hospital civil
no extincto convento de Jesus]***

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos noventa e tres, aos dezanove dias do mês de março, n'esta cidade de Setúbal, e edificio do extincto Convento de Jesus, estando [ainda] a maioria da mesa e conselheiros de Irmandade da Mizericordia d'esta mesma cidade, sob a presidência de seu provedor o [exmo.] António Joaquim Corrêa, e reunidas as authoridades pessoas principaes d'esta [...] cidade, abaixo assignadas, que para este acto tinham sido convidadas, o mesmo provedor abriu a sessão solemne da inauguração do hospital civil n'este referido edificio, que para tal fim tenha sido concedido definitivamente pelo Governo de Sua Magestade por decreto de 28 de janeiro de 1892 e própria breve allocação, se dirigiram todos á egreja do edificio, onde se cantou [solemne] Te Deum, seguindo-se um bodo a duzentos pobres, offerecido pela Mesa e conselheiros actuaes, havendo-se por esta forma por inaugurado o hospital neste edificio em substituição do antigo edificio do hospital da Misericordia.

E, para constar, lavrei o presente, que depois de ser por mim lido, vai devidamente assignado. E eu Libanio Thomaz da Silva, escrivão da mesa, [...].

António Joaquim Corrêa

[...]

[...]

O Vigário Geral António [...] Pereira

[...]

O prior de [Santa] Maria da Graça, José [...]

João António Gomes [...]

Visconde de Mont'alvo

José Gonçalves da Cunha

José Manuel Corrêa

[...]

Alfredo [...]

José Elias da [...] Sousa

António Luís [...]

Joaquim [...]

José António [...]

Alfredo [...] Santos

[...]

D. Transcrição da homenagem prestada pelo escrivão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ao Provedor, em virtude da inauguração do novo Hospital.15 de Outubro 1893

Meus Senhores

Permittam-me que [patenteie] o prazer que me vai n'alma, n'este dia em que nos reunimos, para solememente darmos um testemunho de gratidão num prestante cavalheiro, e que me refira se bem que com incompetência, por deficiência de termos elevados ao assumpto de tão sympathica festa, que gostosa e expentaneamente celebrámos. Este sermão tem pois por objectivo perpetuar a memoria do [senhor] António Joaquim Corrêa, provedor d'esta Sancta Casa, por ter conseguido, depois de grandes fdigas e atté mesmo sacrificios, realizar a sua grande ideia de installação do hospital n'este tão magestoso, quão apropriado edificio. Obvias são as vantagens, resultantes da mudança do hospital, por isso que antigo edificio, carente por completo de tudo quanto de boa hygienne s'equer estava totalmente condenado; incontestáveis são o zelo e actividade que o [senhor] provedor desenvolveu na missão árdua de que se encarregou, e de certo na boa disposição das enfermarias e officinas attestam ainda a competência de sua excellencia, e um estudo [...] que produziu tão bons resultados. Attendendo pois aos relevantes serviços prestados pelo [senhor] provedor, e pela mesa transacta que o secundou, dando-lhe voto de confiança para poder dirigir as obras, um grupo de cavalheiros, reunidos em sessão que se effectuou no dia tres d'Abril na Secretaria d'esta Sancta Casa, accordou que se collocasse n'uma das salas deste edificio um retrato do mesmo [senhor] provedor, mostrando assim a sua gratidão, e prepetuando-se por [...] a memoria de tão apreciado cavalheiro. Para dar pois cumprimento á execução de tão louvado pensamento aqui estamos hoje reunidos. Congratulamo-nos n'este festivo dia em que a gratidão se manifesta tão brilhantemente e oxalá que jamais [expire] em nós o amor e dedicação pelos pobres enfermos, causa primáira d'onde emanam estes tão piedosos, quão sympathicos cultos, e que se [...] em nossos corações os bons sentimentos e o amor do próximo para lhes sermos úteis, promovendo-lhes e prodigalizando-lhes todo o conforto a fim de lhes minorar, quanto possível, suas afflições e suas dôres. Concluo pois fazendo também minha todas as expressões de gratidão prestadas ao senhor provedor, e dizendo bem alto que a alegria me transborda n'alma ao ver prestar cultos e homenagens ao mesmo senhor provedor, pelo muito que se interessou em tão grandiosa obra, a mudança do hospital.

*Setúbal 15 de Outubro de 1893
O escrivão da Sancta Casa
Joaquim José de Sant'Anna*

E. Vista parcial da ficha de inventário correspondente ao quadro de homenagem às classes trabalhadoras de Setúbal. 1914



SCMSTB/0049

Óleo s/ Tela

Denominação: 1914, Homenagem às Classes Trabalhadoras de Setúbal representadas pelas seguintes

Descrição:

Classes Trabalhadoras de Setúbal

Construção Civil e Artes Auxiliares; Pedreiros e Artes Auxiliares; Apanhadores de Peixe; Caixoteiros; Carpinteiros Navais; Carregadores de Peixe; Condutores de Carroças; Empregados do Comércio; Estivadores e Condutores no Rio Sado; Manipuladores de Pão; Operarias das Fábricas de Conservas; Operários Corticeiros; Metalúrgicos; Sapateiros; Pescadores da Murtosa; Soldadores; Trabalhadores das fábricas de Conservas; Trabalhadores do Mar; União dos Estivadores e Baldeadores de Sal no Rio Sado; União dos Carregadores e Estivadores de Mar e Terra; Associação dos Calceteiros de Setúbal e Seus Auxiliares;

Autor: Teixeira, 1914

Datação: 1914

F. Vista parcial da ficha de inventário correspondente à fotografia executada em virtude da inauguração do busto a Francisco de Paula Borba. 24 de Março 1935.



SCMSTB/0019

Fotografia

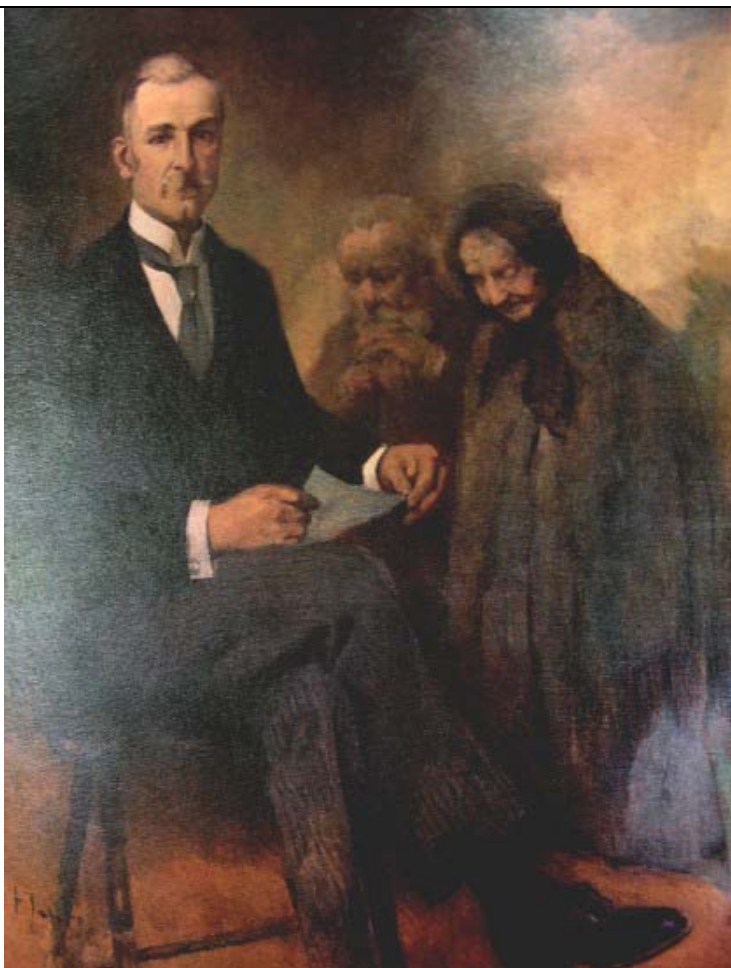
31x38 c/ moldura

Designação

Inauguração do monumento ao Dr. Francisco de Paula Borba – 24 de Março de 1935

Datação: 1935

G. Vista parcial da ficha de inventário correspondente ao quadro oferecido pelo jornal O Setubalense à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.1935



SCMSTB/0089

Óleo s/tela

1,50 x 1,10 s/ moldura

Designação

Retrato do Dr. Francisco de Paula Borba

Datação: 1936

H. Transcrição de excerto da acta da sessão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. 10 de Maio 1961

Aos dez dias do mez de Maio de mil novecentos sessenta e um nesta cidade de Setúbal e sala das sessões da Santa Casa da Misericórdia, se reuniu em sessão ordinária a Mesa Administrativa sob presidência do senhor Engenheiro [...] João Botelho Moniz Borba, provedor, com a presença dos senhores António Luiz Esteves, Tesoureiro, [...]

[...] O senhor Provedor diz que como é do conhecimento da Mesa com a construção de um edifício do Hospital de São Bernardo, entregue a Santa Casa da Misericórdia e que iniciou o seu funcionamento em nove de Maio de mil novecentos cinquenta e nove, ficaram desocupadas algumas dependências do edifício do Mosteiro de Jesus que foi confiado à nossa Misericórdia por carta de Lei de 8 de Janeiro de mil oitocentos noventa e dois para nele se instalar o Hospital do Espírito Santo.

Ora acontecia que o valioso património artístico da nossa Instituição se encontrava dispersa , numa parte exposta ao publico em edifício estranho (Câmara Municipal) e a restante em precárias condições de conservação, resguardo e segurança.

Com a desocupação das citadas dependências parecem-me de toda e imediata conveniencia reunir e preservar e expor todos esses enormes valores, ou seja (Biblioteca (arquivo histórico), [...] colecção de quadros, o não menos valioso conjunto de ourivesaria e outras peças de toreutica e escultura.

Surge ainda a avolumar as suas razões a entrega pelo senhor Engenheiro Candido da Silva Duarte a sua excelentíssima Esposa da valiosa mobília monumental e artística de um valor muito superior a mil contos.

Não poderia demorar a solução e assim quasi simultaneamente com a exposição de arte sacra e de pinturas quando da Comemoração Centenária de Setúbal, começou a estruturar-se o arranjo do que servia desde já um Museu.

Museu da Misericórdia? sim, porque o maior e o mais valioso património a ela pertence. Mas dadas as condições excepcionais e únicas que o edifício oferece logo ocorreu a Câmara Municipal a confiar ao Museu guarda o recheio das Salas Dona Olga Moraes Sarmento e o opulento espolio arqueológico reunido pelo senhor José Marques da Costa nas recentes escavações das obras de saneamento da Cidade.

As obras executadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a colaboração da Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida, na oferta de mobiliário para a sala de conferencias, pequenos arranjos exteriores e na cedência do pessoal para a sua manutenção permitiram abrir ao publico no dia cinco de Fevereiro do Corrente ano o que e que pelo conjunto que se lhe oferece se deve denominar "Museu da Cidade".

Mas tudo o que acbo resumidamente de expor não teria sido possível sem a colaboração desse homem de invulgar valor que se chama Doutor João Couto, ilustre Director do Museu Nacional de Arte Antiga.

Á sua autoridade, dirigindo, orientando, cedendo mobiliário do primeiro Museu Nacional, organizando uma exposição temporária de desenho de mestres portugueses (retirado do arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga) publicando artigos em revistas de especialidade, deram em pouco tempo uma dose de grande relevo ao que é já conhecido pelo Museu de Setúbal.

Para terminar estas considerações sirvo-me de palavras suas: "precisa de ser amparado, melhorado e acarinhado. O paiz espera que conquistada esta posição, capaz de ocupar papel de relevo no panorama artístico português, forças mal orientadas não perturbem o seu funcionamento nem diminuam a sua acção.

O senhor tesoureiro diz que ouviu com o maior agrado a exposição que acaba de ser feita acerca da instalação do Museu da Cidade, no artigo edificio do Mosteiro de Jesus, que em grande parte se deve á iniciativa e presistencia do senhor Provedor, que com a sua boa vontade e valiosos colaboradores de que se rodeou conseguiu realizar uma das grandes aspirações da Cidade: a criação do seu Museu.

Por isso e interpretando o sentir de toda a Mesa, propõe que na acta seja exarado um voto de louvor e profunda gratidão ao senhor Provedor que pelo intenso trabalho, iniciativa e persistência na instalação do Museu da Cidade, no edifício do Mosteiro de Jesus, o que foi aprovado por unanimidade, tendo o senhor Provedor agradecido a prova de deferência dos seus colegas da Mesa na deliberação tomada

[...].

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Impressas

- BASTO, Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vol 1, 1934.
- CARVALHO, ANTÓNIO JOSÉ, DEUS, João, *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil, Quarta Edição Revista e Muito Augmentada*, Porto, [1890].
- CLARO, Rogério Peres, *Dr. Francisco de Paula Borba, 1.º cidadão honorário de Setúbal*. Setúbal, 1986
- COUTO, António Maria do, *Diccionario da Maior Parte dos Termos Homonymos, e Equívocos da Língua Portuguesa*, Typographia de António Jorge da Rocha, Lisboa 1842.
- Estatutos ou Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. Typographia Universal, Lisboa. 1865
- PIMENTEL, Alberto, *Memória sobre a Administração do Município de Setúbal*, Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, Série Fac-símile, 2.ª edição, Câmara Municipal de Setúbal, 1992
- PORTUGAL, Código Administrativo, Aprovado por Lei de 4 de Maio de 1896, 5.ª edição oficial, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.
- _____, *Colecção de Legislação Portuguesa, 1910-1983*
- _____, *Collecção de Decretos e Reguamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação de Câmaras Legislativas*, Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840
- _____, *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.
- _____, *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837,
- _____, *Collecção de Leis e outros Documentos oficiais publicados no 1.º Semestre de 1837* Sétima série, Primeira Parte, Imprensa Nacional, Lisboa, 1837.
- _____, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1868*, Imprensa Nacional, Lisboa 1869
- _____, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa 1902
- _____, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa 1900
- QUINTO CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS. Tipografia Guerra, Viseu. 1977.
- ROQUETE, J. I, e Fonseca, José da, *Dicionário da Língua Portuguesa e Diccionario de Synonimos seguido do Dicionário Poetico e de Epithetos, II*. Guillard, Aillaud & C.ia, [1848].
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, Apontamentos para a sua História*, Tipografia Minerva Vimarense, Guimarães, 1931;
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, Apontamentos para a sua História*, Tipografia Minerva Vimarense, Guimarães, 1931
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL *Estatutos ou Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. Typographia Universal, Lisboa. 1865.
- _____, *Estatutos da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal*, Tipografia Santos, Setúbal. 1912.
- _____, *Estatutos ou Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. Typographia Mattos Moreira, Lisboa, 1890
- SOARES, Matthias da Luz, *Máximas, Conselhos Moraes, Pensamentos, Memórias, Sentimentos Nobres e Provérbios. Collegidos e reconpilados por um Alumno do Real Collegio de S. José de Macao. Obra Utilíssima para a Instrução da Mocidade, Dedicada e Oferecida aos pais de família e á mocidade Macaense em particular. Com licença dos superiores eclesiásticos*. Imprensa na Typographia de D. Noronha, 1863

Periódicos Consultados

A Folha de Setúbal, [1899-1901]; [1912-1915]

O Echo de Setúbal [1893]

O Elmano [1893-1915]

O Setubalense [1916-1934]; [1959-1961]

Revista de Setúbal [1887-1893]

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – ADS

Actas da Comissão de Assistência de Setúbal, [1919-1927]

Compromisso da Misericórdia de Lisboa, Em Lisboa. Na officina de Miguel Manescal, Impreffor do Sancto Officio. Anno de 1704. Compromosso Novo Ou Alteração dealguns [Capitulos] do Compromisso Particular Para a desta Villa de Setúbal Confirmado Emandado observar pelo Alvará Régio De 15 de [Janeiro] de 1657 Novamente Copiado do antigo, q fica na Secretaria Por Ordem da Meza

Inventário do Hospital da Santa Casa da Misericórdia d'esta cidade de Setúbal a saber. Janeiro de 1900.

Livro de Actas da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, [1869-1893]; [1893-1912]

Livro de Registo de Officios das Autoridades, respostas dos mesmos. [1838-1912]

Livro De Registo de Sessões Solenes do Asilo Bocage. [1913-1916]

Registo de Sócios Fundadores da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal. [1912]

O Balneário, Numero único comemorativo da Inauguração do Balneário Dr. Paula Borba. 30 Maio 1926,

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL - SCMSTB

ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SETÚBAL. - AHSCMSTB

Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1930. [dactilografado]

Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1936

Projecto de Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1942

Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1950

Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus Virgem Maria da Misericórdia de Setúbal. 1953. Cópia da Provisão de Erecção Canónica da Irmandade e Aprovação dos seus respectivos Estatutos emanada do Prelado Diocesano por despacho de 8 de Dezembro de 1948

Compromissos e Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Pt 8, Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus... 1953

Actas da Comissão Executiva [1912-1915];[1915-1917];[1917-1921];[1921-1925];[1925-1928];[1928-1934];[1934-1941]; [1941].

Actas da Mesa Administrativa, [1910-1927];[1928-1933];[1933-1941];[1941-1946];[1946-1951];[1951-1958];[1958-1967];[1967-1972]

Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. António Joaquim Correia, actual Provedor d'esta Santa Casa. 15 de Outubro de 1893

Auto da Colocação do retrato do Exmo. Sr. Ex-Deputado, Doutor António Alves Pereira da Fonseca, Protector d'esta Santa Casa. 1 Julho de 1894

Auto da Inauguração do Hospital Civil no Extincto Convento de Jesus. 19 de Março de 1893

Copiador de Ofícios n.º 7, [1890-1901]

Livro de Registo de Entradas das Asiladas. Asilo Acácio Barradas. [1899-1962]

Registo de Azilados, Azilo Bocage, [1913-1922]

Regulamento Interno do Hospital da Misericórdia, 1930.

Relatório e Contas de Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal,
1892-1893; 1894-1895; 1895-1896; 1897-1898; 1899-1900; 1900-1901; 1940; 1944; 1948; 1949; 1950;
1951; 1953; 1955; 1957; 1958; 1961; 1962; 1963;

Relatório e Contas Relativas ao Monumento ao Grande Benemerito Dr. Francisco de Paula Borba,
Setúbal, 1936

Relatórios e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal
1912-1913; 1913-1914; 1914-1915; 1915-1916; 1916-1917;

Inventário de Património Móvel da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

Bibliografia

- AA.VV, *Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Actas do Colóquio, Terramar, Centro de Historia da Cultura, F.C.H.U.N.L., 1999
- _____, "As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V" in PAIVA, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, Vol.1.
- _____, *Memórias da Alma e do Corpo – A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Palmilage Editores, Viseu, 1999.
- _____, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755, Aspectos de Sociabilidade e Poder*, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990
- _____, "A Especificidade Do Sistema De Assistência Pública Português linhas estruturantes".in *Arquipélago • História*, 2ª série, VI (2002), pp. 417-434
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo, "Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias", in *Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Terramar, Centro de Historia da Cultura, F.C.H.U.N.L., 1999. pp. 501-516, pp. 515-516
- _____, *Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias*, in *Piedade Popular: Sociabilidades, Representações e Sociabilidades*, Colóquio Internacional, Terramar, Lisboa, 1999
- _____, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, S: C. Misericórdia de Ponte de Lima, 2003. p. 45
- _____, *Festas e Rituais de Caridade nas Misericórdias*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999. p. 501-516. [Sep. De] *Piedade Popular: Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Actas do Colóquio Internacional, Lisboa 1998.
- CAMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL, *Setúbal 1909: A cidade e o Congresso do Partido Republicano Portugues*, Pref. Maria das Dores Meira, Investigação: Carlos Moura, Fernando António Baptista Pereira, Horácio Pena e José Luís Neto, Setúbal, Câmara Municipal, 2009.
- CARVALHO, David Augusto Luna de, *Os levantes da república resistência à laicização na 1ª república portuguesa e movimentos populares de repertório antigo (Continente, Açores e Madeira, 1910-1917)*, [Texto policopiado], orient. Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, Tese de dout. em História Moderna e Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 2007
- _____, "As Confrarias Durante a I Republica em Portugal, 1911-1912" in *Em Nome do Espírito Santo História de um Culto*, pp. 117-128 IAN/TT, Lisboa, 2004.
- GONÇALVES, António Custódio, *Questões De Antropologia Social E Cultural*, Edições Afrontamento, Porto. 1992
- GUIMARÃES, Paulo, *A Habitação Popular Urbana Em Setubal No Primeiro Terço Do Séc. XX*, In *Análise Social*, Vol. XXIX (1994), pp. 525-534
- HEERS, Jacques, *Festas De Loucos E Carnavais*, Publicações Dom Quixote, Lisboa. 1987
- LOPES, Maria Antónia, "As Misericórdias Portuguesas de D. José ao Final do Séc. XX", in PAIVA, José Pedro, (Coor.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, Vol.1.
- MACHADO, José Timoteo Montalvão, *Vultos Médicos de Setúbal*, Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1961
- MARQUES, Luís, *Tradições Religiosas Entre O Tejo E Sado Os Círios Do Santuário Da Atalaia*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, UNL. 1996
- MARQUES, A. Rodrigues, Subsídios para a História dos Hospitais de Setúbal. 1984.
- MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de, *Pintura nos séculos XVIII e XIX, na Galeria de Retratos dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 3 vol. Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001
- NASCIMENTO, A. Augusto, "A Festa: Entre a Exuberância e a Celebração", in Silva, Carlos Guardado (coord.) *Historia das Festas*. Colibri, Lisboa, 2006
- PAIVA, José Pedro, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, Vol.1.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, "Caridade Versus Filantropia – Sentimento e Ideologia A Propósito dos Terramotos de Andaluzia (1885), in *Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841.
- PORTO EDITORA, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2010
- QUINTAS, Maria da Conceição, *Monografia Da Freguesia De S. Julião*, Caminho, Setúbal, 1993

- _____, *Setúbal Nos Finais Do Século XIX*, Caminho. Lisboa, 1993
- _____, *Setúbal: Economia e Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998
- RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Fidalgos and Philantropists, The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. University of Califórnia Press, Berkeley 1968
- SÁ, Isabel dos Guimarães, "As Misericórdias da Fundação à União Dinástica" in PAIVA, José Pedro, (Coor.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, Vol.1.
- _____, "As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno", in *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), 2001, pp. 337-358, (Série História I)
- _____; LOPES, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES, *Santa Casa da Misericórdia de Sines (1516-1999): Breves Notas Para a Sua História*. Sines, SCM de Sines
- SILVA, Carlos Guardado da (coord.), *História das Festas*, Edições Colibri, Universidade de Lisboa, Torres Vedras, 2006
- SOUSA, Ivo Carneiro de, *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Granito Editores e Livreiros, Porto, 1999.
- VARGUES, Isabel Nobre, *Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Ed. Minerva, Coimbra, 1997. p. 78
-